

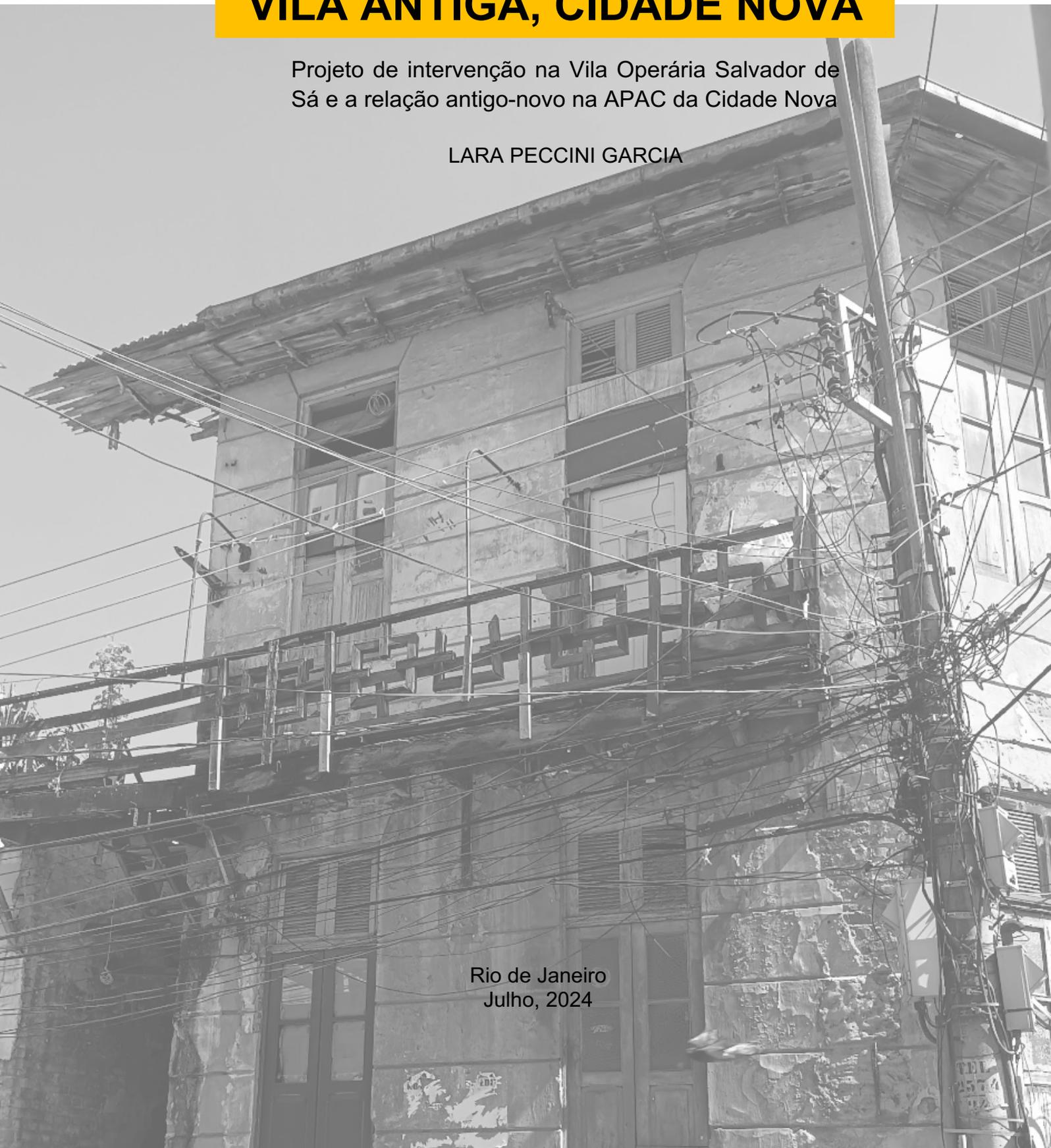
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

VILA ANTIGA, CIDADE NOVA

Projeto de intervenção na Vila Operária Salvador de Sá e a relação antigo-novo na APAC da Cidade Nova

LARA PECCINI GARCIA

Rio de Janeiro
Julho, 2024





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-graduação em Arquitetura

VILA ANTIGA, CIDADE NOVA

Projeto de intervenção na Vila Operária Salvador de Sá
e a relação antigo-novo na APAC da Cidade Nova

Lara Peccini Garcia

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof^ª Doutora Claudia C. L. Nóbrega

Rio de Janeiro
Julho de 2024

VILA ANTIGA, CIDADE NOVA

Projeto de intervenção na Vila Operária Salvador de Sá
e a relação antigo-novo na APAC da Cidade Nova

Lara Peccini Garcia

Orientadora: Prof^a Doutora Claudia C. L. Nóbrega

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio (linha de pesquisa: Projeto de Revitalização e Restauração), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

Professora Doutora Claudia C. L. Nóbrega (PGPP UFRJ)

Professor Doutor Mauro César de Oliveira Santos (PROARQ UFRJ)

Professora Doutora Fabíola do Valle Zonno (PGPP UFRJ)

Rio de Janeiro
Julho de 2024

G216v Garcia, Lara Peccini
Vila antiga, Cidade Nova: projeto de intervenção na Vila Operária Salvador de Sá e a relação antigo novo na APAC da Cidade Nova / Lara Peccini Garcia. - Rio de Janeiro, 2024.
174 f.

Orientador: Claudia C. L. Nóbrega.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2024.

1. vila operária. 2. APAC Cidade Nova. 3. intervenção . 4. antigo-novo. 5. patrimônio cultural. I. Nóbrega, Claudia C. L. , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ângela Peccini e Jorge Garcia, pelo amor, carinho e cuidado que sempre tiveram comigo e que, como professores, foram verdadeiros exemplos e inspirações.

Ao meu marido, Daniel Barcellos, que esteve ao meu lado de forma incondicional em todas as etapas deste projeto, com amor, alegria e paciência, me motivando e me fazendo acreditar em tudo que sou capaz de alcançar.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e seus funcionários que, desde 2007, quando ingressei na Graduação em Arquitetura e Urbanismo, me acompanham neste percurso acadêmico e me fazem acreditar no ensino público de qualidade. Ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Patrimônio (PGPP) e seus docentes, que possibilitaram a realização desta pesquisa de Mestrado, superando todas as adversidades impostas pela pandemia do COVID-19.

À Professora Doutora Claudia Nóbrega, minha orientadora, pelo apoio e disponibilidade, pelo aconselhamento e incentivo, que muito contribuíram para melhorar a profundidade e a clareza da investigação desta dissertação.

Ao arquiteto Iso Milman, apresentado pelo professor Jorge Astorga, que me forneceu todo o seu material referente à Vila Operária Salvador de Sá, sobretudo as fotos e os levantamentos arquitetônicos dos sobrados do projeto Novas Alternativas para a Prefeitura do Rio.

Aos meus colegas de curso que ingressaram comigo neste desafio que foi a Pós-Graduação, compartilhando suas experiências com muita dedicação, disciplina e sabedoria neste período de aprendizagem.

A todos aqueles – familiares, amigos e docentes – que, direta ou indiretamente, contribuíram na minha caminhada pessoal e profissional e me ajudaram a chegar até aqui. Muito obrigada!

RESUMO

A Vila Operária Salvador de Sá (VOSS), localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, é reconhecida como o principal marco patrimonial da Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) da Cidade Nova. Foi construída no início do século XX, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, e tombada em 1985 na esfera municipal, em razão da sua importância arquitetônica, histórica e cultural como primeira iniciativa oficial de alojamento para a população de baixa renda. Em 1991, a partir do Decreto Municipal n. 10.040/1991, foi criada a Área de Proteção do Ambiente Cultural da Cidade Nova. Entretanto, mesmo depois da criação desse instrumento de proteção, tanto a vila quanto a região da APAC vêm sofrendo um processo de obsolescência e perda do patrimônio cultural, arquitetônico e paisagístico ao longo de muitos anos. Apesar de os sobrados geminados de dois andares ainda guardarem grande parte das suas características originais, muitos deles apresentam graves problemas de conservação. Este trabalho analisa aspectos da transformação urbana da APAC da Cidade Nova, com foco na Vila Operária Salvador de Sá, estudando o processo que abrange desde a sua criação até o cenário atual de abandono e o projeto proposto pelo programa Novas Alternativas (2011), levando em consideração sua importância como patrimônio cultural para a cidade do Rio de Janeiro. Para o desenvolvimento de uma reflexão crítica no campo da preservação e do restauro são estudados sobretudo a Teoria da Restauração, de Cesari Brandi (2004 [1963]) e O culto moderno dos monumentos, de Aloïs Riegl (1905 / 2019), bem como algumas cartas patrimoniais como a Carta de Veneza (1964). Essa dissertação tem como objetivo principal desenvolver um projeto de intervenção na Vila Operária Salvador de Sá com vistas à preservação do patrimônio e melhoria das condições de habitabilidade para os moradores da região. Como resultado final é considerada a inserção de uma arquitetura contemporânea no conjunto, abordando a relação entre antigo-novo sob a ótica de teóricos como Francisco De Gracia, Giovanni Carbonara e Beatriz Kuhl.

Palavras-chave: vila operária, APAC Cidade Nova, intervenção, antigo-novo, patrimônio cultural.

ABSTRACT

Vila Operária Salvador de Sá (VOSS), located in the central region of the city of Rio de Janeiro, is recognized as the main heritage landmark that characterizes the Cultural Environment Protection Area (APAC) of Cidade Nova. It was built at the beginning of the 20th century during the administration of Mayor Pereira Passos and listed in 1985 at the municipal level due to its architectural, historical and cultural importance as the first official housing initiative for the low-income population. In 1991, following Municipal Decree no. 10.040/1991, the Area of Cultural Environment Protection in Cidade Nova (APAC) was created. However, even after the creation of protection instruments, the village and the APAC have been suffering a process of obsolescence and loss of this heritage over many years. Although the two-story semi-detached houses still retain a large part of their original characteristics, many of them present serious conservation problems. This work analyzes aspects of the urban transformation of APAC in Cidade Nova, focusing on Vila Operária Salvador de Sá, studying the process that spans from its creation to the current scenario of abandonment, and the project proposed by the “Novas Alternativas” program (2011), taking into account its importance as a cultural heritage for the city of Rio de Janeiro. To develop a critical reflection in the field of preservation, this work studies the Theory of Restoration, by Cesari Brandi (2004 [1963]) and The modern cult of monuments, by Aloïs Riegl (1905/2019), as well as some patrimonial charters such as the Venice Charter (1964). This dissertation's main objective Its main objective is to develop an intervention project in Vila Operária Salvador de Sá with a view to preserving heritage and improving living conditions for residents. As a final result, is considered the insertion of contemporary architecture into the complex, addressing the relationship between old-new from the perspective of theories such as Francisco De Gracia, Giovanni Carbonara and Beatriz Kuhl.

Keywords: working village, APAC Cidade Nova, cultural heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fachada da Vila Operária Salvador de Sá.....	16
Figura 2: Planta de localização da Vila Operária Salvador de Sá.....	17
Figura 3: Quadra 07 da Vila Operária Salvador de Sá.....	18
Figura 4: Foto aérea da região central do Rio de Janeiro.....	22
Figura 5: Foto aérea da APAC da Cidade Nova e da Vila Operária	24
Figura 6: Hosp. Central da Polícia Militar, Centro de Operações Rio, Sambódromo e Eco Sapucaí	24
Figura 7: G.R.E.S Estácio de Sá, MCMV e Light Subestação Frei Caneca	24
Figura 8: Planta de grau de proteção das edificações da APAC da Cidade Nova ...	26
Figura 9: Planta de figura e fundo da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova	27
Figura 10: Planta de altura da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova	28
Figura 11: Fachadas da APAC da Cidade Nova.....	28
Figura 12: Planta de usos da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova.	29
Figura 13: Edificações arruinadas 176 e 178 na Avenida Salvador de Sá	30
Figura 14: Propostas de intervenção na Cidade Nova e “áreas obsoletas”, Nuno Portas.....	31
Figura 15: Fotos da Avenida Salvador de Sá e da Rua Presidente Barroso	32
Figura 16: Planta de fluxos com os cortes das vias - Avenida Salvador de Sá, Rua Heitor Carrilho e Rua Presidente Barroso.....	32
Figura 17: Planta dos espaços livres da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova	34
Figura 18: Fotos das praças da Cidade Nova.....	35
Figura 19: Vila Operária Salvador de Sá – 1908.....	39
Figura 20: Planta baixa dos pavimentos da Vila Operária Salvador de Sá.....	40
Figura 21: Casas Operarias no Beco do Rio, 1925 Autor: Augusto Malta	42
Figura 22: Carta de Nestor Moreira, funcionário público, solicitando moradia em Vila Operária Salvador de Sá ou Beco do Rio, 1918	43
Figura 23: Carta de Jacy Pinto, funcionária pública, solicitando moradia na VOSS ou na Vila Pereira Passos (Beco do Rio), 1931	44

Figura 24: Abertura da Avenida Presidente Vargas; Construção do Complexo Penitenciário Frei e Construção do Sambódromo, 1984	46
Figura 25: Perspectiva com exemplo da Quadra 07 - Existem 2 conjuntos.....	49
Figura 26: Perspectiva com exemplo da Quadra 07 - Existem 3 blocos.....	50
Figura 27: Perspectiva com exemplo da Quadra 07 - Existem 9 unidades	50
Figura 28: Planta de localização das quadras da Vila Operária (sem escala).....	51
Figura 29: Mapa com a demarcação das APAs do Catumbi, Cruz Vermelha e Vila Operária	53
Figura 30: No destaque em vermelho, vista panorâmica da APAC da Cidade Nova	53
Figura 31: Mapa Projeto SA's – Limites físicos das fases de projeto	55
Figura 32: Vila residencial (oito casas) na Rua Souza Neves prestes a ser demolida nos anos 1990. Ao fundo, o CASS (Centro Administrativo São Sebastião).	58
Figura 33: Mapas da evolução urbana do Centro da cidade do Rio de Janeiro	58
Figura 34: Projeto-modelo para a recuperação da VOSS, Novas Alternativas.....	60
Figura 35: Mapa atual da APAC Cidade Nova e Catumbi	61
Figura 36: Praça XI de Junho – Antes da reforma	62
Figura 37: Praça Compositor Ismael Silva com estátua em sua homenagem.....	63
Figura 38: Imagens do cotidiano nas ruas da APAC da Cidade Nova.....	65
Figura 39: Planta do cortiço urbano: proposta de casa mínima para a produção rentista. A planta é similar a que passou a ser replicada nas vilas operárias.....	68
Figura 40: Cortiço na Rua do Hospício (atual Buenos Aires), Rio de Janeiro.	69
Figura 41: Estalagem nos fundos dos prédios de 12 a 44 da Rua do Senado	69
Figura 42: Vila Operária Salvador de Sá, 1908.....	72
Figura 43: Exemplos de conjunto de casas no interior de quarteirão tendo como acesso uma via estreita.....	75
Figura 44: Croquis das diferentes tipologias de acesso às vilas.....	76
Figura 45: VOSS: conjuntos residenciais horizontais típicos do início do século XX, com sobrados geminados que se repetem, com moradias populares.....	77
Figura 46: Planta de localização com a relação das casas em fita da VOSS (1) e do Conjunto da Rua Senhor de Matosinhos (2)	78
Figura 47: À direita, trecho da rua das Laranjeiras; do centro para a esquerda, vila operária da fábrica Aliança; em segundo plano, a rua Aliança (atual General Glicério)	

e na extrema esquerda, a fábrica. No fundo, o morro de Santa Marta e o maciço da Tijuca, 1897.....	79
Figura 48: Imóvel térreo de n. 19 da Rua Cardoso Júnior Laranjeiras.	80
Figura 49: Fachadas das ruas: (A) Caminhoá, lado ímpar; (B) Abreu Fialho, lado ímpar; (C) Estela, lado par e (D) Mestre Joviniano, lado ímpar, respectivamente....	81
Figura 50: Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB).....	83
Figura 51: Casas operárias da Fábrica Bangu.....	85
Figura 52: Imagem aérea, com o Cine Lux em destaque, na Praça Montese.....	87
Figura 53: Mapa esquemático das unidades da Vila – destaque para a Quadra 07	99
Figura 54: Gráfico com resumo do levantamento apresentado no mapa esquemático feito em 2011.....	99
Figura 55: Fachadas dos fundos da quadra 10 como exceção por ainda manterem o revestimento.....	100
Figura 56: Fachadas dos fundos das quadras 01, 07 e 09 respectivamente, com revestimento deteriorado.....	100
Figura 57: Fachada da quadra 09 com deterioração do revestimento e diferentes cores entre as pinturas dos blocos	102
Figura 59: Fachadas da quadra 15 da Vila Operária apresentando o contraste do novo com o antigo gradil de madeira.	103
Figura 58: Quadra 17 com a substituição dos gradis originais e com a pintura cinza na fachada do pavimento superior contrastando com a pintura branca da fachada do térreo. Fachada lateral superior não recebeu pintura.	103
Figura 60: Pontos investigados Figura 01.....	105
Figura 61: Pontos investigados Figuras 04 e 04A (Esquadrias: portas e janelas em madeira de pinho de riga)	106
Figura 62: Planta de localização da quadra 07 (A e B) da Vila Operária (sem escala)	110
Figura 63: levantamento da quadra 07A plantas baixas térreo e 1º pavimento, sem escala. Cada cor representa uma unidade residencial (para melhor visualização ver apêndice A)	111

Figura 64: levantamento das quadras 07A e 07B – plantas baixas sem escala Cada cor representa uma unidade residencial (para melhor visualização ver apêndices A, B e C).....	112
Figura 65: Fachada principal da quadra 07A voltada para a Avenida Salvador de Sá 2011 ; 2020 ; 2022.....	113
Figura 66: Fachada lateral da quadra 07A voltada para a Rua Presidente Barroso 2011; 2022	114
Figura 67: Fachada principal da quadra 07B voltada para a Avenida Salvador de Sá 2011 ; 2022	114
Figura 68: Fotografias da fachada lateral da quadra 07B voltada para a Rua Aníbal Benévolo 2011 ; 2022	114
Figura 69: Fotos dos danos e alterações na quadra 07.....	115
Figura 70: Fotos dos danos e alterações na quadra 07.....	116
Figura 71: Mapa de danos - quadra 07 (para melhor visualização ver apêndice D)	117
Figura 72: Planta baixa do térreo do projeto de recuperação da quadra 07A (para melhor visualização ver anexo A)	118
Figura 73: Planta baixa do 1º pavimento do projeto de recuperação da quadra 07A (para melhor visualização ver anexo A).....	119
Figura 74: Esquema com as intenções de projeto para inserção de nova arquitetura	121
Figura 75: Esquema com as intenções de projeto de restauração nos sobrados da VOSS	121
Figura 76: Edifício Héroes 227, projetado pelo escritório ARQMOV Workshop, em 2021.	122
Figura 77: Planta baixa Edifício Héroes 227, destacando as áreas molhadas unificadas. Layout com apartamentos de 2 quartos.....	123
Figura 78: Projeto de Requalificação da Favela de Sanjaynagar, CDA.....	125
Figura 79: Projeto de Requalificação da Favela de Sanjaynagar, CDA.....	125
Figura 80: Plantas baixas do térreo e da cobertura do projeto das novas construções para a Favela de Sanjaynagar – circulações de corredores e escadas abertos.....	126

Figura 81: Mural de imagens (moodboard) de referências do projeto da nova arquitetura	127
Figura 82: Fluxograma/ Programa	128
Figura 83: Esquema dos níveis dos blocos da quadra 07 da VOSS	129
Figura 84: Planta baixa do projeto da Nova Arquitetura – sem escala	130
Figura 85: Perspectivas humanizadas das unidades do 1º e 2º pavimento.....	131
Figura 86: Perspectiva humanizada da cobertura de uso comum	132
Figura 88: Perspectiva da quadra 07 vista pela praça Coronel Castelo Branco.....	133
Figura 87: Perspectiva da quadra 07 vista pela praça Coronel Castelo Branco.....	133
Figura 89: Perspectiva da quadra 07 vista frontal da Av. Salvador de Sá com as fachadas principais.....	134
Figura 90: Perspectiva da quadra 07 vista pela esquina da Av. Salvador de Sá com a Rua Aníbal Benévolo.....	134
Figura 92: Perspectiva da fachada dos fundos da nova arquitetura	135
Figura 91: Perspectiva da cobertura da nova arquitetura com o terraço de uso comum	135
Figura 93: Edificações arruinadas n. 176 e n. 178 na Avenida Salvador de Sá e mapa com a localização em relação às quadras da VOSS. (do n.178 resta apenas a fachada)	136
Figura 94: Perspectiva da fachada dos fundos da nova arquitetura	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados censitários do bairro da Cidade Nova.....	36
Tabela 2: Levantamento de danos, causas e soluções para a recuperação da VOSS	107

LISTA DE SIGLAS

APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural

CPIB – Companhia Progresso Industrial do Brasil

CDA – Community Design Agency

DGPC – Departamento Geral do Patrimônio Cultural

IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PcD – Pessoas com deficiência

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

VPMH – Vila Proletária Marechal Hermes

VOSS – Vila Operária Salvador de Sá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O BAIRRO, A VILA OPERÁRIA E A APAC DA CIDADE NOVA	22
2.1	Localização e principais aspectos do bairro	22
2.2	Histórico da ocupação do bairro e da Vila Operária	37
2.2.1	A construção da Vila Operária	38
2.2.2	O Tombamento da Vila Operária	48
2.2.3	Após a criação da APAC da Cidade Nova	52
2.2.4	O Projeto do Programa Novas Alternativas para a Vila Operária	58
2.3	As manifestações culturais e o valor de memória presente no bairro	61
3	VILAS, PATRIMÔNIO E MORADIA	66
3.1	Do surgimento ao declínio: vilas inseridas no contexto urbano carioca	66
3.2	Caracterização de vilas, tipologias e programas	75
3.3	Outros exemplos de vilas operárias	79
3.4	Vila Operária Salvador de Sá como Patrimônio Cultural	89
3.5	Considerações sobre o projeto de intervenção no patrimônio: restauração e inserção de nova arquitetura	93
4	PROJETO PARA QUADRA 07 DA VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ	98
4.1	O estado atual de conservação do conjunto	98
4.2	A quadra 07: recorte da área de atuação	109
4.2.1	Levantamento	110
4.2.2	Estado de conservação dos sobrados	113
4.2.3	O projeto do programa Novas Alternativas para a quadra	118
4.3	Diretrizes e referências projetuais	120
4.4	A nova arquitetura	128
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
	APÊNDICES	147
	APÊNDICE A - Levantamento plantas térreo e 1º pavimento	148
	APÊNDICE B – Levantamento cobertura e corte	149
	APÊNDICE C – Levantamento fachadas	150

APÊNDICE D – Mapa de danos.....	151
APÊNDICE E – Projeto plantas Térreo e 1º pavimento	152
APÊNDICE F – Projeto plantas 2º pavimento, Cobertura e Telhado	153
APÊNDICE G – Projeto Cortes e Elevações.....	154
APÊNDICE H – Projeto plantas humanizadas	155
ANEXOS	156
ANEXO A - Projeto Novas Alternativas Quadra 07A	157
ANEXO B – Reportagem Jornal Estadão, 2001.....	158
ANEXO C – Reportagem Jornal Extra, 2009	159
ANEXO D – Reportagem S.O.S. Vila Operária, Ana Paula Conde.....	160
ANEXO E – Reportagem MPRJ, 2019.....	161

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação traz como tema a intervenção em patrimônio municipal localizado em Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) na cidade do Rio de Janeiro. A linha de pesquisa adotada dentro do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio é a de Projeto de Revitalização e Restauração. A Vila Operária Salvador de Sá, localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro, foi escolhida como estudo de caso por ser reconhecida como um dos principais marcos patrimoniais que caracterizam a paisagem da APAC da Cidade Nova. Desempenha um importante papel para a memória cultural do Município, uma vez que se trata de um dos primeiros conjuntos arquitetônicos destinado ao programa de habitação social. Foi inaugurada em 1908, durante a gestão do prefeito Pereira Passos, como parte das obras de remodelação do centro do Rio.

Essa reforma urbana marca o período em que a habitação popular começa a ser debatida pela administração pública a partir de uma política higienista. As unidades residenciais do conjunto foram construídas para servir de moradia aos servidores municipais, e, posteriormente, foram oferecidas para as famílias que moravam em cortiços localizados onde seria construída a Avenida Central, hoje conhecida como Avenida Rio Branco. Foi tombada na esfera municipal, em 1985, pelo antigo Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC), atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) por “sua importância arquitetônica, histórica e cultural” como primeira iniciativa oficial de alojamento para a população de baixa renda. Em 1991, a partir do Decreto Municipal n. 10.040/1991, foi criada a Área de Proteção do Ambiente Cultural da Cidade Nova.

A Vila Operária e a região da APAC da Cidade Nova vêm sofrendo um processo de obsolescência e perda do patrimônio cultural, arquitetônico e paisagístico ao longo de muitos anos. Segundo reportagem publicada dia 08 de abril de 2001 pelo **Jornal Estadão**, há mais de 30 anos a administração municipal não reforma os imóveis pertencentes à Vila Operária. Desde 1994, a prefeitura, junto com a Secretaria Municipal de Habitação, promete a realização de um projeto de revitalização para a região incluindo a vila, mas até agora nada foi concretizado. Dessa forma, a proposta

de um projeto de intervenção na Vila Operária que inclui projeto de restauro e de arquitetura contemporânea se justifica no que se refere à preservação do patrimônio construído e à criação de novas opções de moradia, promovendo melhorias da vida na cidade.

Figura 1: Fachada da Vila Operária Salvador de Sá



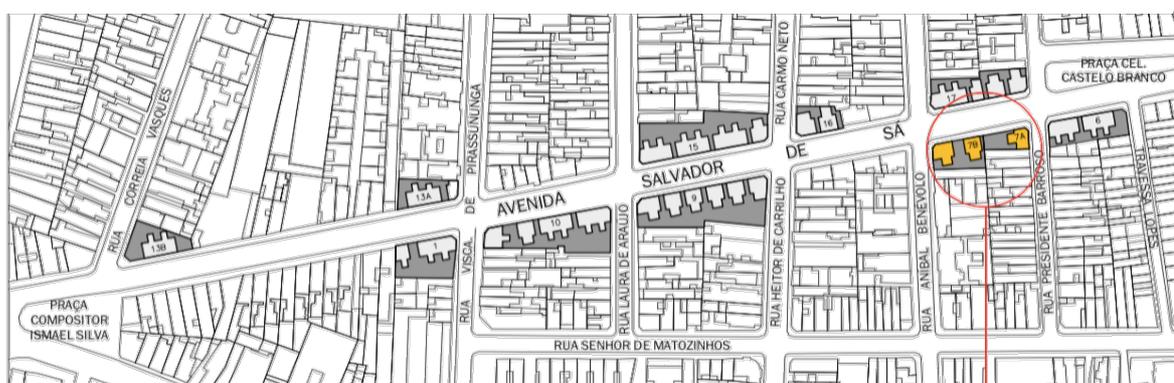
Fonte: Habitação social: origens, conceitos e instrumentos. Slides, ARQ1339 Tópicos Especiais em Arquitetura. Professor Gabriel Duarte.

Como intervir, recuperar e preservar um conjunto habitacional tombado em uso e garantir a proteção das famílias residentes de status social mais baixo que são ameaçadas de exclusão? Os moradores atuais não possuem condições financeiras para investir em obras de recuperação e manutenção do bem, devido ao alto custo dessas reformas. Além disso, a falta de instruções e conhecimentos arquitetônicos e técnicos dos moradores para reconhecerem valores e a importância patrimonial do bem prejudica o cumprimento das diretrizes de preservação e legislação. Em contrapartida, a gestão municipal não cumpre com as promessas de recuperação da região, alegando falta de verba pública para atuar. A complexidade da situação envolve conflitos de interesse que fazem postergar o encontro de uma solução.

Este trabalho tem como objetivo principal desenvolver um projeto de intervenção na Vila Operária Salvador de Sá com vistas à preservação do patrimônio e melhoria das condições de habitabilidade para os moradores da região a partir do debate teórico sobre a inserção de uma arquitetura contemporânea em conjuntos arquitetônicos preservados. Como objetivos específicos, temos:

- Fortalecer o reconhecimento das vilas operárias como patrimônio cultural da cidade, resgatando a importância desse tipo de ocupação urbana;
- Propor soluções para a melhoria de uma das quadras da Vila Operária, abordando as relações antigo x novo e o valor de memória da vila;
- Estabelecer diretrizes projetuais para a restauração dos sobrados da vila que se encontram em estado avançado de degradação a partir da experiência proposta como intervenção;
- Contribuir para o debate sobre a preservação do ambiente cultural, propondo diretrizes que possam promover a interrupção do processo de obsolescência na APAC da Cidade Nova.

Figura 2: Planta de localização da Vila Operária Salvador de Sá



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Fonte: Novas Alternativas (adaptado), 2011

QUADRA 07

A partir da situação atual que envolve o patrimônio cultural da Vila Operária, é feito um recorte para delimitar a área de intervenção do projeto, onde é escolhida a quadra 07 do conjunto, delimitada pelas ruas Presidente Barroso, Aníbal Benévolo e pela Avenida Salvador de Sá. Essa decisão é tomada pela necessidade de fazer um recorte da vila para desenvolver a dissertação de forma mais pontual, aprofundando as teorias de conservação e restauro relativas às práticas de projeto a partir de um bem mais definido. A escolha por esta quadra deve-se ao fato de a mesma possuir o sobrado em um estado de conservação muito ruim em relação aos demais sobrados da vila e com unidades que já foram muito alteradas em relação ao projeto original, segundo documentação da Prefeitura. Além disso, a proposta do plano municipal para

intervenção nesta edificação baseia-se na conversão de uso para a instalação de um equipamento comunitário.

Figura 3: Quadra 07 da Vila Operária Salvador de Sá



Fonte: Própria Autora, 2022

Em resumo, as principais motivações para a escolha dessa quadra foram:

- Avançado estado de degradação do sobrado 07A, o que coloca em risco a integridade de seus moradores com possibilidade de ocorrência de sinistros: não há garantia de segurança estrutural da edificação e de mecanismos de proteção e combate de incêndios. Segundo informações dos moradores este sobrado foi interditado pela Defesa Civil;
- Péssimo estado de conservação do bem e descaracterizações arquitetônicas nas unidades com intervenções internas e externas improvisadas, adaptações irregulares na infraestrutura feitas pelos moradores;
- Existência de um espaço vazio entre os sobrados da quadra que foi ocupado de forma ilegal, o que compromete a leitura do conjunto e causa dano ao patrimônio;
- Possibilidade de se trabalhar com a relação antigo-novo a partir da inserção de uma arquitetura contemporânea.

Para a fundamentação teórica e conceitual foi usado como base material já elaborado e publicado sobre o estudo de caso que envolve as teorias do campo da preservação e do restauro, tais como a **Teoria da Restauração**, de Cesari Brandi (2004 [1963]) e **O culto moderno dos monumentos**, de Aloïs Riegl (1905 / 2019)

bem como algumas cartas patrimoniais como a **Carta de Veneza** (1964), **Declaração de Amsterdã** (1975) e **Declaração do México**, ICOMOS (1985). Para o aprofundamento teórico relativo às intervenções em patrimônio histórico e cultural existente serviram de referência teóricos como Cyro Lyra, Nuno Portas, Beatriz Kuhl, além dos estudos que envolvem a relação do antigo-novo de Francisco De Gracia, Giovanni Carbonara, Beatriz Vivio e da professora Fabíola Zonno. Para o desenvolvimento da pesquisa histórica a respeito das habitações sociais com enfoque nas vilas operárias foi usado como referência o livro **Origens da Habitação Social no Brasil**, de Nabil Bonduki (2017) e a dissertação **Caracterização de vila inserida no contexto urbano**, de Regina Ferreira da Silva (2008). Sobre o tema do ambiente protegido das APACs e a evolução urbana na região central do Rio de Janeiro, mais especificamente do território de moradia do bairro da Cidade Nova, foram lidos os artigos do professor Claudio Antônio Santos Lima Carlos e a dissertação **Memória viva de um bairro que resiste: Reflexos de obsolescência na APAC da Cidade Nova e adjacências**, de Claudia Baima, 2007.

Foi realizada pesquisa documental coletando os principais dados institucionais disponíveis na Prefeitura Municipal. Devido à dificuldade de contato e acesso às unidades habitacionais que estão em uso nestes sobrados, a autora desta pesquisa utilizou como base o levantamento arquitetônico feito em 2011 pelo Programa Novas Alternativas, da Secretaria Municipal de Habitação, fornecido pelo arquiteto Iso Milman, um dos responsáveis pelo projeto desenvolvido pelo programa naquela época. Essa fonte também forneceu relatórios de vistoria, levantamento fotográfico com as condições de conservação das unidades e as propostas desenvolvidas para cada quadra da Vila Operária. No dia 11 de novembro de 2022, foi feita uma visita para pesquisa no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, porém não foram encontrados desenhos técnicos, plantas ou fotos antigas da Vila Operária.

Outra fonte obtida foi a petição inicial da ação civil pública com pedido liminar ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra o município do Rio de Janeiro em 2018, com base no inquérito civil n. MA 7991, que apresenta diversos laudos técnicos a respeito dos imóveis da vila. Informações complementares também foram obtidas pelo trabalho de campo com visitas ao local para observação

e interpretação da situação atual do objeto do estudo de caso, suas características, propriedades, estados de conservação e relações existentes entre seus elementos, através de materiais iconográficos como levantamentos, fotos, elaboração de mapas, mapeamento de danos e desenhos. A partir desse material é possível fazer um estudo comparativo com o levantamento realizado em 2011, complementar a construção do entendimento do bem e definir as diretrizes projetuais.

É preciso reconhecer as limitações enfrentadas, uma vez que esse trabalho foi desenvolvido em um período de pandemia mundial de COVID19. Esse fato fez com que essa pesquisa fosse pautada muito mais na literatura já existente sobre o tema do que nas práticas de campo, que ficaram limitadas e foram prejudicadas com as políticas públicas de distanciamento social. Nas visitas de campo, que foram realizadas com o objetivo de analisar o fluxo e a permanência das pessoas nos espaços públicos, ficava a dúvida se era uma situação atípica devido ao cenário de pandemia ou se de fato o vazio que se observava fazia parte do cotidiano local. Outra dificuldade encontrada foi que, apesar de sucessivas tentativas, a autora não conseguiu o contato da Associação e de moradores locais, no intuito de esclarecer e enriquecer o material sob o ponto de vista do público-alvo deste projeto de intervenção. O conflito existente entre os atuais moradores da Vila Operária Salvador de Sá e a Prefeitura forma um clima de tensão e desconfiança que dificulta a aproximação a esses moradores que temem o despejo a qualquer momento. Em anos de existência, a vila já foi alvo de várias promessas de reforma¹, porém nenhuma delas foi executada, o que aumenta a desconfiança dos moradores. Por se tratar de obras longas e estruturais, que envolvem intervenções das fundações aos telhados, as famílias residentes precisam ser removidas temporariamente, mas temem não voltar às suas casas.

¹ Segundo reportagem publicada dia 08/04/2001 pelo **Jornal Estadão**, desde 1994, a prefeitura promete realizar um amplo projeto de revitalização das Avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá e da Rua Estácio de Sá, que inclui a reforma da VOSS. Para a recuperação do casario é preciso que os moradores saiam de suas casas mas eles se recusam. Em reportagem publicada em 09/05/2009, por Bernardo Moura para o **Jornal Extra**, é apontado que a “Vila Operária já se cansou de ouvir promessas de reforma. A ideia esteve na prancheta de projetos em diversas administrações municipais. Nenhuma foi à frente.”

Etapas cumpridas:

- Estudar a história do bairro e do território de moradia da APAC da Cidade Nova com foco na Vila Operária Salvador de Sá;
- Estudar a atribuição de valor à arquitetura modesta das vilas operárias e suas relações com a construção de memória cultural do município;
- Aprofundar os conhecimentos no campo do patrimônio arquitetônico e cultural e os conceitos de preservação, restauração e intervenções em preexistências que trabalham com a relação antigo x novo;
- Desenvolver levantamento físico do estado de conservação atual dos sobrados da quadra 07;
- Estudar e repensar a proposta existente para o sobrado da vila;
- Definir diretrizes de intervenção baseadas nas teorias de preservação e conservação do patrimônio;
- Propor intervenção com inserção de uma arquitetura contemporânea de uso habitacional em um conjunto arquitetônico tombado, que esteja de acordo com o modo de morar característico da região.

Com o tempo, uma série de acontecimentos, reformas urbanas e medidas ajudaram o movimento de decadência da habitação na área central do Rio, o processo de degradação da vila e o esvaziamento da população residente da região. Segundo apontado na Ação Civil Pública (0265241-02.2018.8.19.0001) ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), atualmente, por volta de cem famílias ainda vivem no local, algumas delas há gerações. Sabe-se que parte da vila já foi demolida e das 120² unidades habitacionais restaram apenas 99 unidades, divididas em 10 blocos de sobrados geminados de dois andares, que ainda guardam grande parte das características originais como as varandas em madeira, escadas de acesso externas e os telhados de telhas cerâmicas. Apesar disso, muitos sobrados apresentam graves problemas de conservação tais como trincas, fissuras, desprendimento de revestimento, elementos em risco de queda ou danificados etc.

² A autora encontrou diferentes informações sobre a quantidade original de unidades em diferentes fontes. Optou-se por assumir como verdadeira a quantidade de 120 unidades (ABREU, 1997). As outras encontradas foram: 147 unidades (BAIMA, 2007) e 105 unidades (BONDUKI, 1998).

2 O BAIRRO, A VILA OPERÁRIA E A APAC DA CIDADE NOVA

Nesse capítulo será apresentado o objeto de estudo, a Vila Operária Salvador de Sá, ainda numa ótica ampliada, entendendo o conjunto da vila em sua totalidade, bem como o contexto histórico, paisagístico e social. Procurou-se identificar como esse importante patrimônio edificado chegou ao estado atual de precariedade no que se refere à preservação do conjunto arquitetônico.

2.1 Localização e principais aspectos do bairro

A Vila Operária Salvador de Sá é um conjunto de sobrados de uso habitacional que se localiza ao longo da Avenida Salvador de Sá, no Bairro da Cidade Nova, região central da cidade do Rio de Janeiro. O bairro faz parte da Região Administrativa III – Rio Comprido junto com os bairros vizinhos do Catumbi, Estácio e Rio Comprido. Possui uma área territorial de 93,49 hectares (2020) e 5466 habitantes (2010), de acordo com dados do Site ‘Bairros Cariocas’ do portal Data.Rio, desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos (Acesso em: jun. de 2022).

Figura 4: Foto aérea da região central do Rio de Janeiro



Fonte: Google Earth (adaptado), 2020

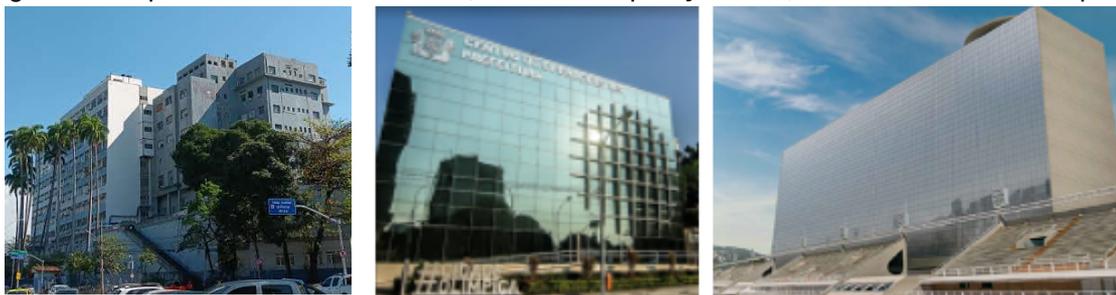
A região da Cidade Nova sofreu diversas intervenções urbanas que transformaram a paisagem ao longo dos anos, como a abertura do Túnel Santa Bárbara, a construção do viaduto até a zona portuária, do Metrô e do Sambódromo. Hoje, o bairro abriga grandes equipamentos urbanos e administrativos da cidade, sendo entendido como uma alternativa para expansão da região central do município, situado em um importante eixo viário e próximo às principais vias de acesso. A região se conecta à Avenida Brasil/Linha Vermelha, que liga o Centro ao Aeroporto Internacional Galeão e ao Porto de Sepetiba, à Avenida Presidente Vargas e ao Porto do Rio, podendo seguir o trajeto até o Aeroporto Santos Dumont, além de se conectar às Zonas Norte, Sul e com os subúrbios, através do metrô e da estação ferroviária.

A VOSS está inserida no centro da APAC da Cidade Nova e desempenha um papel de destaque nesse território de proteção, que traduz através da arquitetura a evolução do bairro. Cada bairro possui características próprias, marcos ou pontos de referência, que os tornam singulares, e auxiliam na identificação e orientação daqueles que os frequentam. No entorno da nossa área de estudo, podemos encontrar os principais marcos abaixo, localizados na foto aérea da Figura 07:

- Hospital Central da Polícia Militar (1943) | Rua Estácio de Sá, 20
- Centro de Operações do Rio (2010) | Rua Ulysses Guimarães, 300
- Eco Sapucaí (2015) | Rua Marquês de Sapucaí, 200
- Sambódromo (1984) | Rua Marquês de Sapucaí
- G.R.E.S. Estácio de Sá (1993-1995)³ | Avenida Salvador de Sá, 206-208
- Light Subestação Frei Caneca (1907) | Rua Frei Caneca, 363
- Condo Condomínios Zé Ketí e Ismael Silva (2014) – Minha Casa, Minha Vida | Rua Frei Caneca, 441 e 461.

³ A autora não encontrou a data exata de sua construção. Em publicação do dia 20/09/2007, no site do vereador Carlo Caiado, é mencionado um projeto de lei para tombar a quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá. “A ação visa garantir [sic] que a nova quadra não tenha o destino que a anterior, demolida no final do século passado, quando foi implantado o Projeto Teleporto por parte da Prefeitura, na Cidade Nova.” Sabe-se que o projeto do Teleporto foi executado entre os anos de 1993 e 1995, segundo dados do Wikipédia. Essa informação é reforçada em reportagem do **Jornal Extra**, de 07/02/2015, de Leonardo Bruno, Ramiro Costa e Gustavo Melo, que afirma que um dos terrenos desapropriados para construção do Teleporto era justamente o da quadra da Vermelho e Branco.

Figura 6: Hosp. Central da Polícia Militar, Centro de Operações Rio, Sambódromo e Eco Sapucaí



Fontes: Própria Autora (2022), Google Maps e Google Maps

Figura 7: G.R.E.S Estácio de Sá, MCMV e Light Subestação Frei Caneca



Fonte: Própria Autora, 2022, própria Autora, 2022 e Google Maps

Figura 5: Foto aérea da APAC da Cidade Nova e da Vila Operária



Para a preservação da paisagem destacam-se como principais instrumentos o tombamento da Vila Operária Salvador de Sá em 1985, Lei n. 627 de 21/09/1984 e Decreto n. 5.304/85, pelo Conselho Municipal de Proteção de Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro, e, em 1991, a criação da APAC da Cidade Nova, Área de Proteção do Ambiente Cultural – Decreto Municipal n. 10.040/1991. Essas ferramentas contribuíram fortemente para a consagração deste espaço de moradia no bairro. A legislação criada estabeleceu parâmetros de proteção dos imóveis, limitando o gabarito para novas construções e indicando também níveis de preservação para os imóveis que não poderiam ser demolidos. (BAIMA, 2007, p.113)

Como principais parâmetros normativos retirados da legislação da APAC que estabelecem as condições relativas ao Regulamento de Zoneamento para a Zona Especial 8 (ZE-8) estão:

§1º As edificações obedecerão, obrigatoriamente, à linha de fachada definida para as quadras (Decreto no 10.040, 1991, p.2).

Art. 32 - Qualquer edificação a ser construída, bem como as obras nos demais imóveis situados nas Áreas de Proteção Ambiental delimitadas no Anexo VIII deste decreto, deverá obedecer a projeto integrado no conjunto arquitetônico ao qual pertença, observando as alturas máximas (...) as relações de ritmo, simetria e proporções das edificações que compõem o seu entorno (Decreto no 10.040, 1991, p.4).

Em relação às edificações protegidas por critérios de preservação, nas edificações com grau de proteção 1 ficam preservadas as características originais dos acabamentos, vãos, elementos decorativos e arquitetônicos e a escala, volumetria e morfologia das fachadas, coberturas, interiores e elementos incorporados, como escadarias, estatuárias, gradis, portões, muros, luminárias e jardins das edificações situadas nas ruas. Existe também a obrigatoriedade de qualquer edificação a ser construída utilizar telhas de barro como revestimento da cobertura e a altura máxima para o terreno da quadra 07A da vila é de até 10,50m.

Como é possível observar na Figura 7, a poligonal de proteção da APAC da Cidade Nova, na sua parte mais ao sul, interrompe ao meio alguns quarteirões sem abranger parte do casario até a Rua Frei Caneca. Segundo Claudia Baima (2007), este fato é justificado pelo projeto de implantação do Metrô, que previa o prolongamento da Linha II, ligando a Estação Estácio de Sá à Estação da Carioca através da criação de uma Estação “Cidade Nova” localizada no final da Praça da Apoteose, na Rua Frei Caneca. Portanto, essa faixa do casario que não está protegida foi descartada da delimitação da APAC justamente porque sua derrubada já era prevista para a abertura das galerias do Metrô. Esse projeto não foi implementado e os casarios existentes tornaram-se resíduos urbanos numa zona renovada. Os estudos a seguir foram feitos a partir da incorporação desta área nos limites da APAC, entendendo que eles devem receber os mesmos cuidados que os demais, uma vez que são partes integrantes do mesmo casario.

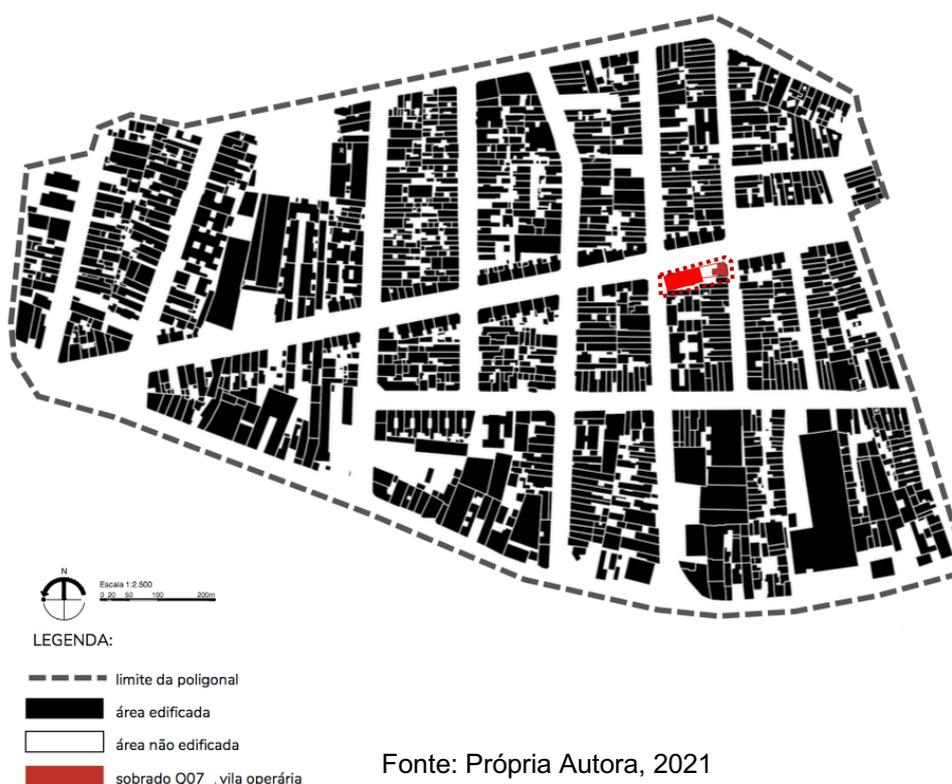
Figura 8: Planta de grau de proteção das edificações da APAC da Cidade Nova



Fonte: Própria Autora, 2021

Na figura 8 temos os diferentes níveis de preservação para os imóveis da APAC. No primeiro grau temos os bens tombados que apresentam maior significação ambiental e cujos elementos originais se encontram caracterizados. No segundo grau temos os imóveis que sofreram descaracterizações, mas cuja recuperação é possível, através de documentação pertinente ou pela comparação com imóveis vizinhos que se encontram caracterizados. No terceiro grau temos as construções que, embora estejam modificadas de modo irreversível, compõem a ambiência de um conjunto de imóveis classificados nos dois grupos anteriores, devido a sua altura e volumetria.

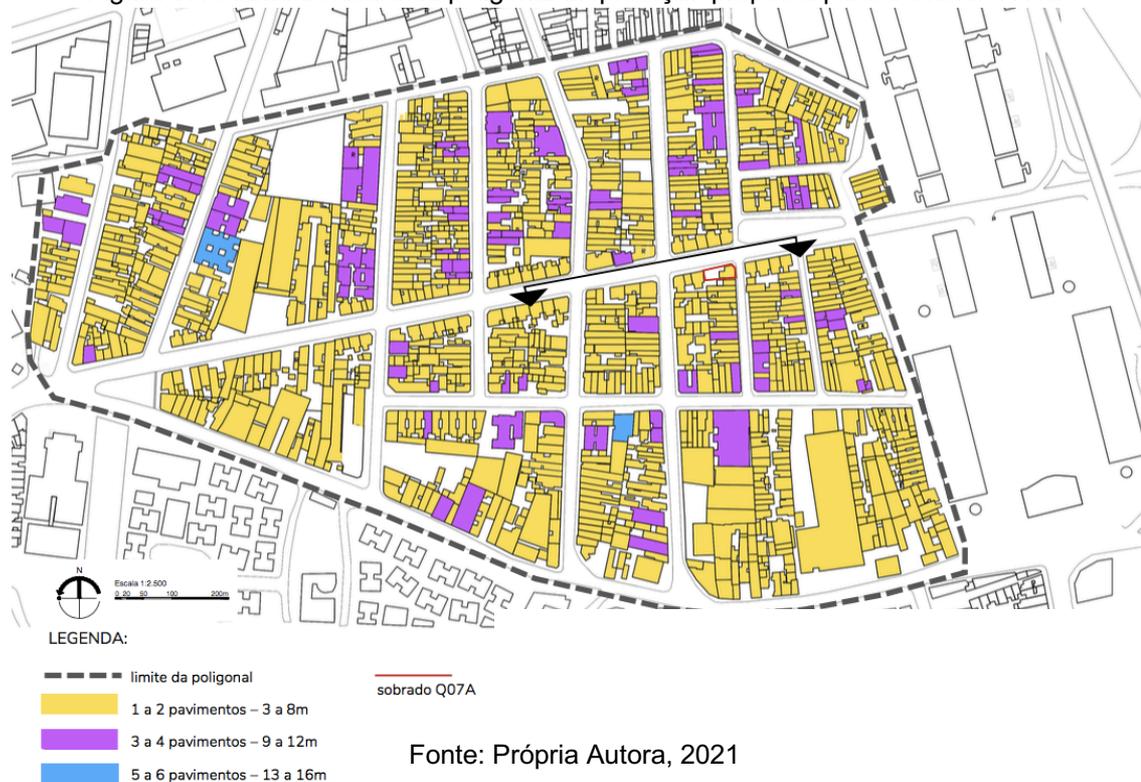
Figura 9: Planta de figura e fundo da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova



Sobre a estrutura morfológica dentro da APAC, é possível observar que o padrão do parcelamento originário do século passado se manteve apesar das grandes transformações no restante do bairro. Permanece a grande densidade ocupacional com predominância de quadras de lotes estreitos e compridos, com sobrados de até dois pavimentos e a presença de alguns edifícios residenciais multifamiliares de quatro a cinco pavimentos que surgiram a partir dos anos 80. A região foi contemplada com o primeiro e o segundo projetos de alinhamento (PAAs) elaborados pela prefeitura para a abertura da Avenida Salvador de Sá (800m).

A paisagem marcante e característica se deve à volumetria construída com tipologia típica das residências populares do início do século XX e dos muitos quarteirões que se apresentam com certa homogeneidade de fachadas de casas antigas e geminadas, com destaque para alguns elementos decorativos ecléticos.

Figura 10: Planta de altura da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova



Dessa forma, foi possível classificar os exemplares arquitetônicos em:

1. Casas geminadas: Tipologia com linhas simples e elementos decorativos ecléticos;
2. Sobrados: Edificações que geralmente apresentam dois pavimentos, tendo, originalmente, em seu andar térreo o uso comercial e o residencial no andar superior;
3. Edifícios: construções de pequeno porte de uso residencial ou misto;
4. Fábricas e galpões: Edificações em grandes lotes como gráficas, oficinas e metalúrgicas.

Figura 11: Fachadas da APAC da Cidade Nova



Fonte: Google Street View, 2019

Tradicionalmente, o bairro da Cidade Nova, habitado por uma população definida como “baixa classe média”, se configurou como um território de moradia com predominância do uso residencial. Na APAC encontramos também a presença forte do uso misto, comercial e serviços, onde a maioria dessas atividades econômicas são de pequeno porte e se agregam à economia familiar. Na Avenida Salvador de Sá o uso residencial fica majoritariamente restrito à Vila Operária, sendo as outras construções voltadas ao uso comercial e serviços. Esses últimos são de categorias muito específicas (sobretudo mecânicos, autopeças, manutenção e estacionamentos), alguns bares e lanchonetes, mas pouca variedade de comércio de bairro (como padarias, drogarias, mercados, etc.). Concentração de edificações de caráter industrial e fabril com grandes galpões e depósitos acontece na parte sul da poligonal, ao longo da Rua Senhor de Matosinhos.

Figura 12: Planta de usos da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova



Fonte: Própria Autora, 2021

Um ponto importante é a presença de algumas ruínas ou edificações em estado de arruinamento, sem uso e abandonadas, em diferentes pontos desse território. Junto a elas, somam-se os espaços vazios que antigamente eram constituídos por casarios com funções comerciais e habitacionais, e hoje estão subutilizados, sendo ocupados por estacionamentos, construções irregulares e invasões, comprometendo assim a paisagem urbana do bairro. Este aspecto pode indicar que, por mais que exista um instrumento legal de proteção, a APAC não tem garantido a salvaguarda do patrimônio ao longo do tempo.

Figura 13: Edificações arruinadas 176 e 178 na Avenida Salvador de Sá



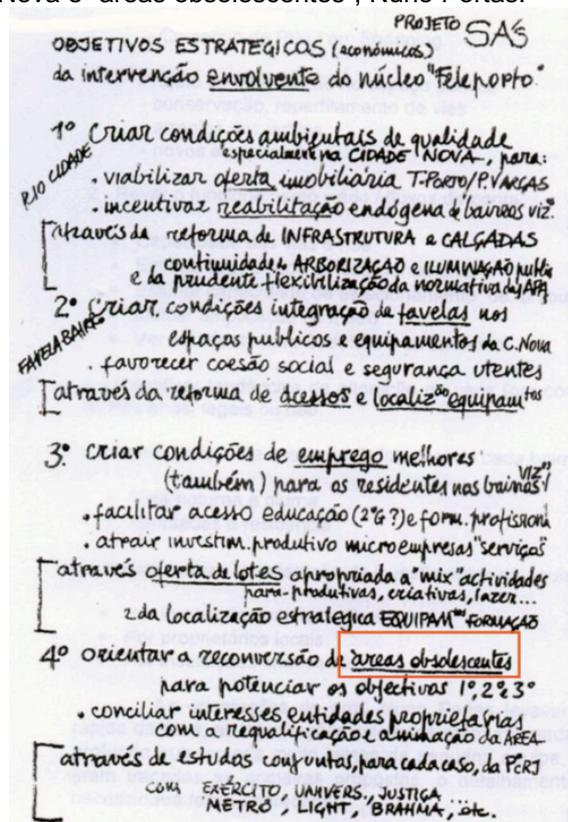
Fonte: Própria Autora, 2022

O conceito de obsolescência urbana é abordado nesta dissertação relacionado a questões dos espaços urbanos em processo de decadência e degradação física e funcional. O termo “obsolescência” faz referência a algo que se torna obsoleto, antigo, ultrapassado, arcaico. Quando se fala em “obsolescência urbana” estamos nos referindo a algo que está em transformação, passando por um processo de perda de sua utilidade ou redução de vida útil. No caso de trazer o termo para o contexto multidisciplinar do espaço urbano estamos envolvendo vários vetores que podem ser físicos, funcionais, econômicos e sociais, e que justificam a presença dessas ruínas, sobrados arruinados e estacionamentos em vazios urbanos.

O estado de obsolescência da malha construída ou de uma edificação se dá em qualquer tempo e lugar, atingindo a todas as classes sociais. Áreas obsoletas atraem a parcela da população pertencente aos níveis mais baixos da escala

socioeconômica, considerados como “menos favorecidos”. Assim, uma medida da obsolescência pode ser verificada a partir do levantamento dos habitantes e ocupantes por existir uma relação direta entre os níveis socio-econômicos e os graus de obsolescência. (Lichfield, 1998 apud BAIMA, 2007) Podemos assim constatar a obsolescência da construção da VOSS e do entorno da APAC da Cidade Nova, onde as ações do homem e do tempo afetam as condições físicas e a aparência edificada, atribuindo um aspecto de decadência, estigmatizando o território e o modelo de moradia ali existente como um espaço de atraso, de desconforto e de conceitos ultrapassados.

Figura 14: Propostas de intervenção na Cidade Nova e “áreas obsoletas”, Nuno Portas.



Fonte: Projeto SA's, 1999, apud BAIMA, 2007

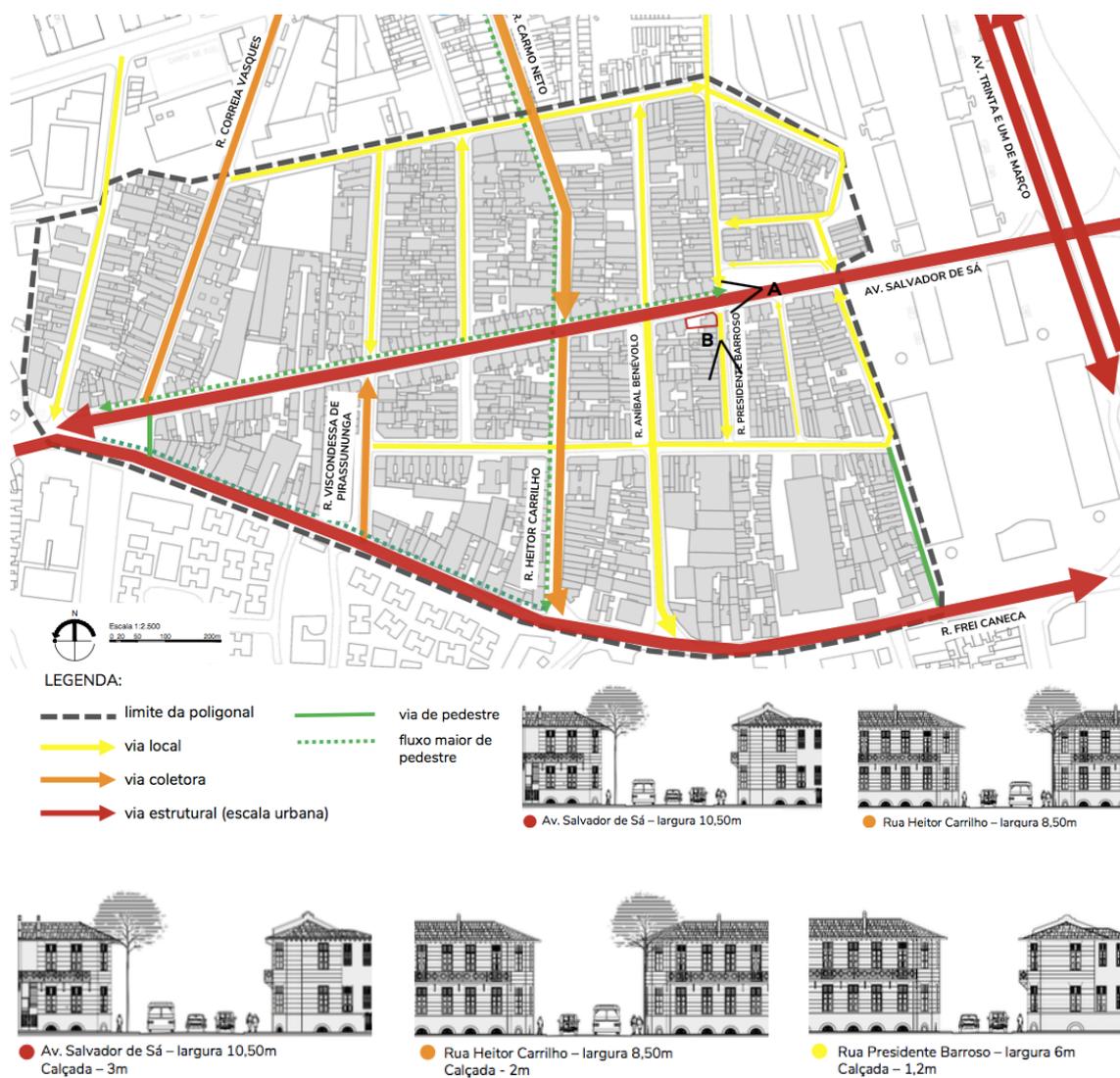
Sobre os aspectos funcionais e os sistemas de espaços livres, podemos dizer que a Avenida Salvador de Sá é um importante eixo viário para a região, que cruza a poligonal de proteção de ponta a ponta, conectando a Lapa ao bairro do Estácio. Ruas perpendiculares à avenida são as vias secundárias de acesso com apenas uma faixa de circulação, calçadas estreitas e sem vegetação (Figura 15: Rua Presidente Barroso). Não foram encontradas ciclovias e ciclo faixas dentro da poligonal. Para representação das relações de hierarquia viária, foi escolhido o caso da Avenida Salvador de Sá, via estrutural, comparado com o caso da Rua Heitor Carrilho, via coletora, e ambos comparados com o caso da Rua Presidente Barroso, via local.

Figura 15: Fotos da Avenida Salvador de Sá e da Rua Presidente Barroso



Fonte: Google Street View, 2019

Figura 16: Planta de fluxos com os cortes das vias - Avenida Salvador de Sá, Rua Heitor Carrilho e Rua Presidente Barroso



Fonte: Própria Autora, 2021

Nos dois extremos da Avenida Salvador de Sá, destacam-se as duas únicas áreas livres de lazer públicas: as praças Coronel Castelo Branco (esquina oposta do sobrado 07) e a Praça Compositor Ismael Silva, localizada no final da Avenida. Os poucos espaços livres e os terrenos vazios são destinados a estacionamentos privados. Esse aspecto retrata a carência de espaços pensados e destinados ao encontro e ao uso comunitário. Apesar dessa carência, veremos mais para frente que essas relações vão se desenvolver de outras formas na região.

As praças apresentam grandes diferenças entre si. A Praça Compositor Ismael Silva, conhecida antigamente como Praça Reverendo Álvaro Reis, fica localizada bem próxima à quadra da Escola Estácio de Sá, tem maior número de frequentadores, maior fluxo, se estabelecendo como um local predominantemente de permanência e com espaços destinados para uma variedade de públicos, como: parquinho de terra cercado para recreação infantil com balanços, gangorra e escorrega; mesas e bancos para jogos; bancos e canteiros para descanso e contemplação e um tablado no extremo da praça, onde foi colocada a estátua de bronze em homenagem a Ismael Silva, conhecido como o pai do samba, criador da primeira escola de samba do Brasil: "Deixa Falar", em 1927. O local possui grande importância e influência para a história do samba e da cultura popular brasileira. A região da Cidade Nova/ Estácio foi moradia de grandes artistas e compositores como Luiz Melodia, Gonzaguinha, Ismael Silva, Moreira da Silva, Ângela Maria, Dominginhos do Estácio, Joaquim Antônio da Silva Callado, entre outros. Moreira da Silva inclusive foi morador da Vila Operária. Uma das grandes vantagens dessa praça é a oferta de espaços de sombra propiciada pela vasta presença de árvores e arbustos. Além disso, esse espaço livre público fica em frente à Rua Correia Vasques, conhecida popularmente como "Baixo Cidade Nova", devido à presença de bares, restaurantes, lojas e salões de beleza, que buscam atender o público das empresas que se instalaram na região, como a Cedae, o Centro de Convenções Sul América, a Universidade Petrobrás, a Operadora Nacional do Sistema Elétrico e a BR Distribuidora.

Já a Praça Coronel Castelo Branco apresenta um fluxo e variedade menor de público se comparada à praça anterior. Apesar de também possuir os mesmos equipamentos com parquinho de terra cercado para recreação infantil com balanços,

gangorra e escorrega; mesas e bancos para jogos; bancos e canteiros para descanso e contemplação, nenhum desses espaços recebe sombreamento necessário para o conforto e permanência dos frequentadores. Possui pouca arborização, com presença de palmeiras e arbustos de pequeno porte. Além de oferecer espaços de lazer, a praça dá suporte para as oficinas do entorno, que utilizam a via da praça como estacionamento e uma feira, que ocorre ali todas as quintas-feiras. Apesar de apresentar bom estado de conservação dos equipamentos, pavimentação, mobiliário e acessibilidade com rampas e piso tátil, a pouca presença de árvores e espaços cobertos pode ser a razão para afastar o público nos horários do início da tarde. À noite, com o fechamento do comércio e das oficinas, a praça fica sem movimento, aumentando a sensação de insegurança.

Todos os espaços livres da poligonal foram classificados em públicos ou privados e de permanência ou de circulação, conforme indicado na planta abaixo:

Figura 17: Planta dos espaços livres da poligonal de proteção proposta para a Cidade Nova



Fonte: Própria Autora, 2021

Figura 18: Fotos das praças da Cidade Nova



Fonte: Google Street View, 2019

Para concluir essa etapa de análise do bairro, a partir dos dados censitários extraídos do site⁴ da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, foi desenvolvido um quadro com os principais aspectos referentes a população, economia, educação e cultura, que complementam as informações apresentadas anteriormente. O bairro, que tem o decreto de criação datado em 1981, apresenta o índice de desenvolvimento social de 0,594, equivalente a uma avaliação mediana (média - de 0,500 a 0,799).

⁴ Fonte Dados Censitários: Armazenzinho <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/>

Tabela 1: Dados censitários do bairro da Cidade Nova

QUADRO RESUMO - DADOS CENSITÁRIOS CIDADE NOVA							
Uso do Solo e Dinâmica Imobiliária (2019)	Área Urbanizada - Percentual	Área Territorial - Total	Área Construída - Total	Área Construída - Residencial	Área Construída - Não Residencial		
	100%	320124	898899	142418	756481		
			100%	15.85%	84.15%		
População (2010)	Pessoas Residentes - Total da População	Pessoas Residentes por sexo - Homens	Pessoas Residentes por sexo - Mulheres	Pessoas Residentes por espécie de domicílio - Particular	Pessoas Residentes por espécie de domicílio - Coletivo	Densidade domiciliar	
	5466	2659	2807	5419	47	2,78	
	100%	48%	52%	99%	1%		
Domicílios (2010)	Em Geral - Total de Domicílios Particulares	Espécie de Domicílios - Coletivo	Particular - Casa	Particular - Casa de vila ou em condomínio	Particular - Apartamento	Particular - casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco	
	1929	27	578	138	825	388	
	100%		30%	7.15%	42.75%	20.10%	
Economia (2019)	Postos de Trabalho - Total	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública direta e autárquica
	101885	1130	5358	177	1417	10669	83134
	100%	1.10%	5.20%	0.20%	1.40%	10.50%	81.60%
Educação (2020)	Equip. Municipais de Educação - Total	Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos	Equip. Municipais de Educação - CIEP	Creche Municipal	Escola Especial Municipal	Escola Municipal	Espaço Municipal de Desenvolvimento Infantil - EDI
	6	0	5	1	0	0	0
	Matrículas na Educação Infantil - Total	Matrículas na Educação Infantil - Creche	Matrículas na Educação Infantil - Pré-escola	Matrículas no Ensino Fund. - Total	Matrículas no Ensino Fund. - 1º ao 5º ano	Matrículas no Ensino Fund. - 6º ao 9º ano	
	824	330	494	11	11	0	
Cultura (2018)	Equipamentos Municipais de Cultura - Total						1
Esporte e Lazer (2018)	Equipamentos Municipais de Esporte e Lazer - Vilas Olímpicas						0
Desenv. e Assistência Social (2010)	Índice de Desenv. Social - IDS	0,594	MÉDIO	baixo - Entre 0 e 0,499.	médio - De 0,500 a 0,799.	elevado - Igual ou acima de a 0,800.	

Fonte: Própria autora/ Site Data.Rio, Armazenzinho. Acesso em: novembro de 2022

2.2 Histórico da ocupação do bairro e da Vila Operária

Para o desenvolvimento da análise histórica da transformação da paisagem da área de estudo, o Guia da APAC da Cidade Nova, o livro⁵ de Mauricio Abreu (1987) sobre a evolução urbana do Rio de Janeiro e a dissertação⁶ da arquiteta Claudia Baima (2007) serviram como principais fontes. Para entender esses processos de crescimento, expansão e renovação é criada uma linha do tempo cronológica, destacando resumidamente os principais agentes e vetores envolvidos.

Em meados de 1820, depois da chegada da Família Real, a cidade se expande do Centro antigo no sentido da Quinta da Boa Vista e aos poucos as zonas de mangues e pântanos começam a ser aterradas, iniciando a ocupação da região e expansão no sentido Zona Norte. A abertura do Canal do Mangue é realizada em 1870 por Visconde de Mauá para drenagem das águas, além do aterramento dos pântanos do Saco de São Diogo. Tal feito trouxe originalidade à região que viria a ser denominada Cidade Nova (Cidade Nova, Estácio, Catumbi, Rio Comprido e Santa Teresa), em contraposição à “Cidade Velha” colonial que se limitava até o Campo de Santana. Uma das primeiras construções da região foi a Casa de Correção e Detenção em 1883, mesmo período em que houve a abertura da maioria das ruas que vão do Estácio em direção à rua Frei Caneca ou à antiga rua do Mangue (atual Avenida Presidente Vargas).

Devido à sua proximidade com a zona portuária, a região da Cidade Nova passa a receber imigrantes estrangeiros, sobretudo portugueses, italianos, espanhóis, árabes e judeus. Foi refúgio também da população negra liberta que vinha da lavoura cafeeira. Esse aumento populacional foi possibilitado pela Inauguração do sistema de tração a vapor na cidade em 1889, fato que provocou avanços na implantação dos serviços de transporte e expansão da cidade. O engenheiro Francisco Pereira Passos é nomeado prefeito do Rio de Janeiro (1902/1906) e passa a editar atos e decretos com o propósito de impor uma disciplina de novos hábitos consoantes à nova ordem

⁵ ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

⁶ BAIMA, Claudia. **Memória viva de um bairro que resiste**: Reflexos de obsolescência na APAC da Cidade Nova e adjacências. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

republicana, o que resultaria na apresentação de um plano de remodelação da cidade. As ações se pautavam no discurso de sanear e higienizar a cidade, buscando uma imagem idealizada de civilização.

2.2.1 A construção da Vila Operária

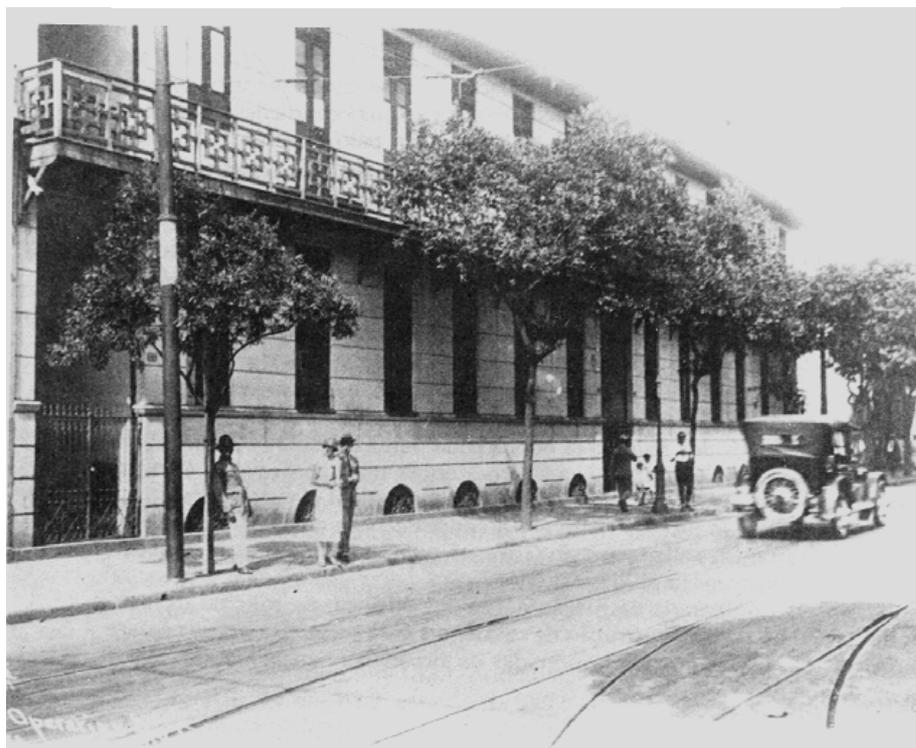
Em 1906 é construída a Vila Operária, pela Prefeitura do então Distrito Federal, constituída por uma série de sobrados geminados agrupados em blocos de dois pavimentos, totalizando 120 unidades habitacionais, ao longo de nove quadras da Avenida Salvador de Sá. (Guia das APACs - Vila Operária da Cidade Nova, 2012, p.5) Essa grande via que foi aberta na antiga malha urbana, onde existira o Morro do Senado, é continuação da Avenida Mem de Sá e foi objeto do primeiro Projeto de Alinhamento (PA), plano de alargamento de vias realizado na gestão Pereira Passos (Jorge Czajkowski, 2001). O projeto tinha como objetivo requalificar a região, melhorando sua ligação ao centro, aumentando a largura da rua para 17 metros e trazendo benefícios que fossem capazes de regenerar seu entorno insalubre, incompatível com a imagem urbana a que se aspirava para a capital do país.

Esse conjunto habitacional é considerado a primeira iniciativa oficial de alojamento para população de baixa renda e marca o período em que a administração pública passa a se preocupar com a habitação popular (Jorge Czajkowski, 2001). Foi destinado para atender à classe operária, tendo suas unidades oferecidas como moradia para servidores públicos e, posteriormente, para as famílias que seriam desalojadas pelas obras de remodelação do Centro. Muitas delas moravam em cortiços localizados onde seria construída a Avenida Central, hoje conhecida como Avenida Rio Branco. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000)

Devido ao fato de que as desapropriações e demolições afetavam os locais de moradia da classe operária, Passos enviou à Câmara Municipal mensagem solicitando autorização para a construção de casas para operários. Obteve o Decreto 1042, de 18/07/1905. Por esse decreto, podia aproveitar as sobras dos terrenos desapropriados para a abertura da Avenida Salvador de Sá e de outras constantes do plano para construir as casas para operários, que pagariam aluguel mensal de, no máximo, 12% do custo das mesmas. Na sua administração foram construídas 120 casas, totalizando 12.743m² nas ruas Mendes Campos, Salvador de Sá e Leopoldo. (ABREU, 1997)

Sobre sua construção ser uma produção pública pioneira no Rio de Janeiro, Bonduki (2017) indica que esse fato foi desvinculado de qualquer política habitacional, pois na época o Estado tratava a questão social como um caso de polícia. Para ele, esse empreendimento foi apenas uma iniciativa isolada para conter as fortes críticas e protestos sofridos contra a administração de Pereira Passos pelos despejos e desmontes para a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco.

Figura 19: Vila Operária Salvador de Sá – 1908

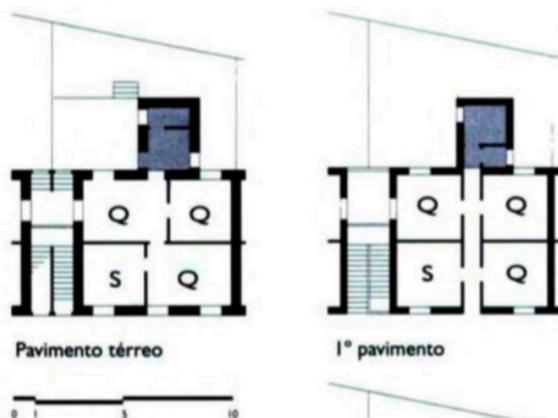


Fonte: Origens, Conceitos e Instrumentos. Slides, ARQ1339 Tópicos Especiais. em Arquitetura – Professor Gabriel Duarte

Sua arquitetura é modesta e uniforme, caracterizada pela repetição do mesmo elemento modulado de sobrado que acompanha o alinhamento das vias e se delimitam, em sua grande maioria, dois tipos de unidades: uma no térreo com sala, três quartos, dependências e quintal; e outra unidade no pavimento superior com varanda, sala, três quartos e dependências. Um fato interessante sobre a vila diz respeito ao sistema de numeração. Em reportagem publicada em 08 de abril de 2001 pelo **Jornal Estadão**, o ex-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Carlos Fernando de Andrade, explicou que o andar superior era contado como se

fosse mais uma casa, uma vez que, naquela época, eles não tinham a noção de edifício.

Figura 20: Planta baixa dos pavimentos da Vila Operária Salvador de Sá



Fonte: Guia da Arquitetura Eclética do Rio de Janeiro, 2001

Cada bloco possui entrada autônoma sendo o térreo com acesso direto à rua e o pavimento superior acessado por uma escada externa coberta, que chega ao avarandado de madeira sobre a rua. Essas aberturas criadas pelas escadas entre os sobrados conferem ao conjunto um ritmo contínuo e regular. A varanda corrida e o telhado com o beiral em projeção criam uma ligação entre as residências ao longo de cada quadra e marcam uma horizontalidade na fachada, em contraste com a proporção vertical gerada pelos vãos de janelas e portas, que aproveitam a altura do pé-direito de quase 4 metros. O que torna o projeto da vila um modelo pioneiro em proporcionar maior habitabilidade às unidades é a presença da ventilação cruzada em todos os cômodos, resultado da preocupação com a aeração e iluminação do conjunto. As longas janelas e portas de madeira com duas folhas de abrir são subdivididas entre vidros e venezianas que oferecem maiores condições de iluminação e ventilação. Todas as unidades dispunham de banheiro e cozinha e os porões no térreo foram feitos para afastar as unidades do nível do chão, garantindo a salubridade dos sobrados.

No início do século XX, a postura municipal via a necessidade de intervir para garantir moradia higiênica, barata e nas proximidades dos lugares de trabalho para o proletariado, podendo suspender o pagamento de aluguel e livrá-lo da ameaça constante de despejo. Sendo assim, em 1906 a prefeitura solicitou autorização para

aproveitar parte dos extensos terrenos não edificados a serem expropriados para a abertura da Avenida Salvador de Sá, entendendo que a região seria apropriada para a edificação de vilas operárias devido à sua proximidade aos centros de trabalho. Porém, os proprietários preferiram ceder apenas a faixa mínima de terreno necessária para a abertura da via, segundo os termos da lei que regula as desapropriações por utilidade pública. Restou à prefeitura reservar apenas algumas faixas de terreno para a construção de pequenos grupos de habitações operárias com aluguel modesto, uma vez que esses terrenos não tiveram preço compensador em licitação pública. Logo depois, a prefeitura adquiriu uma extensa área de terreno baldio junto à Praça da Glória por um valor conveniente, onde pôde construir uma nova vila operária, na expectativa de resolver um problema social. (RABHA, 2008, p.151)

Construída na Rua do Catete, a Vila Operária Pereira Passos seguiu a mesma configuração de sobrados e estética construtiva da Vila Operária Salvador de Sá, como é possível ver na Figura 20. Segundo a historiadora carioca Renata Santos⁷, esse conjunto, que também ficou conhecido como Beco do Rio, foi demolido na década de 1970 para as obras do metrô, dando espaço para a construção de edifícios e uma escola, atual Ciep Tancredo Neves. “Pouca gente se lembra do estilo arquitetônico, do desespero das pessoas, removidas quase do mesmo jeito que as toneladas de entulho; tudo se apagou da paisagem e da vida da cidade”.

⁷ Renata Santos no post “Villa Aymoré: um recorte na história do Rio de Janeiro” publicado por Jean-Yves em 5 de abril de 2018, no Blog Geneanet <https://pt.geneanet.org/atualidade/post/2018/04/villa-aymore-um-recorte-da-historia-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 25 set. de 2022

Figura 21: Casas Operárias no Beco do Rio, 1925 | Autor: Augusto Malta



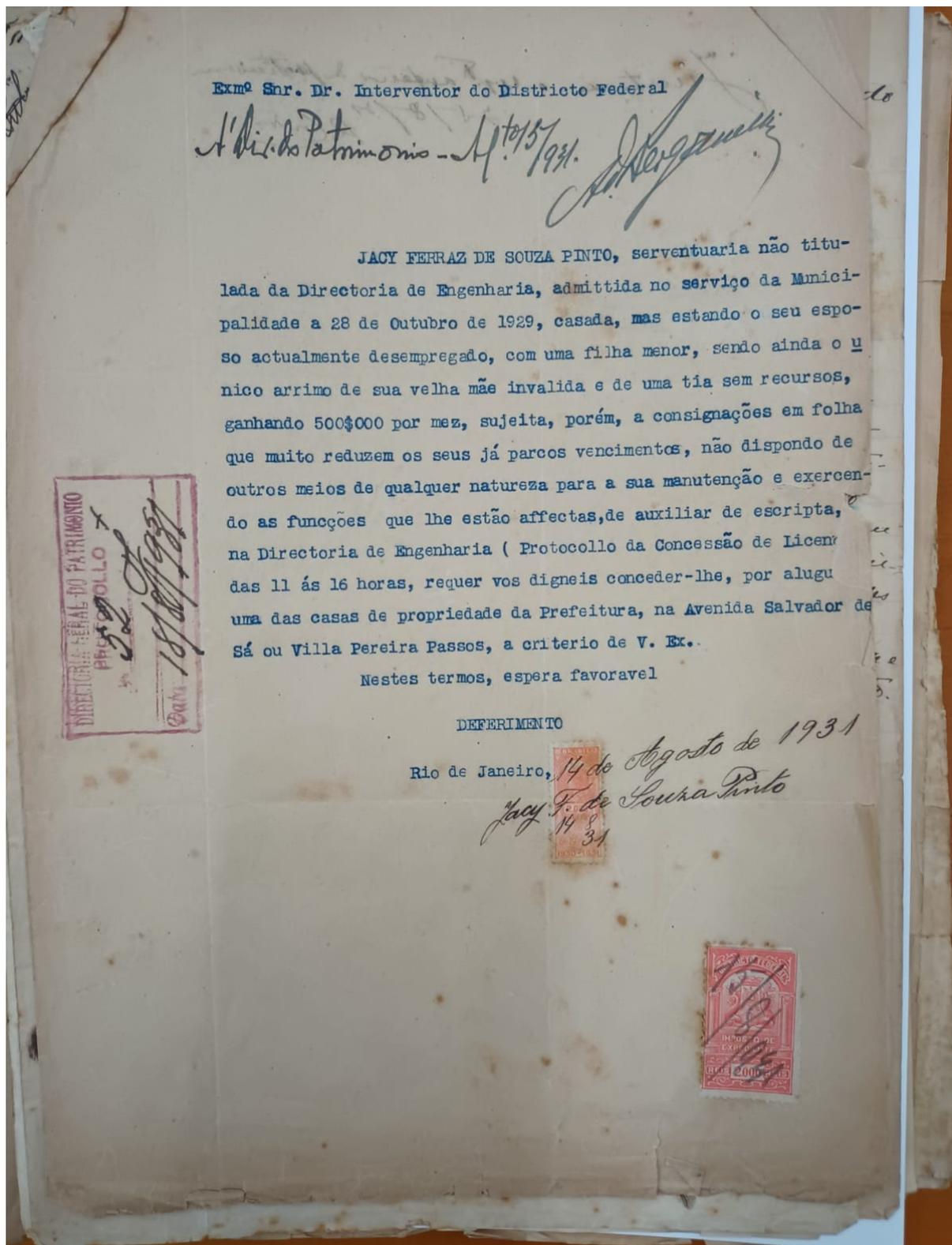
Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa. In: CIAVATTA, Maria. O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Não foram encontradas informações sobre os autores dos projetos das vilas operárias Salvador de Sá e Beco do Rio, nem desenhos técnicos, arquitetônicos ou fotos da época da construção. Em contrapartida, no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi possível identificar um enorme acervo de cartas antigas de funcionários públicos que solicitavam oportunidade de moradia nas vilas operárias Salvador de Sá e/ou Beco do Rio.

Figura 22: Carta de Nestor Moreira, funcionário público, solicitando moradia em Vila Operária Salvador de Sá ou Beco do Rio, 1918



Figura 23: Carta de Jacy Pinto, funcionária pública, solicitando moradia na VOSS ou na Vila Pereira Passos (Beco do Rio), 1931



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2022.

Com a reforma de Pereira Passos, o bairro da Cidade Nova passa a compor a malha urbana e a ser caracterizado pelo uso residencial. Essa reforma, que ficou conhecida como bota-abaixo, expulsou as classes de menor poder aquisitivo do Centro e fez do bairro da Cidade Nova e suas adjacências uma opção de moradia economicamente viável para essa população. A localização do bairro permitiu que seus habitantes estivessem próximos à área central, onde se encontravam as indústrias e as ofertas de trabalho. O bairro também foi procurado para a instalação de bordéis, que foram expulsos pela repressão dessa atividade no Centro da Cidade. Dessa forma, se consolidava a imagem do bairro da Cidade Nova como lugar das classes mais desfavorecidas. (Guia das APACs - Vila Operária da Cidade Nova/Catumbi Ano II n. I 2012, p.4)

Na década de 1920, foi criado pelo arquiteto francês Alfred Agache o Plano Agache, considerado o primeiro Plano Diretor da cidade, que previa a remodelação do espaço urbano, tomando como prioridades o saneamento, o embelezamento e o descongestionamento das vias. Já nos anos de 1940, sob o regime da ditadura militar, as políticas públicas priorizavam a modernização da infraestrutura urbana da cidade, buscando resolver problemas de saneamento básico e implantação de redes viárias. A abertura da Avenida Presidente Vargas (figura 26A) promoveu a extinção da Praça Onze, muitas demolições, inclusive de construções históricas, onde a derrubada de grande parte da região da Cidade Nova deixou centenas de famílias desalojadas. Em consequência, vários quarteirões foram modificados, permitindo a instalação no bairro de pequenas indústrias e oficinas que se utilizavam da proximidade com o porto e com o Centro, além da estrada de ferro. Essa grande intervenção marca o início do processo de decadência da região da Cidade Nova, com o surgimento de cortiços, zona de meretrício e antigos sobrados arruinados.

O Plano Doxiadis, publicado em 1965, caracterizou o bairro da Cidade Nova como parte do eixo do centro metropolitano e prolongamento natural da área central de negócios, com o objetivo de descongestionar o núcleo mais antigo da cidade. Nessa fase, o bairro apresentava uma imagem degradada, deteriorada e doente em função da má conservação dos imóveis e das atividades marginalizadas socialmente que ali se desenvolviam. Esse retrato era visto como um grande problema para o

desenvolvimento da região, fazendo com que novas intervenções para abertura de corredores viários fossem feitas, dependendo da demolição maciça dos casarios locais. Como exemplo, podemos citar a finalização da construção do Túnel Santa Bárbara em 1963, que provocou a demolição de parte dos sobrados da VOSS. Segundo Sharon Zukin, as políticas dedicadas à preservação do patrimônio cultural também servem para fins políticos e econômicos e geram conflitos. “A remodelação das cidades mediante a construção de rodovias destruiu bairros, despojando os moradores de suas casas e negócios e fazendo as comunidades se sentirem traídas e abandonadas pelo modernismo”.

O túnel fazia parte de um projeto viário chamado “Linha Lilás” que tinha como objetivo ligar o bairro de Copacabana ao Cais do Porto. Apesar de sua abertura ter sido importante para o bairro do Catumbi, no sentido de oferecer uma melhor acessibilidade para o bairro, por outro lado, para a abertura desta via, uma série de demolições ocorreram no bairro do Catumbi até a Av. Presidente Vargas. Antigos casarões e imóveis mais simples foram desapropriados e demolidos nos respectivos quarteirões das ruas Frei Caneca, Marquês de Sapucaí e Av. Salvador de Sá. Nesta última, foram demolidos parte da Vila Operária da Av. Salvador de Sá tombada pelo Patrimônio Histórico. A mudança da paisagem local era como se criasse uma cicatriz na cidade, separando a área central do bairro da Cidade Nova. (BAIMA, 2007, p.67)

O Decreto 7.045 de 1974 propôs a eliminação de grande variedade de tipologias arquitetônicas, como os casarios ecléticos do final do século XVIII e início do século XIX, para a construção do Centro Administrativo e criação de uma nova tipologia de edifícios de 4 a 35 andares na região. Logo depois, o Plano Urbanístico Básico, PUB-RIO, que dividia o território municipal em 5 Áreas de Planejamento,

Figura 24: Abertura da Avenida Presidente Vargas; Construção do Complexo Penitenciário Frei e Construção do Sambódromo, 1984



Fonte: <https://terradamusicablog.com.br/da-praca-onze-sapucaí-um-breve-historico-das-escolas-de-samba/>. Acesso em: 25 set. 2022

Fonte: <https://siteantigo.faperj.br/?id=945.2.6>. Acesso em: 25 de set. 2022

Fonte: <https://diariodorio.com/historia-da-praca-onze/>. Acesso em: 25 set. 2022

surgiu com os Projetos de Estruturação Urbana (PEU) para o planejamento local, respeitando as características dos diferentes bairros, além de criar políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social. No final da década de 1980, após anos de obras e novas desapropriações, em março de 1979, a linha 1 do metrô é inaugurada por Geisel, ligando a Praça Onze à Glória.

Um grande acontecimento para a cidade, que impactou profundamente a VOSS e seu entorno, foi a construção do Sambódromo na Avenida Marquês de Sapucaí pelo governo Estadual, em 1984, com projeto de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. A Passarela do Samba tinha como objetivo ser o palco permanente do festival popular mais famoso do Brasil, o Desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. Porém, sua criação seguiu com o processo de descaracterização do bairro, agravando a obsolescência arquitetônica da região, uma vez que sua implantação rasga a malha urbana e forma uma barreira física e visual, afastando qualquer interação da Cidade Nova com os bairros vizinhos. Segundo o artigo⁸ de Augusto Ivan (2001, apud BAIMA, 2007), é possível ver a crítica na época lançada em torno dessa situação:

Finalmente o sambódromo se impôs na área, rompendo qualquer possibilidade de diálogo urbanístico entre os vizinhos bairros do Catumbi, Santa Teresa, Centro e Cidade Nova. Foi uma espécie de golpe de misericórdia no bairro, configurando o que poderia ser descrito como um pesadelo urbanístico ou uma história de terror urbano. Um atentado contra a cidade e os direitos de cidadania. Basta perguntar a qualquer morador da área com mais de cinquenta anos para conferir.

Como disse Nuno Portas em **Velhos Centros, Vida Nova** (1981) durante muito tempo a política cultural adotada deixou demolir ruas e quarteirões inteiros para fazer novas construções que aumentaram os lucros dos proprietários e expulsaram os residentes e, em muitos casos, prejudicaram os próprios monumentos que se queria conservar. Essa fala retrata bem o processo de transformação urbana sofrido pelo bairro ao longo dos anos.

⁸ PINHEIRO, Augusto Ivan. Cidade Nova, Teleporto, SA's. 2001. Essa referência bibliográfica foi retirada da dissertação da Cláudia Baima, uma vez que não foi encontrada pela autora para que o artigo fosse lido direto da fonte.

2.2.2 O Tombamento da Vila Operária

No início da década de 80, com a falta da manutenção pública agravada pela infraestrutura antiga e dimensionamento que não comportava o crescimento da cidade, surgiram os primeiros projetos e discussões que buscavam requalificar e recuperar as áreas centrais, como, por exemplo, o Projeto do Corredor Cultural. Essa proposta implementada pela Lei n. 506⁹, de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, alterou e proibiu alguns usos na região compatíveis com a morfologia e a escala do bairro: incentivou a requalificação urbana, fazendo a manutenção das ruas, largos e praças, investindo na iluminação dos edifícios mais significativos; estimulou obras de recuperação das fachadas, regularizando e padronizando elementos e equipamentos externos nas fachadas dos imóveis, como letreiros, máquinas de ar condicionado, toldos, entre outros.

É nesse momento, ainda em estágio inicial, que os novos planos urbanísticos começaram a dar atenção à questão do patrimônio cultural e histórico da cidade. Com o aumento da necessidade da população em morar nas proximidades do trabalho, comércio e serviços, a importância da área central do Rio de Janeiro é ressignificada e o restabelecimento do Centro como lugar de moradia para as diversas camadas da população assume caráter estratégico para a sustentabilidade das iniciativas de retomada da região. Em 1985, o Conselho de Proteção ao Patrimônio Cultural recomendou ao então prefeito Marcello Alencar o tombamento da Vila Operária. O conjunto arquitetônico que já havia perdido alguns blocos de sobrados devido às sucessivas demolições e reformas urbanas, foi tombado na esfera municipal, como Patrimônio Histórico e Cultural. As principais motivações para o tombamento destacam-se no trecho abaixo, retirado do Decreto n. 5.304/85:

CONSIDERANDO a necessidade de preservar significativo histórico e arquitetônico da Vila Operária (conjunto Salvador Sá), por haver sido a primeira iniciativa governamental carioca, remontando a administração Pereira Passos do antigo Distrito Federal, bem como pela singularidade de arquitetura do conjunto, de grande simplicidade estética (Decreto 5.304/85).

⁹ Lei aprovada em 17 de janeiro de 1984 e depois revisada e complementada pela Lei n. 1.139 de 16 de dezembro de 1987.

A reportagem publicada em 08 de abril de 2001 pelo *Jornal Estadão*, já citada anteriormente, indica que, ainda na década de 80, a Prefeitura e os moradores da vila fizeram um acordo em que seria suspenso o pagamento de aluguel ao município, e, em troca, ficaria a cargo dos moradores a realização das obras necessárias para manutenção dos imóveis. Ainda assim, poucos conseguiram cumprir o acordo e continuavam sem condições financeiras para investirem em reforma e manutenção.

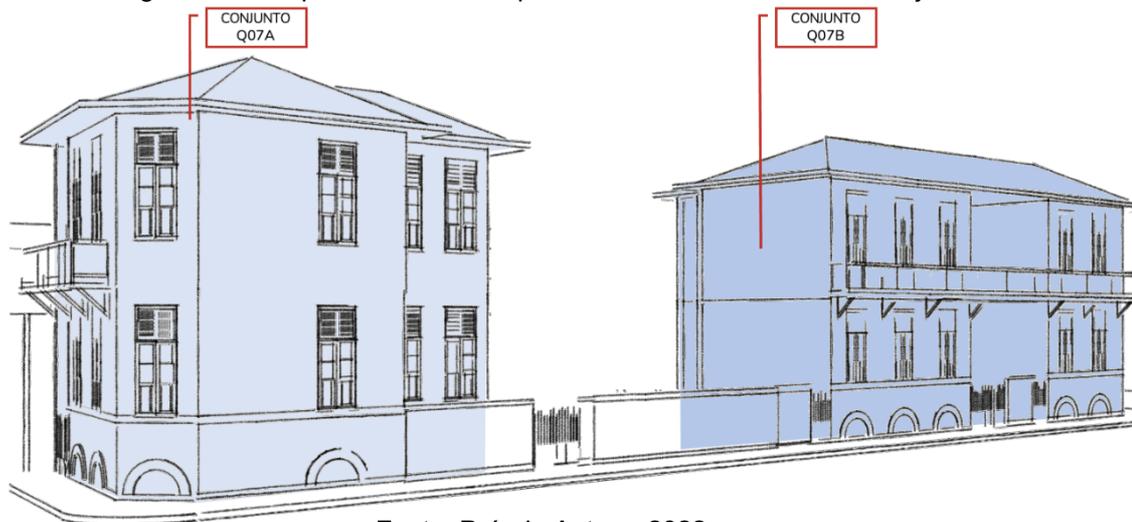
Atualmente, a Vila Operária é composta por edificações que estão divididas em 10 conjuntos, constituídos por 41 blocos com dois pavimentos que, considerando as subdivisões internas de cada bloco, totalizam 99 unidades residenciais. Originalmente havia outras três quadras que foram demolidas. Essas informações foram retiradas do relatório elaborado para o projeto de reabilitação do Conjunto da Vila Operária Salvador de Sá, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação para o Programa Novas Alternativas. Nesse documento, eles caracterizam da seguinte forma o conjunto arquitetônico:

Conjunto – Agrupamento de Blocos residenciais sob um mesmo telhado. (Figura 25)

Blocos – Volumes das construções originais, com dois pavimentos, contidos nos limites das paredes estruturais. (Figura 26)

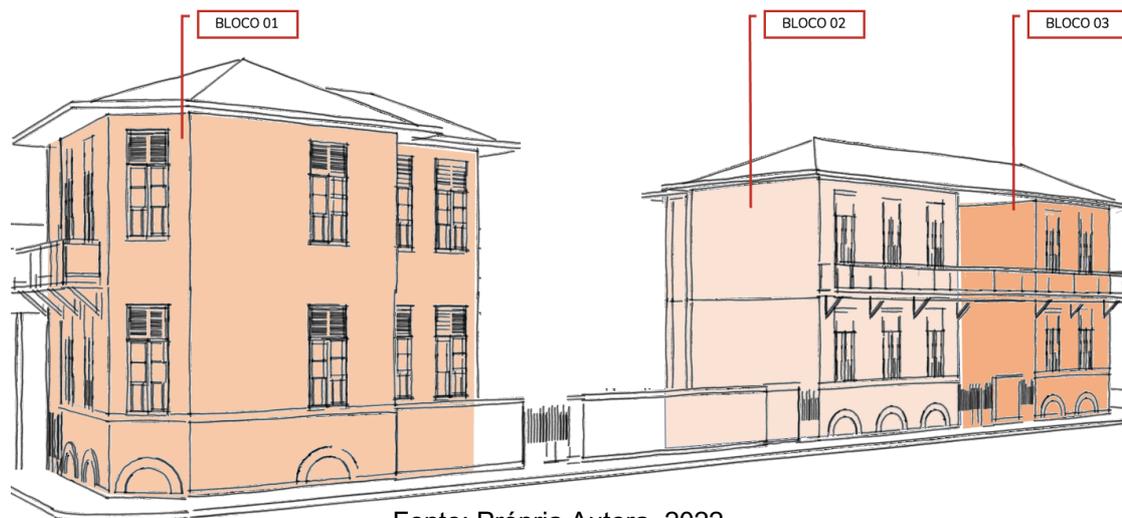
Unidades residenciais – conjunto de compartimentos que constituem uma moradia com entrada independente desde a rua. (Figura 27)

Figura 25: Perspectiva com exemplo da Quadra 07 - Existem 2 conjuntos



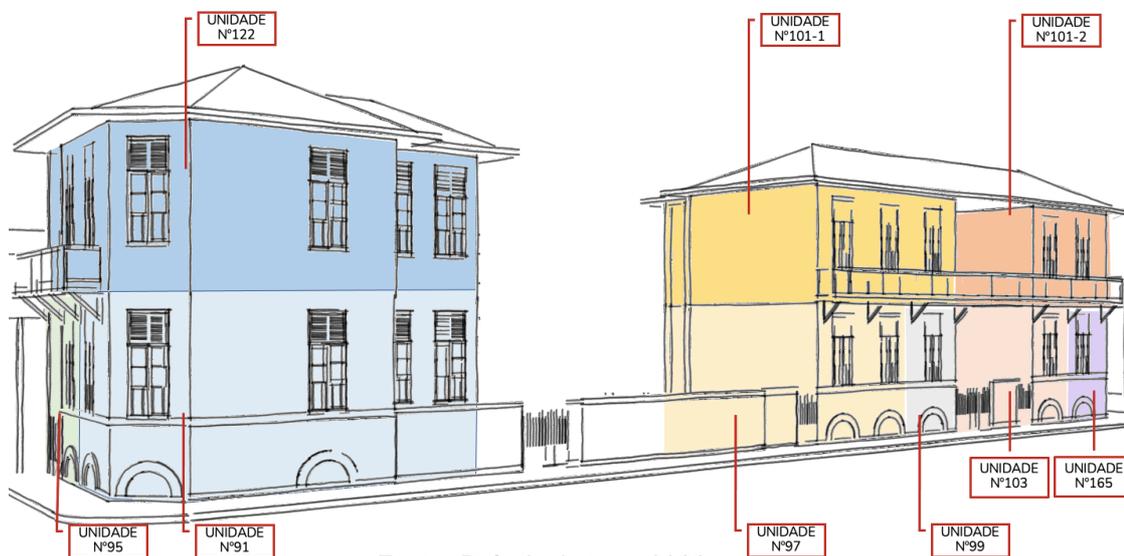
Fonte: Própria Autora, 2022

Figura 26: Perspectiva com exemplo da Quadra 07 - Existem 3 blocos



Fonte: Própria Autora, 2022

Figura 27: Perspectiva com exemplo da Quadra 07 - Existem 9 unidades



Fonte: Própria Autora, 2022

Abaixo, é apresentada a lista dos imóveis tombados que compõem a Vila Operária Salvador de Sá, localizando-os na planta da área em seguida:

- **Quadra 01:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 167, 169, 171 e o n. 58 da rua Visconde de Pirassinunga;
- **Quadra 06:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 81, 83, 85 e 87 e n.115 da rua Presidente Barroso;
- **Quadra 07A:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 91, 95 e 122;
- **Quadra 07B:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 97, 99, 103, 165, 101-1 2 e 101-2;
- **Quadra 09:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 123, 125, 127, 129, 135, 137, 139, 141, 143 e o n. 51 da rua Laura de Araújo;
- **Quadra 10:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 149, 153, 155, 157 e 159;
- **Quadra 13A:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 168, 170, 172 e 174;
- **Quadra 13B:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 208-1 e 210 e 212;
- **Quadra 15:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146 e nº147B da rua Laura de Araújo;
- **Quadra 16:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 124, 126 e 128;
- **Quadra 17:** edificação situada na Av. Salvador de Sá números 100, 102, 104, 106, 108 e 110.

Figura 28: Planta de localização das quadras da Vila Operária (sem escala)



Fonte: Própria Autora, 2022

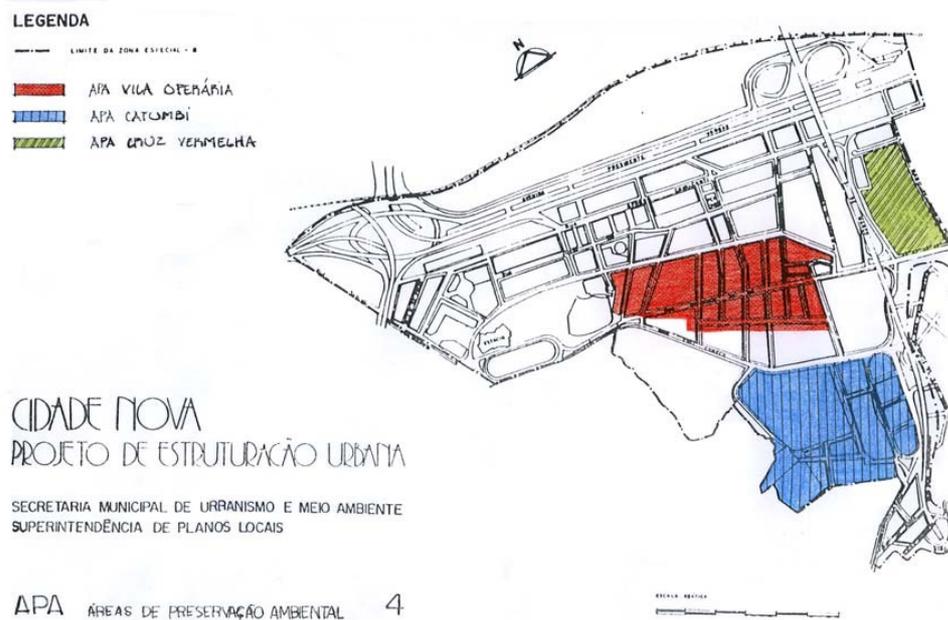
2.2.3 Após a criação da APAC da Cidade Nova

Em 1989, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente da Prefeitura do Rio de Janeiro elaborou um relatório de análise crítica a respeito da legislação em vigor para a área da Cidade Nova. Uma das críticas ao Decreto n. 7353/88 era a proposta de renovação através do uso predominantemente comercial que desconsiderava a vocação da região para o uso residencial. Além disso, o projeto de alinhamento e o projeto aprovado de loteamento, PA 10605 / PAL 41699, precisavam ser revistos por apresentarem problemas que inviabilizavam sua implantação (BAIMA, 2007).

O Decreto Municipal n. 10.040, publicado em 1991 durante a gestão do Prefeito Marcello Alencar, estabelece as condições relativas ao regulamento de zoneamento para a zona especial 8 (ZE-8) – Cidade Nova e cria as Áreas de Proteção Ambiental (APA) da Vila Operária da Cidade Nova e do Catumbi. As APAs surgiram como um instrumento específico de proteção urbana que poderiam variar de caso a caso, tendo cada uma delas a sua peculiaridade. Posteriormente, foram consolidadas no Plano Diretor da Cidade (1992) como Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). O trecho abaixo aponta a preocupação dos agentes municipais com a preservação do casario remanescente da ocupação primitiva do bairro:

O projeto cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Vila Operária da Cidade Nova. Tal fato faz que os projetos de novas edificações ou reformas das edificações existentes nessa área sejam submetidos à Secretaria Municipal Cultural. A nova proposta de usos e atividades permite resgatar a tendência predominantemente residencial da área a ser preservada. As atividades de serviço permitidas convivem harmonicamente com o uso residencial. Foram propostas de forma a garantir a preservação dos imóveis de interesse, nos casos em que para tal é necessária a transformação de uso. A ambiência local é garantida também pelas condições de altura das edificações propostas e ainda pela obrigatoriedade da manutenção da linha de fachada. Acreditamos que a área de entorno da Vila Operária deve se manter o mais próximo possível de suas características originais. Para tanto é necessário que se faça a seguir um projeto de Revitalização da Área, incluindo também a APA do Catumbi (PEU. 1990, p. 22 apud BAIMA, 2007).

Figura 30: Mapa com a demarcação das APAs do Catumbi, Cruz Vermelha e Vila Operária



Fonte: PEU da Cidade Nova, 1990 apud BAIMA, 2007

Figura 29: No destaque em vermelho, vista panorâmica da APAC da Cidade Nova



Fonte: Relatório Projeto SA's, 1999 apud BAIMA, 2007

Esse instrumento de proteção buscou preservar o ambiente construído no entorno da VOSS tombada, contribuindo para a consagração deste espaço como território de moradia. A legislação criada estabeleceu parâmetros de proteção dos imóveis, limitando o gabarito para novas construções e indicando três níveis de preservação para os imóveis que não poderiam ser demolidos.

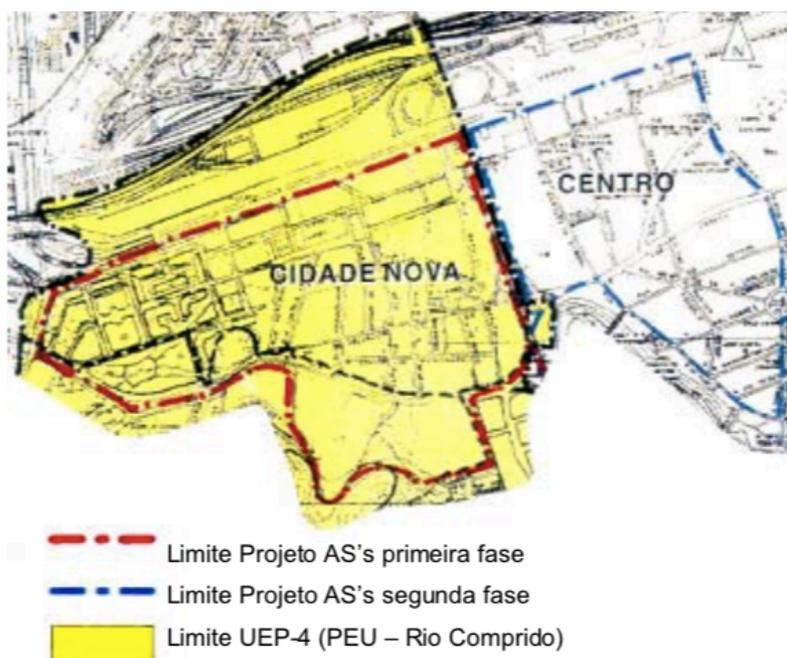
Em 1994, a implantação do Projeto Teleporto na Cidade Nova finaliza o processo de expulsão do baixo meretrício, tendo como principais agentes o governo municipal e a iniciativa privada. O contexto mundial era de avanços na área da telemática, que associa telecomunicações com informática para a circulação de dados em alta velocidade. Essa estrutura telemática – criada para ser compartilhada entre organizações interessadas e que puderam atender a outras demandas da “nova economia” – foi destinada a regiões específicas e chamadas de teleporto. O bairro foi escolhido para receber o empreendimento de acordo com o plano estratégico de fortalecimento do Centro, que buscava evitar a fragmentação da cidade com o forte crescimento da Barra da Tijuca, e pela sua proximidade ao centro de negócios e facilidade de acesso a diversos pontos da cidade, sendo considerada pela sua localização como “o coração viário do Rio de Janeiro”. Dessa forma, apostava-se na plena ocupação da região com o projeto Rio-Teleporto em acordo com o traçado viário, a extinção das construções datadas de antes de 1940 e a implantação de uma nova arquitetura, a partir das tendências da economia globalizada. A proposta volumétrica consistia em edifícios com oito pavimentos, na região próxima ao Elevado Paulo de Frontin, buscando manter a altura homogênea do único edifício preservado, e no entorno do Centro Administrativo da Prefeitura as alturas poderiam variar entre oito e dezoito pavimentos. Todos os blocos deveriam ocupar a testada dos lotes, apresentando galeria de circulação em pilotis junto às calçadas, galerias de pedestres atravessando as edificações e, em alguns casos, possuir pátios internos.

No final deste mesmo ano, é elaborado o Projeto SA's, com a proposta de requalificação e revitalização da área situada entre o Teleporto e o Sambódromo, no eixo viário definido pelos logradouros Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá e adjacências. Teve como agentes os técnicos da Prefeitura, liderados pelo então Secretário de Urbanismo, Luiz Paulo Conde, e contou com assessoria de arquitetos

internacionais, dentre eles o arquiteto português Nuno Portas. O objetivo do projeto era a melhoria da infraestrutura, a renovação dos espaços públicos e a recuperação e renovação do ambiente construído, com reflexos nas atividades de comércio e serviços da área. A proposta não pôde ser viabilizada por motivos econômicos, mas depois foi aproveitada como parte do Projeto de Estruturação Urbana, PEU – Rio Comprido (Rio Comprido, Estácio, Cidade Nova, Catumbi). Esse projeto de 1996 foi dividido em cinco temas:

1. Condições Ambientais;
2. Sistema de Transporte e Malha Viária;
3. Dinâmica Econômica e Dinâmica Imobiliária x Investimentos Públicos e Privados;
4. **Proteção ao Ambiente Cultural e Paisagístico;** (grifo nosso)
5. **Moradia (moradia popular, favelas, cortiços, conjuntos.** (grifo nosso)

Figura 31: Mapa Projeto SA's – Limites físicos das fases de projeto



Fonte: Relatório Projeto SA's, 1999 apud BAIMA, 2007

Podemos destacar aqui a importância dos temas 4 e 5 do PEU – Rio Comprido, pois eles se relacionam diretamente com o objeto de pesquisa dessa dissertação. Em relação à Proteção ao Ambiente Cultural e Paisagístico, o PEU apresentava como objetivos: incentivo a novas residências e a tipologias adequadas ao uso residencial de baixa renda. Como proposta para esse tema são indicados a revisão da legislação

em diversos aspectos, a restauração da Vila Operária, o projeto de recuperação e manutenção de cortiços, o programa de geração de renda, o programa de financiamento para recuperação e manutenção de imóveis preservados e tombados. Essas ações seriam alcançadas através de uma operação Interligada entre diversos setores, sendo oferecidos alguns instrumentos como a transferência de potencial construtivo, a isenção de IPTU e o abatimento de ISS. No que se refere ao tema da Moradia, o PEU apresentava como objetivos: garantir a permanência da população residente; facilitar e orientar investimentos públicos em área de favelas; compatibilizar interesse de preservação do ambiente cultural e paisagístico com habitação popular e incentivar o incremento do uso residencial. Para isso, as propostas administrativas seriam o investimento na urbanização das favelas; regularização fundiária; aumento da segurança, policiamento e a implantação do Programa Novas Alternativas¹⁰ nas áreas de concentração de cortiços.

Para complementar essas ações, foram apresentadas também propostas legislativas como: Identificação de áreas destinadas à habitação popular; criação de parâmetros especiais e incentivos ao uso residencial, incluindo cortiços e casas de cômodo; previsão de reassentamento de famílias em áreas de risco e a previsão de investimento público na recuperação das condições habitacionais. Entretanto, o PEU – Rio Comprido tampouco foi concluído ou executado, servindo apenas para a realização de pesquisas e levantamentos que deram origem somente a propostas preliminares. (MENEZES, 2011, p. 204-207)

Em 2006, o antigo prédio da Casa de Correção da Corte, que deu origem à Penitenciária Frei Caneca, foi desativado e em 2010 todo o complexo foi implodido para a construção de moradias populares para o Programa Minha Casa, Minha Vida. O conjunto habitacional foi dividido em dois condomínios, que receberam o nome de Zé Ketí e Ismael Silva, com um total de 2.500 apartamentos, tendo como principal agente o Governo Federal. Do que foi considerada a maior prisão do Brasil

¹⁰ Abordaremos o Projeto Novas Alternativas no subcapítulo a seguir.

restou apenas o portal que foi tombado por sua importância arquitetônica, histórica e cultural, servindo como memória do que ali existiu.

A partir de uma iniciativa lançada pela Prefeitura do Rio de Janeiro em 2011 pelo então prefeito Cesar Maia, em parceria com o Instituto dos Arquitetos, foi lançado um concurso para o que viria a ser o Centro de Convenções Sul América. Esse complexo constituído por dois edifícios comerciais de dez pavimentos, um centro de convenções de médio porte, estacionamento e um edifício histórico tombado ocupa área correspondente a 16.000m². A casa histórica mantida na área de implantação do projeto foi a única preexistência preservada, tendo sido realizadas muitas demolições do casario remanescente da primeira metade do século XX. A construção foi realizada por etapas e privilegiou o Centro de Convenções, inaugurado em 2007, sendo os outros programas inaugurados até meados de 2010.

O início da década de 2010 ficou marcado por empreendimentos que impulsionaram diversas intervenções no bairro e que provocaram o surgimento de novos espaços residuais. Destaca-se o impacto das obras do metrô da Cidade Nova para a construção de uma estrutura marcante que conecta a Avenida Presidente Vargas através de uma enorme passarela com acesso a vários pontos da pista. Em seguida, veio o período Pré-Olimpíadas Rio 2016, que alavancou a criação de um pólo de desenvolvimento na área, constituído pela construção dos edifícios da Petrobrás, da Oi e um Centro de Convenções da Prefeitura.

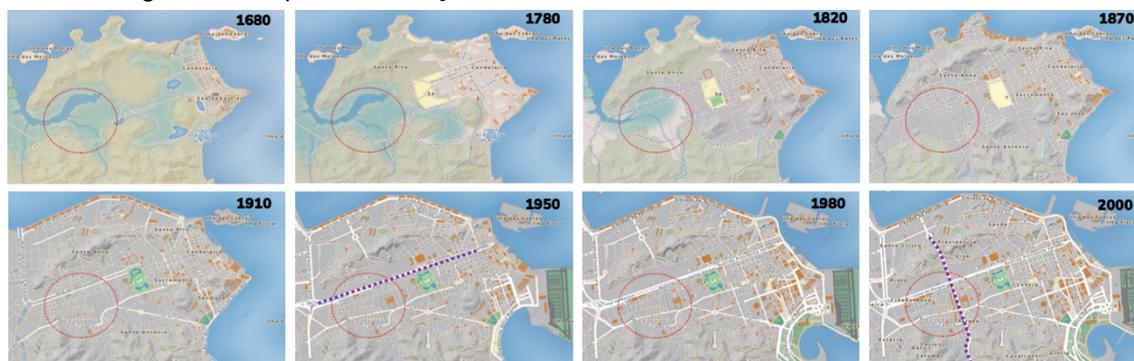
O planejamento para a cidade proposto por diferentes gestões não conseguiu solucionar muitas das questões urbanísticas e princípios como a verticalização das construções e a separação de usos e funções resultaram em novos problemas: grandes distâncias, segregação social e mau aproveitamento e manutenção da infraestrutura. É possível perceber o contraste formado na paisagem entre a área protegida e a fração do bairro da Cidade Nova que não corresponde à APAC, resultado das intervenções urbanas que não se preocuparam com a ruptura criada entre as estruturas viária, fundiária e edilícia dessas duas partes.

Figura 33: Vila residencial (oito casas) na Rua Souza Neves prestes a ser demolida nos anos 1990. Ao fundo, o CASS (Centro Administrativo São Sebastião).



Fonte: IRPH - Alberto Taveira (1995) apud SOUZA, 2020

Figura 32: Mapas da evolução urbana do Centro da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Imagine Rio

2.2.4 O Projeto do Programa Novas Alternativas para a Vila Operária

Em 1994, foi criada a Secretaria Municipal de Habitação e com ela uma política habitacional que tinha como conceito básico o “acesso à cidade”, que amplia as possibilidades de resposta à questão habitacional admitindo que o conceito de morar inclui todas as demais atividades e serviços necessários à vida urbana. Para isso, a atuação da secretaria deveria acontecer de forma integrada para promover, além do acesso a moradia, o acesso aos transportes, equipamentos sociais, serviços públicos

e infraestrutura básica. Como parte desse plano de ações municipais, nasce o Programa Novas Alternativas, para atuar na recuperação urbana em áreas centrais e na incorporação desses bairros aos usos regulares da cidade. Tinha como objetivo principal formular, propor e estimular a realização de novos projetos habitacionais em áreas consolidadas do Rio de Janeiro. Considerando modos alternativos de morar foram desenvolvidos projetos em vazios urbanos, edificações subutilizadas e degradadas ou intervenções em conjuntos habitacionais objetivando a melhoria e o desenvolvimento da cidade. A viabilidade das soluções elaboradas pelo programa dependia da articulação de diversos órgãos e agentes financeiros como a Caixa Econômica Federal.

A Vila Operária Salvador de Sá foi tema de um dos projetos desenvolvidos pelo programa e para subsidiar esse projeto de recuperação da Vila foi criado um convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Urbanismo. A estratégia de atuação sobre a VOSS partiu de um projeto-modelo, onde foram estabelecidos os parâmetros gerais para a intervenção em todo o conjunto, com possibilidade de adaptação de acordo com as especificidades de cada quadra. O projeto arquitetônico final compatibiliza as diretrizes para restauração do bem tombado às necessidades dos moradores e à viabilidade econômica da intervenção. É proposta a restauração das principais características estruturais e de todas as fachadas externas, telhados, escadas, gradis e balcões. Quanto à volumetria externa original das construções, é indicada a reconstituição sempre que possível e, onde for necessária a reconstituição interna das unidades, a planta original deverá ser mantida, com pequenas alterações para a ampliação do banheiro e da cozinha, incluindo uma área de serviço.

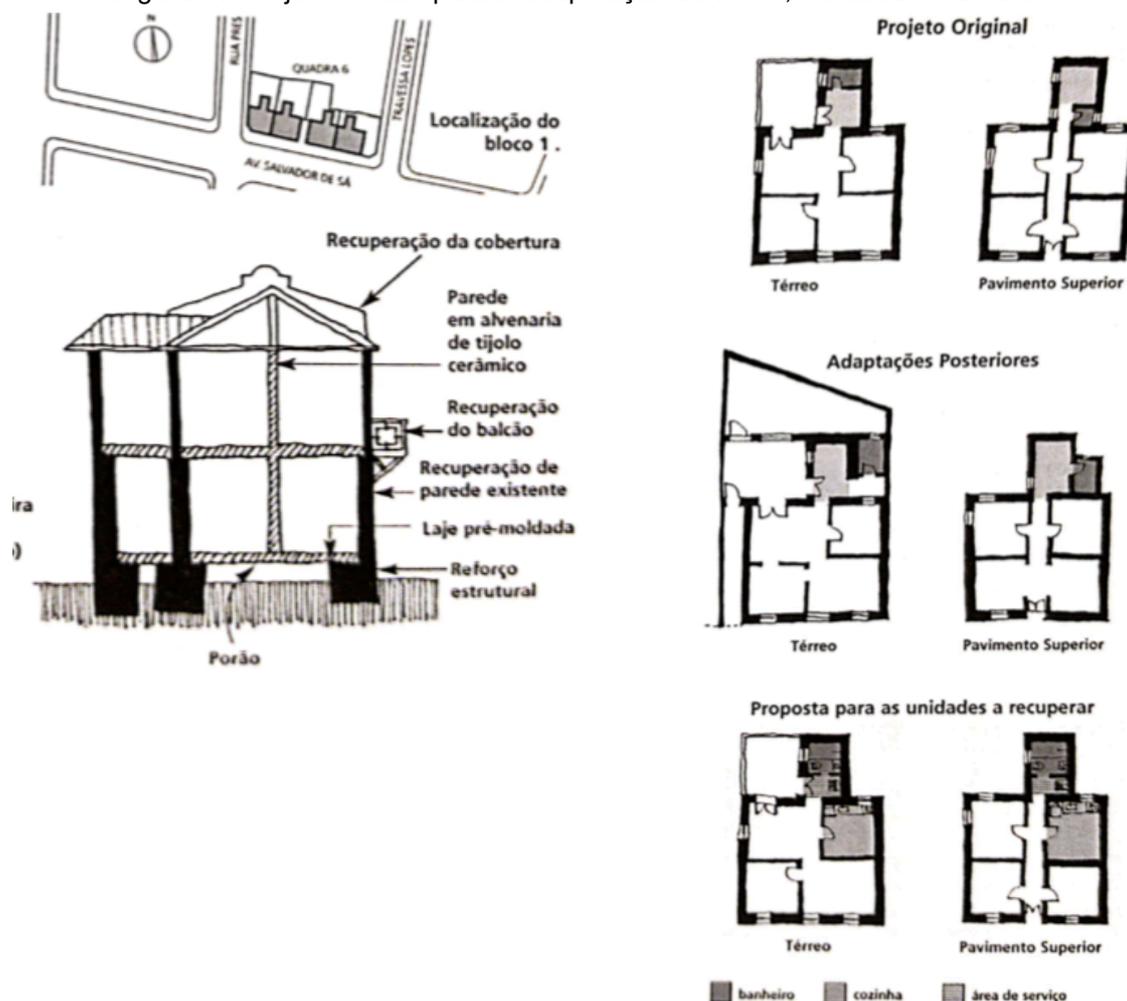
A proposta considerava que a Prefeitura iria viabilizar a recuperação das partes comuns (fachada, telhado, balcões, etc.) em parceria com os moradores, que ficariam responsáveis pela recuperação da parte interna das unidades com o auxílio do crédito para aquisição de material de construção, através do programa de financiamento da Caixa. Sobre essa questão, uma reportagem do **Jornal Extra**, feita por Bernardo Moura em maio de 2009, com a manchete “Projeto da Prefeitura do Rio para a Vila Operária Salvador de Sá é recebido com desconfiança pelos moradores” já apontava

um possível conflito entre os agentes envolvidos e os moradores, o que aumentava a complexidade na busca por soluções. O trecho abaixo foi retirado dessa matéria e apresenta mais detalhes sobre a proposta:

Além disso, pairam dúvidas sobre o que acontecerá após a reforma. Em princípio, a Prefeitura do Rio financiaria os imóveis nos moldes do "Minha casa, minha vida". Como a restauração é uma obra cara, as unidades seriam enquadradas na faixa de três a seis salários mínimos (de R\$ 1.395 a R\$ 2.790). Quem não puder arcar com o custo da prestação, será transferido para outros imóveis no Centro. Outra hipótese em estudo, e que acalmaria os atuais moradores, é a de renovar a permissão de uso das unidades, que pertencem à Secretaria Municipal de Fazenda. – Tudo será feito com muito respeito social. Ninguém será enxotado - ressaltou Jorge Bittar (**Jornal EXTRA**, 2009).

Apesar da existência desse projeto, ele não foi executado e a proposta de intervenção na vila operária não seguiu adiante.

Figura 34: Projeto-modelo para a recuperação da VOSS, Novas Alternativas.

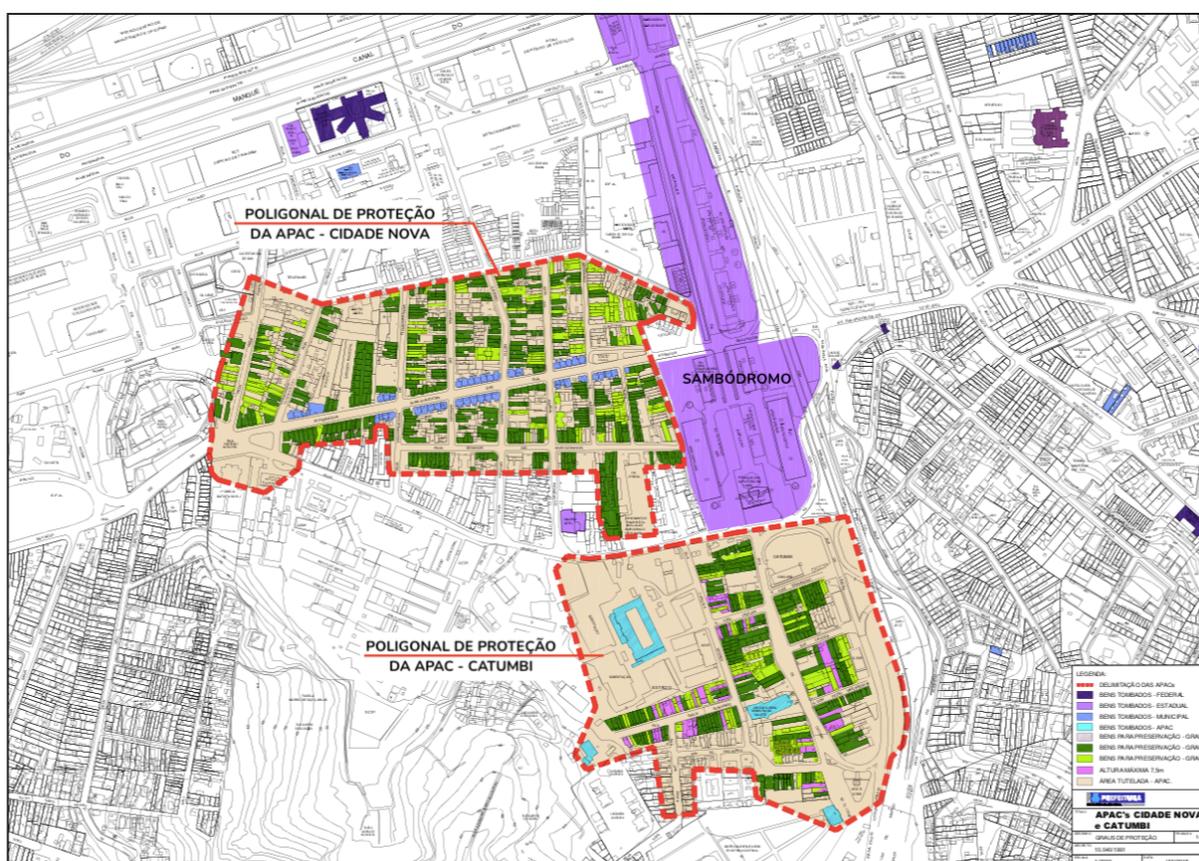


Fonte: Novas Alternativas – Projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro, 2000

2.3 As manifestações culturais e o valor de memória presente no bairro

O patrimônio cultural pode ser compreendido pelas obras materiais e não materiais de seus artistas, arquitetos, músicos e escritores, assim como as “criações anônimas surgidas da alma popular” que estão atreladas a um conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, obras que expressam a criatividade de um povo seja pela “língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas”. (Declaração do México, Conferência Mundial sobre Políticas Culturais ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios México – 1985)

Figura 35: Mapa atual da APAC Cidade Nova e Catumbi



Como falado anteriormente, no final do século XIX, a região da Cidade Nova foi destino para muitos recém-chegados à cidade e reuniu grupos de distintas religiões, nacionalidades e etnias. Como consta no Guia das APACs - Vila Operária da Cidade Nova, essa especificidade populacional fez do bairro e, mais precisamente da Praça

Onze, o ponto mais importante de festas populares da época, com desfiles de cordões e blocos, bem como festas e práticas religiosas de matriz africana.

Segundo o site do espaço cultural "Casa da Tia Ciata¹¹", a casa da baiana que morava na Rua Visconde de Itaúna ficou famosa e se transformou no principal ponto de convívio comunitário da Praça Onze. Tia Ciata, que tinha como ofício cozinhar quitutes, morou na Cidade Nova entre os anos de 1899 e 1924, abrindo sua casa para músicos e compositores se reunirem e criarem sambas históricos. Em 1926, Ismael Silva e outros compositores fundaram a primeira escola de samba "Deixa Falar" que posteriormente deu origem a outras escolas como Estácio de Sá, Mangueira e Portela. O Carnaval podia ser dividido em dois tipos de manifestações: um era definido pelos bailes de salão e corsos feitos pelas classes mais ricas e outro pelos maracatus, cordões, blocos, frevos, afoxés e escolas de samba, feitos pelas classes menos favorecidas. Em 1933, o prefeito Pedro Ernesto organizou o primeiro desfile oficial de escolas de samba na Praça Onze. Os desfiles passaram a ser anuais, com grande presença do público. Ainda segundo o site, além de ser o reduto dos negros cariocas, a praça também reuniu a maior concentração judaica da história da cidade. A configuração das casas permitia o uso misto, com espaço para lojas no térreo e residências nos andares superiores, atraindo os imigrantes judeus que trabalhavam com comércio. Por consequência, clubes, grêmios políticos e sinagogas se instalaram

Figura 36: Praça XI de Junho – Antes da reforma



Fonte: <https://terradamusicablog.com.br/da-praca-onze-sapuca-i-um-breve-historico-das-escolas-de-samba/>. Acesso em: 25 set. 2022

*Vão acabar com a Praça Onze
Não vai haver mais Escola de Samba, não vai
Chora o tamborim, Chora o morro inteiro
Favela, Salgueiro, Mangueira, Estação Primeira
Guardai os vossos pandeiros, guardai
Porque a Escola de Samba não sai
Adeus, minha Praça Onze, adeus
Já sabemos que vais desaparecer
Leva contigo a nossa recordação
Mas ficarás eternamente em nosso coração
E algum dia nova praça nós teremos
E o teu passado cantaremos*

Trio de Ouro: Dalva de Oliveira, Herivelto Martins e Nilo Chagas.

¹¹ Tia Ciata é uma das figuras mais influentes da cultura negra carioca do início do século XX.

no local. Infelizmente, grande parte dessa história se perdeu com os planos de urbanização que desapropriaram e demoliram imensas áreas edificadas na praça e seu entorno.

Em entrevista ao **Jornal Extra**, Marco Antônio da Silva Mello, antropólogo da UFRJ, conta que a Praça Onze era um local de acolhimento e o epicentro de um sistema complexo de relações, que envolvia diferentes grupos e classes sociais. “O samba surge como produto do engajamento e entrosamento entre eles. Pessoas que se frequentavam, se ouviam, se cruzavam nas ruas, nos mercados, nas saídas e entradas das sinagogas, nas igrejas e nos terreiros.” (2014)

Grandes nomes da música brasileira como Luiz Melodia, Gonzaguinha, Ismael Silva, entre outros, moraram e frequentaram os bairros da Cidade Nova e Estácio. No texto S.O.S Vila Operária, de Ana Paula Conde¹², um dos antigos moradores da vila é entrevistado e traz a informação de que Moreira da Silva morou em um dos sobrados da Vila Operária que foi demolido para a construção da Passarela do Samba, Sambódromo, na Rua Marques de Sapucaí.

Figura 37: Praça Compositor Ismael Silva com estátua em sua homenagem



Fonte: Google Maps, 2019

Esse equipamento urbano foi criado para receber os desfiles das escolas de samba sem depender de grandes esforços físicos e financeiros para montagem e desmontagem das arquibancadas, que antes congestionavam parte da Avenida Presidente Vargas. Porém, nos dias de hoje, vemos que aquela festa popular que se formou na rua englobando uma diversidade de pessoas, ritmos e costumes foi deslocada para um espaço pago e cercado que, apesar de toda monumentalidade arquitetônica, se tornou um grande vazio urbano de uso sazonal e sem diálogo com a comunidade local. O historiador Luiz Antonio Simas¹³ faz uma crítica a essa questão

¹² A autora não encontrou o ano da publicação nem o nome da revista. É possível ver o texto completo no anexo D desta dissertação.

¹³ Luiz Antônio Simas é historiador, professor, escritor e compositor. Esse trecho foi retirado de sua entrevista para o podcast Atualizese, Episódio #22 – Luiz Antonio Simas: O Rio de outros Carnavais.

dizendo que o sambódromo foi “arenizado” e o problema gerado por esse processo foi a transformação do público, de modo que, onde antes havia sambistas, passa a haver clientes do produto escola de samba. Este novo público é constituído por pessoas que não entendem e não possuem a mesma relação de afeto com o samba que a comunidade costuma ter. O historiador defende a criação de “espaços de dignidade para o espetáculo das escolas de samba” e reforça que eles devem ser acessíveis para toda a população carioca.

Analisando as várias rupturas e as intervenções urbanísticas sofridas pelo bairro e pela APAC da Cidade Nova, podemos entender melhor o atual quadro de deterioração física e de marginalização social que há décadas marca a paisagem e a vida de seus moradores. Infelizmente, quando falamos sobre degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural vemos que os reflexos negativos extrapolam os territórios físicos e contribuem para o “empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo”. (Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972)

Para concluir esse capítulo, é preciso falar sobre um aspecto muito característico desse território de moradia que é o bairro da Cidade Nova: a apropriação dos espaços livres públicos. No próprio *Guia* da APAC da Cidade Nova, a paisagem é descrita como um lugar de “casas com fachadas de azulejos e granito que abrigavam gente pacata, em sua maioria migrantes e seus descendentes que, à tarde, colocavam as cadeiras na calçada para uma boa prosa.” (Guia das APACs, 2012, p.7) Em todas as visitas de campo e inclusive nas buscas virtuais pelo Google Street View foi possível encontrar esses códigos culturais que viabilizam a leitura de um modo peculiar de apropriação do espaço público das ruas e das calçadas. Esse modo de viver típico da cultura carioca é comum em territórios de moradia que se desenvolveram sob a influência de antigos cortiços e vilas, onde seus habitantes puderam criar com esses espaços uma relação de afeto e pertencimento. Nas imagens abaixo, algumas cenas do cotidiano com pessoas na porta de suas casas conversando com o vizinho e um casal lavando o carro na rua. Cadeiras, brinquedos e até um varal de roupas estendido mostram a extensão do privado das casas para o espaço público das calçadas.

Figura 38: Imagens do cotidiano nas ruas da APAC da Cidade Nova



Fonte: Google Street View, 2019.

O trabalho desenvolvido no bairro do Catumbi e apresentado no livro **Quando a rua vira casa** (VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. 1985), abordou a relação e as diferentes formas de apropriação desses espaços livres de uso coletivo e a mesma leitura pode ser aplicada no contexto encontrado na APAC da Cidade Nova:

Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações. A expressão “alma da rua” significa um conjunto de veículos, transeuntes, encontros, trabalhos, jogos festas e devoções. Ruas têm caráter e podem ser agitadas, tranquilas, sedes de turmas, pontos e territórios (Briggs, 1972). A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo. Um “microcosmo real” de espaços e relações (Jacobs, 1973) que tem a ver com repouso e movimento, dentro e fora, com intimidade e exposição e assim por diante (VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. 1985, p.24).

3 VILAS, PATRIMÔNIO E MORADIA

Nesse capítulo serão abordados tópicos que aproximam o tema escolhido, a intervenção em patrimônio localizado em Área de Proteção do Ambiente Cultural na cidade do Rio de Janeiro, ao objeto dessa pesquisa, um projeto de intervenção em quadra de vila operária que inclui projeto de restauro e de arquitetura contemporânea na abordagem Antigo-Novo. Serão estudadas de forma mais aprofundada as transformações arquitetônicas, urbanas, sociais e simbólicas da habitação coletiva no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Também serão apresentados os principais conceitos teóricos que pautaram o trabalho no campo do restauro e conservação de bens arquitetônicos culturais.

3.1 Do surgimento ao declínio: vilas inseridas no contexto urbano carioca

A revolução industrial que teve início na Inglaterra em meados de XVIII provocou uma série de transformações na urbanização das cidades, no modo de vida das populações e estabeleceu novas relações sociais. O avanço e o crescimento dos meios de produção e transporte, a abertura de grandes vias arteriais e a especialização de setores urbanos que estabeleciam bairros de acordo com suas funções, permitiram que indústrias fossem implantadas nas cidades, intensificando a migração da população das zonas rurais para as zonas urbanas. Foi na metade do século XIX, depois da independência do Brasil, que o desenvolvimento da economia cafeeira permitiu que os altos lucros fossem investidos em outras atividades econômicas, como por exemplo, na indústria. Alguns grandes empresários da época financiaram as estradas de ferro e toda infraestrutura necessária para o desenvolvimento de um novo mercado. A riqueza do café dinamizou as atividades comerciais e criou condições propícias ao desenvolvimento industrial e à expansão das cidades. Aos poucos, entre meados do século XIX e início do XX, foram surgindo as primeiras fábricas no país ligadas à extração mineral, produção de calçados, tecidos e alimentos.

Segundo Maricato (1998), as primeiras indústrias têxteis no Brasil foram instaladas a partir de 1844 na cidade de Salvador e arredores, mas o seu

desenvolvimento concentrou-se no Centro-Sul do Brasil, região de produção cafeeira. Com a crise do café (1874-1875), parte desse contingente de trabalhadores do campo migrou para as cidades. A partir dessa época, ocorreu um grande fluxo de imigrantes e de escravizados libertos para as principais cidades e capitais que, juntos, formariam uma grande oferta de mão-de-obra para o setor industrial emergente nas regiões urbanas (RODRIGUES, 1988 apud SILVA, 2008).

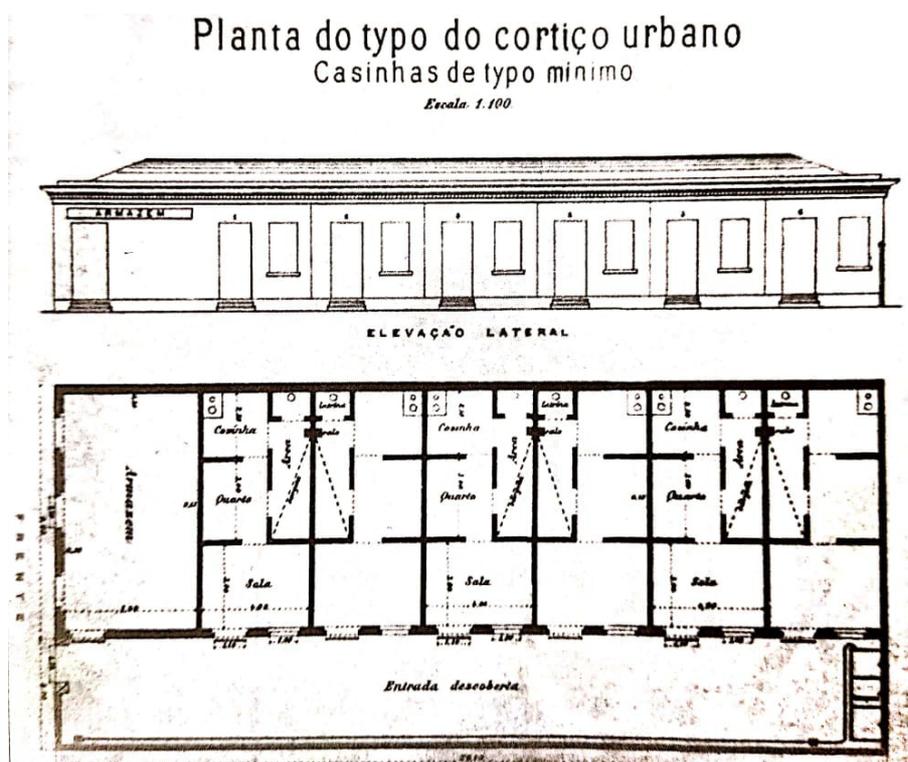
No século XIX, uma das primeiras fábricas do Brasil, a metalúrgica “Fábrica Nacional de Ipanema”, foi construída próxima à atual cidade de Sorocaba e utilizava inicialmente a mão de obra escravizada e o suporte de técnicos estrangeiros. No local, foram construídos alojamentos para operários, supervisores e trabalhadores, além de outros equipamentos de apoio como um hospital, uma farmácia, uma capela, uma prisão e um quartel.

Segundo Regina Ferreira da Silva (2008, p.36), essa configuração evidenciava a necessidade de reorganização do trabalho e principalmente do controle dos trabalhadores e seu cotidiano: “A partir das duas últimas décadas do século XIX até os anos quarenta do século XX, difundiu-se largamente pelo Brasil a prática de criação de vilas operárias e de núcleos fabris em localidades rurais.” A construção de moradia para a classe operária por agentes industriais esteve relacionada principalmente com a necessidade de levar as fábricas para as localidades rurais, para que estivessem junto às fontes de energia e matéria-prima e inseridas de forma estratégica para disciplinar a mão-de-obra, fundamentada na sedentarização, na moralização dos costumes e na difusão de novas noções de higiene. (CORREIA, 1997 apud SILVIA, Regina, 2008, p.37)

A industrialização no Brasil acelerou o processo de urbanização, agravando a escassez de infraestrutura urbana e o adensamento populacional, o que se refletia na saúde, educação e moradia da população. Pode-se dizer que essas foram as primeiras consequências negativas da urbanização. Atraídas pela oferta de emprego, sobretudo no setor industrial, as classes trabalhadoras migraram para as cidades, iam morar nos bairros pobres, onde proliferavam os cortiços e, de forma urgente e precária, provocaram o adensamento e o surgimento de diferentes tipos de estalagens

e habitações coletivas para atender à nova demanda. O conceito de habitação coletiva é definido por Lilian Fessler Vaz (2002) como “várias unidades habitacionais abrigadas sob o mesmo teto e construídas sobre o mesmo lote onde se compartilham certos equipamentos”. (VAZ, 2002 apud PINHEIRO, 2002, p.126) As moradias que se tornaram mais populares nesse período foram os cortiços, formados por pequenas casas alinhadas e enfileiradas em um único corredor, e as casas de cômodo, casas maiores subdivididas internamente. Em ambos os casos, os banheiros e lavanderias eram de uso coletivo.

Figura 39: Planta do cortiço urbano: proposta de casa mínima para a produção rentista. A planta é similar a que passou a ser replicada nas vilas operárias.



Fonte: Origens da Habitação Social no Brasil, Nabil Bonduki, 1998.

Figura 40: Cortiço na Rua do Hospício (atual Buenos Aires), Rio de Janeiro.



Fonte: Augusto Malta, 1905

Figura 41: Estalagem nos fundos dos prédios de 12 a 44 da Rua do Senado



Fonte: Augusto Malta, 1906

É importante ressaltar que o fator comum entre quase todos esses diferentes modelos de habitações populares era que eles funcionavam como moradias de aluguel. Até a década de 1930, essa era a forma dominante de morar da população, pois naquela época não existiam sistemas de financiamento da casa própria. (BONDUKI, 2017) No cenário urbano carioca da segunda metade do século XIX, o

adensamento da área central da cidade, que se desenvolveu sem melhorias nas condições de higiene e salubridade, favoreceu a proliferação de doenças e epidemias, relacionando diretamente as condições habitacionais às questões de saúde pública. A cidade vivia um processo profundo de transição do sistema colonial ainda vigente para o sistema republicano industrial. (LUZ, 2014, p.11)

No início do século XX, a atividade industrial carioca se concentrava principalmente no centro da cidade, ou em suas imediações, e caracterizava-se predominantemente pelos pequenos estabelecimentos dedicados à fabricação de calçados, confecções, bebidas e mobiliário. Surgiam também no Centro as primeiras gráficas, as metalurgias leves e fundições. (ABREU, 1997) Nesse período, a então capital federal se tornou o maior centro manufatureiro do país, tendo como principal setor a indústria têxtil. Bairros como Jardim Botânico, Gávea, Vila Isabel e Bangu constituíram-se, naquele período, como importantes núcleos fabris. Podemos também citar o caso do bairro de São Cristóvão, que começou a perder sua característica de bairro residencial e passou a receber unidades industriais, sobretudo do setor têxtil, fábricas de perfumaria e velas, que aos poucos foram ocupando antigos casarões de uma elite que se deslocava para a Zona Sul. As vantagens da localização e da escolha por São Cristóvão se davam pelo fato de o bairro ser um dos mais bem infra estruturados da época, especialmente quanto ao abastecimento de água, além de permitir fácil acesso com grande proximidade aos eixos ferroviários e principais portos da cidade.

A construção de moradias destinadas ao operariado industrial e urbano já se firmava como negócio lucrativo. A partir dos incentivos fiscais do Estado, empresários do setor industrial, especuladores e construtores do emergente setor imobiliário construíram as primeiras vilas operárias de habitações pequenas e modestas nas regiões centrais e nos bairros onde estavam localizadas as primeiras indústrias da cidade. Em 1882, foi promulgado um decreto que isentava de impostos aduaneiros e concedia benefícios às “indústrias que construíssem casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração para seus operários”. Em 1888, outro decreto foi promulgado, isentando de “impostos sobre importação de materiais de construção, e de concessão de terrenos

e edifícios” a firma que edificasse casas populares. Dessa forma, o Estado ajudava o setor privado, assumindo de forma inédita a responsabilidade de subsidiar parte da reprodução da força de trabalho. (ABREU, 1997)

Em 1889 é criada a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, responsável por inaugurar, na década seguinte, cinco vilas operárias: Vila Rui Barbosa, no Centro; Vila Arthur Sauer, no Jardim Botânico; Vilas Maxwell e Senador Soares, em Vila Isabel e Vila Sampaio, no Sampaio. Essas vilas foram uma das principais formas de moradia popular para a população de menor recurso. (CORDEIRO, 2005 apud SILVA, 2008, p. 15) Assim, a construção de vilas operárias, além de funcionar como alternativa para solucionar a questão habitacional da época, também garantia a oferta de força de trabalho. Para os empresários, além de manterem seus operários alojados nas proximidades da sua fábrica, as vilas permitiam um maior domínio e controle moral, higiênico e físico dos trabalhadores, inclusive em momentos de lazer. Essa organização contribuía para a manutenção das relações paternalistas entre patrões e empregados e também reduzia o valor da força de trabalho.

A primeira década do século XX foi marcada por grandes transformações. A gestão de Pereira Passos, iniciada em 1902, buscava uma nova ordem, comprometida com os capitais franceses e ingleses, baseada no escoamento da produção fabril e na exportação de capitais. O rápido crescimento da economia brasileira exigia uma nova organização do espaço e o Estado, influenciado pela reurbanização de Paris realizada pelo prefeito George Haussmann (1860 e 1868), passou a adotar uma filosofia urbanística baseada em princípios higienistas e de renovação urbana. Para tentar igualar a imagem do Rio de Janeiro à Paris da "Belle Époque", os cortiços passaram a ser condenados e o governo estabeleceu normas para as intervenções e construção de moradias mais salubres. Além disso, esse movimento buscava trazer uma estética urbana imponente e grandiosa, com avenidas largas, bulevares e edifícios elegantes. A citação abaixo, retirada do livro **Francisco Pereira Passos: Vida e Obra**, retrata bem esse período:

As ações republicanas se pautavam no discurso sobre a necessidade de sanear e higienizar a cidade, livrá-la das doenças, impor à população novos hábitos e atitudes, condizentes com as descobertas recentes da Biologia e da Medicina, ampliar espaços, ordená-los, embelezá-los e modernizá-los. É

claro que, por trás desta ideologia, estava a consolidação, dentre outros, dos interesses da oligarquia cafeeira, de escoamento de sua produção com ampliação das estradas de ferro e do Porto do Rio; das construtoras francesas; das companhias inglesas de energia e bondes; e da nascente indústria automobilística norte-americana (PINHEIRO e JÚNIOR, 2008,p.12).

É nesse contexto de reforma urbana, crescimento populacional carioca e de avanços tecnológicos na construção civil que surgem casas e sobrados com dois pavimentos, permitindo inclusive que os pavimentos superiores fossem independentes do térreo. Como exemplo do seu pioneirismo, podemos citar a construção da Vila Operária Salvador de Sá, em 1906, na Cidade Nova, como uma das primeiras a seguir esse novo modelo de habitação.

Figura 42: Vila Operária Salvador de Sá, 1908



Fonte: Arquivo Nacional

Vale ressaltar que o período Passos acabou gerando grandes contradições espaciais ao tentar solucionar questões da organização social. A destruição de inúmeros cortiços e a expulsão das camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade fizeram com que essas pessoas se deslocassem para os subúrbios ou para os morros situados no centro. A ocupação rápida desses lugares até então pouco habitados deu origem a uma nova forma de moradia popular alternativa, que culminou mais adiante no surgimento das favelas. Lilian Fessler Vaz (2002) aponta que nesse novo espaço urbano muda-se a relação entre habitação popular e habitação coletiva. A partir da proibição dos cortiços e, conseqüentemente, da redução da tradicional forma de moradia popular, as favelas se multiplicam, localizadas nas áreas que apresentavam grande oferta de trabalho, seja no setor da construção civil ou nas proximidades das

moradias da classe média. Na sua visão, é dessa forma que a verticalização e a favelização caracterizaram a face mais moderna da cidade, dominando boa parte do cenário carioca. (VAZ, 2002 apud PINHEIRO, 2002, p.127)

As principais diferenças entre o cortiço e as vilas que existiam na época estavam nos serviços higiênicos. Na vila, o banheiro e a cozinha se localizavam no interior das construções ou em um anexo no fundo do quintal, ao passo que, no cortiço, eles ficavam na parte externa da moradia, voltados para o uso coletivo. Existia também uma forte diferença simbólica e de caráter mais sutil entre os dois modelos de habitações. Os cortiços carregavam um estereótipo de algo que fosse precário, promíscuo, insalubre e de superlotação que fazia parte de um passado que deveria ser esquecido. Já as vilas operárias sugeriram como sendo um modelo de referência ao avanço traduzido em um ideal habitacional unifamiliar com salubridade, higiene e conforto, capaz de oferecer um morar mais digno. As concepções higienistas resultaram no que Bonduki (2017) chamou de “autoritarismo sanitário”, ou seja, na imposição de um planejamento urbano que buscava sanar os males da cidade através da eliminação dos seus sintomas – moradias insalubres – sem que houvesse nenhum questionamento sobre suas causas.

Resumindo, o período de 1906-1930 foi caracterizado pela expansão do tecido urbano do Rio de Janeiro, porém esse processo se desenvolveu de forma distinta dependendo de cada região. O vetor de crescimento referente às Zonas Sul e Norte foi ocupado pelas classes média e alta e comandado em grande parte pelo Estado e companhias de serviços públicos. Por outro lado, os subúrbios cariocas se consolidaram como local de residência do proletariado, sem qualquer suporte do Estado e dos setores administrativos e, conseqüentemente, sem os mesmos benefícios urbanísticos. (ABREU, 1997)

A partir da década de 1930, com o desenvolvimento de novas tecnologias e a escassez de terrenos livres nas áreas de ocupação já consolidadas e estratificadas, a cidade começa a viver um processo de verticalização, reduzindo consideravelmente a construção de vilas e transformando o paradigma da habitação coletiva. Em muitos casos, elas acabaram sendo incorporadas como bairros ou se diluíram na paisagem

da cidade. Outro fator foi que o dinamismo da produção industrial passou por um processo de modernização e mudanças na manufatura de bens, o que levou à obsolescência desse modelo. (PINTO e CRUZ, 2020)

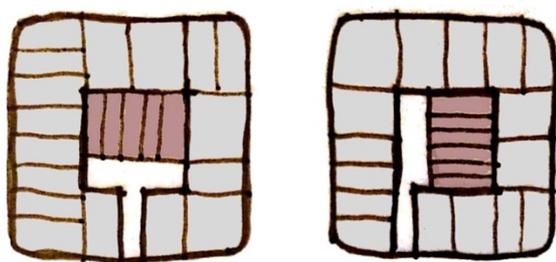
Com o passar dos anos, uma série de acontecimentos e medidas ajudaram o movimento de decadência do uso habitacional na área central do Rio de Janeiro e o esvaziamento da população residente no centro urbano. A população das camadas mais altas saem dos sobrados do início do século para habitar os novos bairros mais ao sul. Antigos planos diretores deram origem a legislações restritivas para o uso habitacional no Centro: a partir de 1935 o uso era tolerado e, posteriormente, em 1976 o uso passou a ser proibido em parte da região (Decreto n. 322/76) voltando a ser permitido somente em 1994 (Lei n. 2236/94), através da “Lei do Centro”. Ou seja, a legislação urbanística durante quase três décadas não permitiu a construção de vilas e residências no Centro, contribuindo assim para o fim do investimento e incentivo a esse tipo de habitação. Isso porque a cidade passou por um processo equivocado, baseado em privilegiar somente o uso comercial, empresarial e de serviços nas áreas centrais, fazendo com que a população residente se deslocasse dessas áreas para a periferia e depois para outras regiões no sentido da Zona Oeste.

Só em 1970, com a incorporação de artigos regulamentando alterações feitas nas vilas é que a legislação urbanística volta a fazer referência a essas habitações. A Carta de Amsterdã, de 1975, contribuiu significativamente para essa mudança de paradigma, colocando a conservação do patrimônio arquitetônico como um dos maiores objetivos do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial. Além disso, a carta indicava que a reabilitação de antigos bairros fosse concebida, sempre que possível, sem grandes modificações na composição social dos habitantes e de maneira que toda a sociedade se beneficiasse dessa operação, que seria financiada pelos fundos públicos. Em 1980, o Estado organizou um conjunto de ações de preservação para as vilas, garantindo a permanência de importantes conjuntos arquitetônicos, como por exemplo a Chácara do Algodão, no Jardim Botânico e o conjunto da Companhia de Fiação Confiança, em Vila Isabel. (LUZ, 2014, p.11)

3.2 Caracterização de vilas, tipologias e programas

Toda a vila é uma forma de ocupação do solo que se manifesta fisicamente por um conjunto de residências de arquitetura similar. São definidas em sua maioria por casas construídas no interior de um terreno, ao redor de um pátio ou alargamento de uma rua, que se acessa de uma via pública a uma via interna, através de uma entrada estreita. Outros modelos também podem existir com variações de tamanhos e configuração interna, podendo apresentar várias ruas, jardins, praças e outros espaços livres também de uso coletivo. (SILVIA, 2008)

Figura 43: Exemplos de conjunto de casas no interior de quarteirão tendo como acesso uma via estreita.



Fonte: Própria Autora, 2022

De acordo com o Decreto n. 2.087 de 19/01/1925, as vilas são definidas como um “conjunto de habitações isoladas em edifícios separados ou não, dispostos de modo a formarem ruas e praças interiores sem caráter de logradouro público” (PINHEIRO, 2002, p.126).

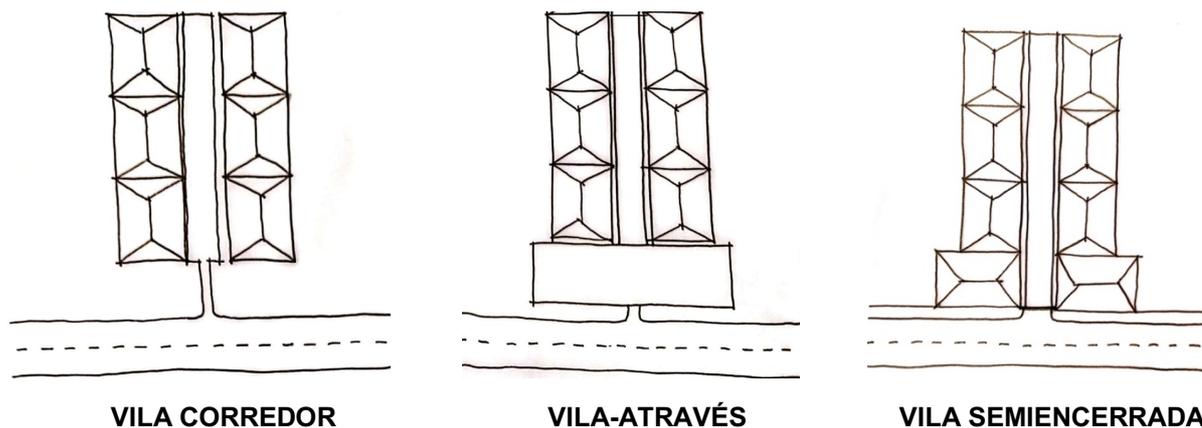
Na sua pesquisa sobre vilas carioca, Alfredo Luz (2014) cria uma classificação identificando três principais tipologias de acesso às vilas, no que concerne à transição do interior para seu exterior. São elas citadas abaixo:

Vila corredor: quando o acesso é feito através de um corredor entre outras construções. Em muitos casos, essas edificações do entorno foram sendo erguidas restando para o acesso entre eles a largura mínima possível; por isso, grande parte delas não é acessível por automóveis. Com o portão de acesso recuado, essa tipologia quase não é perceptível pelo pedestre da calçada;

Vila-através: quando o acesso à vila é feito por um edifício que se interpõe entre ela e a rua. A relação entre as duas construções pode ser feita de forma harmônica, seguindo a mesma linguagem arquitetônica ou podem ter linguagens independentes, funcionando assim como um acesso secundário sem relação com o edifício.

Vila semiencerrada: quando a vila é formada por casas com acesso direto à rua e também por casas que dependem de um portão com passagem a um espaço livre comum para acessá-las. Com as fachadas voltadas à rua, essas vilas são mais notadas pelos pedestres da calçada. Nesse caso, o espaço livre comum é uma continuidade do espaço da rua, permitindo maior exposição das casas do interior da vila e vice-versa.

Figura 44: Croquis das diferentes tipologias de acesso às vilas



Fonte: Própria Autora, 2022

Luz (2014) defende ainda que algumas vilas podem ser consideradas como janelas no espaço urbano, ou seja, em trechos densamente construídos, elas funcionam como “atenuantes das consequências negativas dessas áreas, favorecendo a ventilação e permitindo a incidência de luz durante uma maior parte do dia”. Nesses casos, as vilas seriam um dos poucos espaços de onde ainda se pode avistar morros ou um trecho maior do céu. Elas podem ser consideradas como uma alternativa horizontal aos edifícios de apartamentos, com as vantagens de se morar em uma casa térrea.

A abertura de uma viela de acesso permite o aproveitamento do miolo do quarteirão e é uma característica comum na formação dos cortiços e vilas. Assim, é criado um espaço de circulação semipúblico envolvido por fileiras de casas onde se desenvolviam atividades de uso coletivo: brincadeiras de crianças, áreas para lavar e secar roupas, espaço de convivência e festas. As moradias de dimensão reduzida e a identidade étnica de seus moradores eram fatores que reforçavam a sociabilidade

e o uso desses espaços livres de uso coletivo. Porém, nas vilas operárias esse espaço era mais controlado pelas regras definidas pelos patrões. (BONDUKI, 2017)

Bonduki (2017) define vila operária como um modelo ideal de habitação econômica e higiênica baseada na casa unifamiliar, segundo o pensamento do início do século XX. Esse modelo seria formado por conjuntos de casas ou sobrados de pequena e média dimensão, geralmente integrados ou geminados, e por ruas e áreas livres de caráter semipúblico que propiciavam uma qualidade de vida exemplar, sinônimo do que era “morar bem”. Ele categorizava as vilas operárias em dois grupos de empreendimentos de modalidades muito diversas: uma, o assentamento habitacional promovido por empresas e destinado a seus funcionários; outra, produzida por investidores privados e destinada ao mercado de locação. (SILVA, Regina, 2008) Nas vilas onde os agentes responsáveis eram as empresas e as indústrias, as funções do habitar vinham acompanhadas de certa organização estrutural que pudesse também oferecer serviços como escola, hospital, mercado, conformando pequenas cidades.

Figura 45: VOSS: conjuntos residenciais horizontais típicos do início do século XX, com sobrados geminados que se repetem, com moradias populares



Fonte: Própria Autora, 2022

Vila Valqueire, Vila da Penha, entre outros. Apesar de identificar todos esses significados e modelos de vilas, este trabalho busca se aprofundar em especial nas vilas operárias tal como definidas por Correia (1997).

3.3 Outros exemplos de vilas operárias

Para ampliar o debate sobre as vilas operárias, a seguir serão abordados outros exemplares cariocas dessa tipologia, buscando observar semelhanças e diferenças entre esses casos e analisar suas participações no desenvolvimento urbano da cidade.

Criada em 1880, a Fábrica de Tecidos Aliança localizava-se na Rua Aliança, atual General Glicério, no bairro das Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro. Foi a maior indústria de tecidos do país, no final do século XIX, sendo descrita¹⁴ como “uma cidade erguida dentro do Rio de Janeiro”. A tecelagem contava com dois mil operários e oferecia a eles equipamentos de educação e lazer como escola, cinemas, teatro, salas das sociedades recreativas e salões de música, além de moradias numa vila operária construída na Rua Cardoso Júnior. Aos poucos, o bairro aristocrático de Laranjeiras ganhava feições industriais e popularizava a composição sociocultural de seus moradores, revelando as contradições sociais locais, onde em um mesmo espaço as construções da burguesia da cidade se encontravam ao lado de moradias precárias e do trabalho da classe operária.

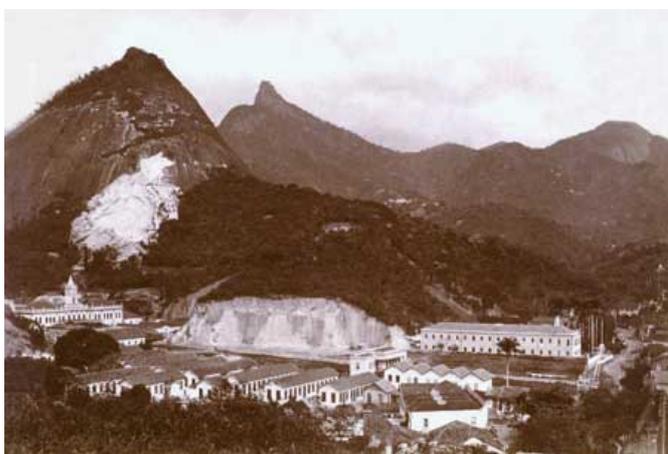


Figura 47: À direita, trecho da rua das Laranjeiras; do centro para a esquerda, vila operária da fábrica Aliança; em segundo plano, a rua Aliança (atual General Glicério) e na extrema esquerda, a fábrica. No fundo, o morro de Santa Marta e o maciço da Tijuca, 1897.

Fonte: **O Globo**, 15/01/1945. Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-fabrica-de-tecidos-alianca-rio-de-janeiro-rj-isabelle-pires/> Acesso em: 12 ago. 2022

¹⁴ Reportagem publicada no jornal **O Paiz**, de 1913.

Na década de 1930, a Zona Sul do Rio de Janeiro estava deixando de ser uma região fabril e promovendo a demolição de construções antigas para dar lugar a grandes edifícios e ruas alargadas. Em 1935, após enfrentar períodos de crise, a fábrica foi vendida e grande parte de seus operários não conseguiram se manter na região; tiveram de sair a contragosto de Laranjeiras, buscando outras áreas da cidade. Do antigo complexo fabril tudo foi demolido restando apenas algumas casas da antiga vila operária, na Rua Cardoso Júnior, com os vestígios desse período industrial. O imóvel térreo de n.19 é um remanescente arquitetônico dessa época.

Figura 48: Imóvel térreo de n. 19 da Rua Cardoso Júnior Laranjeiras.



Fonte: Própria Autora, 2022

Outro exemplo de vila operária criada na Zona Sul carioca foi a Vila Operária da Chácara do Algodão, no Jardim Botânico, criada em 1889 para servir de moradia para os operários das diversas indústrias, sobretudo as de tecelagem, que se instalaram na região. Os agentes envolvidos na construção dessa vila operária foram empresários da construção civil e do setor de tecelagem que, juntos, queriam resolver a questão habitacional dos funcionários, de forma que pudessem garantir e controlar os interesses de produção. Além da vila operária limitada pelas ruas Pacheco Leão, Mestre Joviniano, Fernando Magalhães e Estela, foram construídos uma escola, um clube recreativo e um posto de saúde em terrenos cedidos pela União. Esse conjunto residencial proletário era composto por 132 edificações do final do século XIX, dispostas de forma harmônica e peculiar com casas que apresentam os mesmos elementos arquitetônicos e decorativos, variando entre: casas térreas geminadas

(figura 49A); sobrados de dois pavimentos geminados (figura 49B); chalés (figura 49C) e casas térreas entre dois chalés (figura 49D).

Figura 49: Fachadas das ruas: (A) Caminhoá, lado ímpar; (B) Abreu Fialho, lado ímpar; (C) Estela, lado par e (D) Mestre Joviniano, lado ímpar, respectivamente.



A



B



C



D

Fonte: Guia das APACs - AP 1 e 2, Lagoa, Hipódromo da Gávea, Jardim Botânico, Chácara do Algodão, n.14 Secretaria Municipal de Urbanismo

Na década de 1920, as fábricas da região começaram a ser desativadas ou transferidas para outros locais da cidade e as chácaras e sítios ainda existentes foram desmembrados em lotes menores, dando origem a novos arruamentos. A valorização imobiliária e a migração de uma elite carioca tornou o Jardim Botânico um dos bairros mais aristocráticos e, como consequência desse movimento, as fábricas locais foram fechadas, acarretando a evasão de grande parte da população operária. Em 1960, a Cia. de Fiação e Tecidos Carioca foi desativada, tendo parte de seu terreno vendido, a fábrica e suas instalações demolidas para o loteamento da área, restando apenas o clube e a vila operária.

Em 1987, logo após o tombamento da VOSS, os imóveis da Vila Operária da Chácara do Algodão foram tombados pelo Decreto Municipal n. 7313/87, sendo uma das primeiras manifestações de preservação no bairro do Jardim Botânico, solicitado pela Associação dos Moradores. Sua importância se deve a seu valor histórico, ecológico e cultural, o que faz das edificações remanescentes da Cia. de Fiação e Tecelagem Carioca um valioso documento da história têxtil carioca. Atualmente ainda vivem descendentes dos operários da antiga fábrica, embora alguns imóveis tenham tido seu uso convertido em pequenas lojas, restaurantes e ateliês de artistas plásticos. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2012)

Saindo dos limites da Zona Sul e região central da cidade e direcionando o olhar para a Zona Oeste, podemos citar o exemplo da Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB), uma das maiores fábricas têxteis do Rio de Janeiro, mais conhecida como Fábrica Bangu, e sua respectiva vila operária. O complexo foi obra do engenheiro brasileiro Henrique De Morgan Snell e tratava-se de um modelo bastante inovador que previa a autossuficiência em todos os sentidos, dos insumos da produção, passando pela assistência ampla ao operário da Fábrica. Os acionistas da fábrica exigiram que sua instalação fosse feita onde houvesse abundância de mananciais, uma vez que a qualidade do tecido e a preservação do maquinário dependiam de água, que era usada em diversas etapas da produção e no resfriamento e manutenção das máquinas. Depois de longas pesquisas, o sítio escolhido se localizava nas proximidades da freguesia de Campo Grande, às margens de um dos ramais da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde havia terrenos com cachoeiras. Além da questão da abundância de água, a escolha do local foi cuidadosamente pensada por conta do valor baixo dos terrenos e pela facilidade de acesso, visto que a proximidade da ferrovia permitia o transporte mais rápido e econômico dos produtos e das pessoas até o porto da cidade e de lá seguiam para distribuição na Europa e EUA, importantes mercados consumidores.

No final do século XIX, a CPIB recrutou trabalhadores para as obras da fábrica, aproveitando que a cidade recebia uma grande quantidade de mão-de-obra estrangeira e também de ex-escravizados. Foi construída uma olaria para atender à demanda de produção de material necessário para a execução da fábrica e das

demais construções deste complexo fabril, incluindo as primeiras casas da vila operária na rua Cônego de Vasconcelos.

Atualmente procede ativamente a construção de 300 casas para seus operários, colocando-os convenientemente em ruas de 20 metros de largura. Os diversos tipos adotados e as disposições das casas mostram que todas as condições higiênicas foram atendidas e que dentro de pouco tempo o local será transformado em florescente povoado. (SEVERINO, 2015, p.30)

Figura 50: Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB)



Fonte: Historia-da-fabrica-de-tecidos-de-bangu. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-da-fabrica-de-tecidos-de-bangu/>. Acesso em: 18 ago. 2022

Após dois anos do início da construção, as casas da vila operária ainda não haviam sido finalizadas. Das 300 previstas, apenas 95 foram erguidas. Segundo o relatório da CPIB, os motivos do atraso eram questões técnicas como dúvidas do engenheiro encarregado e a falta de mão de obra para executá-las. No entanto, a existência da vila operária, mesmo que incompleta, era fundamental para a Companhia se beneficiar do decreto que “isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem casas populares higiênicas com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração para seus operários.” (SEVERINO, 2015, p.30)

A fábrica abriu as portas em 1893, com capacidade para empregar até 1.600 operários e simbolizava o modelo mais moderno e eficiente da época. A arquitetura da fábrica de tecidos se classificaria no estilo arquitetônico conhecido por “Britânica

Manchesteriana” por apresentar fachada típica de tijolinhos vermelhos aparentes, estrutura sóbria e pesada, simetria de planos, paredes elevadas e janelas ao alto. É importante entender que todas as edificações do complexo fabril seguiam sempre esse mesmo padrão estético para fortalecer o conceito de conjunto, o que, por sua vez, produzia uma identidade com o sentido de pertencimento a este lugar, considerado como um espaço do trabalho, da moradia, do lazer e da vida comum a todos. Além das casas da vila operária destinadas para “as famílias mais privilegiadas dos mais graduados técnicos, mestres e contramestres, existia também um grande número de ranchos, uma capela, uma escola e uma sociedade recreativa” (SEVERINO, 2015, p.80).

A praça e a igreja construídas na vila, além do Cassino Bangu, funcionavam como pontos de encontro social desta nova comunidade que representava um ideal de vida condominial e coletiva controlada pela direção da Fábrica.

Entre as diversas etnias que compunham o quadro profissional da fábrica de tecidos estavam ingleses, portugueses e italianos que receberam acesso preferencial às melhores casas da vila operária, usufruindo de um conforto maior comparado aos operários brasileiros. O caso da Fábrica de Bangu e de sua vila operária serviu de inspiração para outros industriais que procuravam soluções para conter a insatisfação de seus trabalhadores. Porém, da mesma forma que a vila operária não era capaz de atender a todos os operários, sendo voltada somente a uma parcela privilegiada, assim eram as políticas de modernização do Estado, que só atendiam a poucos privilegiados, não transformando a vida da maioria do povo brasileiro. Contudo, davam esperanças às multidões de desempregados que buscavam novas oportunidades de emprego, moradia e identidade.

Nos primeiros anos após a inauguração, Bangu ainda era um lugar remoto e o ramal de trem que passava pelo bairro foi o principal meio de transporte dos operários que não moravam na vila e sonhavam em um dia fazer parte desta comunidade. Em função do aumento do número de seus operários, a Companhia construiu outro grupo de casinhas no antigo local da olaria, passando para 195 casas com cômodos que possuíam dimensões mínimas. Em sua maioria, possuíam uma sala, dois quartos e uma cozinha de madeira ligada à parte posterior da casa. O banheiro ficava fora da casa, nos fundos do terreno, conectado a um sistema de fossas italianas. Seguindo

com essa política assistencialista, a companhia inaugurou em 1905 uma creche e uma clínica médica, realizou obras para iluminação pública da vila e com o pagamento de uma taxa simbólica os operários também tiveram suas casas eletrificadas. A fábrica oferecia condições mínimas de vida e deixava homens, mulheres e crianças alegres, satisfeitos porque nada lhes faltava, ao mesmo tempo em que completava lacunas que o próprio Estado deixava.

Como afirmou BLAY (1985), a moradia operária exerce certo fascínio e um sentimento de inclusão do trabalhador em um mundo idealizado, acrescento a perspectiva do fetichismo cristão do lugar idílico, o paraíso terreal onde o operário poderá criar seus filhos gozando de todos os serviços sociais, esportivos e culturais. (Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, s.d., p.8)

Figura 51: Casas operárias da Fábrica Bangu



Fonte: Biblioteca do IBGE

Na década de 60, a Fábrica Bangu vendeu terrenos para a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), que investiu na construção de conjuntos habitacionais como Vila Aliança, Vila Kennedy e Jardim Bangu, entre outros, seguindo a política de erradicação de favelas e de remoção da sua população para a periferia do município. E, em 1998, foi inaugurado o Conjunto Residencial Cardeal Dom Jaime Câmara, maior conjunto habitacional do estado do Rio de Janeiro, sendo até pouco tempo atrás o maior da América Latina. Em resumo, a ocupação de Bangu, com o passar dos anos, foi se intensificando, e núcleos urbanos surgiam em seu entorno. A Fábrica de Tecidos Bangu, a vila operária, a inauguração do ramal ferroviário de Santa Cruz, em 1878, e da Estação Ferroviária de Bangu, em 1890, tinham sido empreendimentos

determinantes no processo de ocupação, expansão e desenvolvimento da região. As origens deste bairro remontam a esse período industrial, que foi organizado no final do século XIX pela Cia. Progresso Industrial do Brasil no local onde hoje se encontra o centro do bairro. A antiga fábrica foi transformada no Bangu Shopping, inaugurado em 2007, que manteve as fachadas originais da Companhia Progresso Industrial do Brasil.

Durante essa pesquisa não podemos deixar de citar a Vila Proletária Marechal Hermes (VPMH), inaugurada em 1914 pelo então presidente Marechal Hermes da Fonseca. Foi projetada pelo engenheiro militar Palmyro Serra Pulcherio em um terreno desapropriado ao exército, próximo à estação Sapopemba da Estrada de Ferro Central do Brasil¹⁵ e originalmente concebida para servir de moradia à população trabalhadora. Sua construção foi uma iniciativa pioneira no que se refere à produção estatal de moradia popular, bem como a construção da Vila Orsina da Fonseca no bairro da Gávea. Ambas foram idealizadas para promover o aumento da força de trabalho e reduzir a crise habitacional enfrentada desde o fim do século XIX, integrando a produção de moradia com serviços e infraestrutura urbana para as classes trabalhadoras.

Os tipos de habitações variavam em relação ao número de cômodos para atender a diferentes perfis de família. Tratava-se de um dos primeiros bairros planejados do Rio de Janeiro que previa ruas largas e arborizadas, a criação de escolas, creches, repartições públicas, biblioteca, praças de esportes, hospitais e equipamentos de cultura como teatro e cinema. Esse novo bairro do subúrbio carioca era traçado por ruas em quadrados perfeitos e um bulevar que interligava a estação de trem ao interior da vila, onde havia uma praça rotatória localizada bem no centro geométrico do bairro. Além do sistema de transporte ferroviário, a região contava também com uma linha de bonde auxiliar que permitia o acesso aos bairros vizinhos.

¹⁵ Atualmente Estação Deodoro da Central do Brasil.

Figura 52: Imagem aérea, com o Cine Lux em destaque, na Praça Montese



Fonte: Vila Proletária Marechal Hermes: um breve e interessante histórico do bairro. Disponível em: <https://asruasdorio.blogspot.com/2011/03/vila-proletaria-marechal-hermes-um.html>

As obras se iniciaram em 1911 e a vila foi inaugurada em 1914 ainda incompleta. O projeto foi abandonado com o fim do governo de Fonseca, tendo suas obras sido retomadas apenas em 1931, já no governo Getúlio Vargas, quando as moradias foram destinadas, oficialmente, aos funcionários civis e militares da União. A arquitetura aplicada nas novas construções seguiu o estilo modernista, destacando-se entre elas o edifício do cinema Cine Lux, o teatro Armando Gonzaga de 1954, com paisagismo de Burle Marx, os apartamentos compactos que reduziram os custos da construção e em conjuntos habitacionais como o “Três de Outubro”. Atualmente, a população residente ainda guarda uma relação com os primeiros moradores da Vila Operária de Marechal Hermes, revelando um sentimento de identidade com o bairro e com a vida no subúrbio carioca. Porém, com o passar dos anos, cresce a insatisfação da população local com o abandono da região e a constante degradação que os imóveis históricos vêm sofrendo.

Assim como a VOSS, a VPMH recebe hoje o título de patrimônio cultural por estar ligada a um dos projetos pioneiros de intervenção do Estado na questão habitacional. A diferença é que a primeira é resultado de uma iniciativa governamental

carioca e a segunda é resultado de uma iniciativa governamental federal. Outra diferença está na escala dos empreendimentos e no conceito morfológico de vila usado em cada projeto, sendo a VOSS um conjunto de sobrados justapostos em fita ao longo de uma via e a VPMH uma configuração em escala maior, com bairros e “minicidades”, com equipamentos e programas que vão além de moradias. O fator principal é a conclusão de que o estudo de ambas as vilas operárias nos revela casos emblemáticos para a história urbana carioca e para a política habitacional do início do século XX.

Analisando todas essas vilas operárias observamos que todas elas foram criadas e controladas a partir de um ideal de bem-estar como forma de controle social, político e cultural, evitando-se qualquer tipo de confronto e contestações através de um assistencialismo exercido nessas microterritorialidades. Como vimos anteriormente, as políticas de habitação do Estado eram insuficientes e desarticuladas. As vilas operárias abriram uma nova perspectiva de vida para os trabalhadores, pois algumas fábricas ou a própria administração pública custeavam a construção das casas, mediante financiamentos através de descontos diretos na folha de pagamento. Assim, se tornava possível a compra ou aluguel destes imóveis novos pela classe operária, que não corria risco imediato de desalojamento, possibilidade tão temida no imaginário popular carioca devido às reformas urbanas implementadas na cidade.

Diferentemente das vilas operárias de Laranjeiras, do Jardim Botânico e de Bangu, a VOSS e a VPMH tiveram como principal agente o Estado, sendo elas destinadas sobretudo aos servidores públicos. Nesse caso, suas construções não estiveram diretamente relacionadas nem vinculadas a uma indústria ou fábrica específica, como nas demais vilas citadas. Apesar disso, a VOSS teve o local de sua implantação escolhido devido à sua proximidade aos centros de trabalho e em função do caráter industrial e fabril do bairro da Cidade Nova. Uma questão importante que é evidenciada quando destacamos a localidade dessas vilas é o forte processo de gentrificação pelo qual principalmente os bairros da Zona Sul e a região central passaram, ocasionando a expulsão de seus primeiros moradores e atraindo moradores de classe média alta para essas vilas.

Quanto à arquitetura das unidades habitacionais, identificamos que, sobretudo a construção da VOSS, da vila operária da Fábrica de Bangu e da VPMH, foram pautadas pelo discurso de um modelo ideal de habitação moderno, inovador e mais salubre. Apesar de utilizarem o mesmo discurso e apostarem na padronização de suas unidades habitacionais, elas se apresentam de forma diferente, sendo a VOSS a única entre todas as vilas aqui analisadas a apresentar sobrados com um sistema de circulação externa entre as unidades através de escadas e balcões avarandados.

Por fim, o que se repete em todos esses casos é a construção de uma identidade local vinculada a uma vila, a uma comunidade, a um ambiente de trabalho que juntos compõem uma territorialidade capaz de fortalecer elos de sociabilidade e despertar nos seus habitantes o orgulho de morar em seus bairros.

3.4 Vila Operária Salvador de Sá como Patrimônio Cultural

A noção de patrimônio cultural vem sendo construída e transformada ao longo do tempo, fazendo com que aspectos materiais e imateriais relacionados ao patrimônio industrial como um todo, inclusive as vilas operárias, tivessem seus valores reconhecidos no campo do patrimônio, em especial os remanescentes arquitetônicos. Nesse ponto, se destacam pela sua força estética e contexto histórico as vilas operárias que foram construídas e que resignificaram sobretudo as relações de trabalho e habitação das comunidades onde foram inseridas.

A partir da segunda metade do século XX, a discussão sobre a necessidade de preservação das vilas operárias ganhou força pois tornaram-se referência como patrimônio afetivo para os moradores de várias cidades que se desenvolveram em consequência ou juntamente com a participação delas em sua paisagem.

A publicação da Carta de Nizhny Tagil, em 2003, veio para contribuir e trazer avanços na compreensão conceitual do patrimônio industrial, apontando que este seja considerado como parte integrante no campo do patrimônio cultural. Porém ressalva que a sua proteção legal deva considerar a sua natureza específica:

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como **habitações** (grifo nosso), locais de culto ou de educação.

Esse conceito envolve o período histórico que se estende desde o início da Revolução Industrial, em meados do século XVIII, até os dias atuais e apoia-se no estudo das técnicas de produção e da história da tecnologia. Destaca a importância de aumentar a compreensão do passado e presente industrial para preservar esses vestígios para as gerações futuras.

Abaixo, foram selecionados os principais valores do patrimônio industrial, segundo a Carta N. Tagil, que podem contribuir para este trabalho:

- Representa o testemunho de atividades que tiveram profundas consequências históricas, tendo sua proteção justificada essencialmente por um valor universal, e não por sua singularidade;
- Possui um **valor social** como parte do registro de vida da população comum, constituindo um **sentimento identitário** contido na sua memória e nas suas tradições; (grifo nosso)
- Possui valor científico e tecnológico na história da construção e engenharia, além de um valor estético, pela qualidade da sua arquitetura e design;
- A raridade de tipologias de sítios ou paisagens acrescenta-lhes um valor particular. Os exemplos mais antigos ou **pioneiros** (grifo nosso) apresentam um valor especial.

Quanto às indicações de proteção legais, a carta aponta que os sítios mais importantes devem ser integralmente protegidos, não sendo autorizada nenhuma intervenção que comprometa a sua integridade histórica ou a autenticidade da sua construção. A adaptação ou reutilização desse patrimônio podem constituir formas apropriadas e econômicas de assegurar a sua sobrevivência e devem ser encorajadas através de controles legais apropriados, conselhos técnicos, subvenções e incentivos fiscais. A respeito da manutenção e conservação de edifícios industriais, sua

adaptação e sua utilização evitam o desperdício de energia e contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável, desempenhando um papel importante na regeneração econômica de regiões vulneráveis ou em declínio, como no caso da Cidade Nova. A continuidade pode proporcionar um equilíbrio psicológico às comunidades industriais que estão ameaçadas pelas mudanças estruturais e devem ser apoiadas pelas autoridades locais e governamentais: “As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registradas e conservadas, sempre que possível.” (Carta de Nizhny Tagil, 2003) Por isso, todos os esforços são necessários para assegurar a consulta e a participação das comunidades locais na proteção e conservação do seu patrimônio.

As vilas encontradas nas cidades brasileiras, sejam elas operárias ou não, são o exemplo mais importante das modificações urbanas e sociais da virada do século XIX para o XX, como afirma a arquiteta pesquisadora Flavia Brito do Nascimento, em sua tese de doutorado **Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural** (2011, p.171). Segundo ela, as pesquisas sobre habitação social, principalmente vilas e seus modos de vida, começaram a aparecer nos periódicos de arquitetura no começo dos anos 80. Assim, cresce a preocupação com a preservação das vilas como parte dessa história de formação dos bairros paulistanos e cariocas, sendo verdadeiros testemunhos da urbanização e industrialização, intensificando as mobilizações de associações de moradores cientes das ações do Iphan. A complexidade que gira em torno desse tema é que não se pode tomar todas as vilas como solução. Algumas não têm interesse histórico, mas assumem um papel importante no contexto em que estão inseridas, além da questão social que pode envolver remanejamento de seus moradores sem condições financeiras de permanecer na mesma área, sendo que muitos moram nesses locais desde a infância.

Em **O culto Moderno aos Monumentos**, Riegl explica que os valores rememorativos de um bem se referem à memória e ao Valor Histórico, e que estes servem para destacar do passado um momento na história evolutiva, trazendo clareza a ele. Nesses casos, são interessantes as informações que esta obra nos traz em sua forma original, a partir da valorização do estado de gênese do

monumento, onde, quanto menos alterado, mais valorizado é o monumento. Trazendo essa reflexão para o caso da Vila Operária Salvador de Sá, vemos que a ela está atrelado o Valor Histórico, por se destacar como a primeira iniciativa oficial de alojamento para baixa renda, se tornando um marco num período em que a administração pública começa a olhar para a habitação popular. Foi emblemático o modo como as habitações da vila foram criadas para representar o novo modelo idealizado para as moradias populares cariocas que substituiriam os cortiços e casas de cômodo. A isso podemos somar a importância que carrega por ter feito parte da primeira grande intervenção urbanística na área, representando o prolongamento da Avenida Mem de Sá, ligando a Lapa à Zona Norte. Em sua dissertação, Regina Silva cita Eva Alterman Blay quando diz que as vilas operárias fazem parte de um capítulo em aberto da criação do meio urbano brasileiro pois “perduram na paisagem, marcam a moradia, têm um papel na lógica da urbanização e um sentido nos processos de reajustamento das relações de produção” (2008, p.5)

Podemos atribuir também o Valor Cognitivo à VOSS, sendo ela tratada como documento enquanto objeto museológico que comunica o conceito de espaço, seus materiais e técnicas construtivas, seu padrão estilístico e seus agentes. A razão de sua construção envolveu interesses de natureza múltipla que retratam as condições políticas, sociais e históricas do início do século XX. Sua forma é apresentada por linhas retas, pela simetria, com avanços construtivos como as paredes corta-fogo, ventilação cruzada, instalações sanitárias e seus porões elevados que representavam a modernidade que iria influenciar a arquitetura da cidade. Dessa forma, se consagra como símbolo da primeira fase do desenvolvimento industrial da região.

Como afirma Ulpiano Meneses (2009, p. 33), os valores culturais não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é antes de tudo um fato social e é por isso que podemos também atribuir à VOSS um Valor Social ligado a uma significação identitária ou espiritual que envolve elementos materiais e imateriais que pertencem a uma determinada comunidade e reforçam as qualidades do lugar. A atividade no campo do patrimônio cultural exige postura crítica rigorosa pois envolve significados e valores que vão além das preferências pessoais. Segundo a Constituição Federal de 1988, o patrimônio intangível é uma das categorias de

patrimônio cultural que envolvem múltiplos suportes sensoriais e podem ser percebidos nas formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. “As vilas representam uma maneira de viver típica da cultura do carioca, que tem com elas uma relação de afeto” (LUZ, 2014). Como se constata a partir dessa narrativa, a vila é um patrimônio histórico, social, afetivo e de memória que caracteriza o território de moradia do bairro da Cidade Nova. Torna-se fundamental a reflexão sobre as diferentes formas e práticas de preservação promovidas em favor da manutenção dos suportes materiais desses comportamentos e vivências. É muito peculiar o modo de vida nessa tipologia habitacional cuja própria estruturação espacial cria maiores condições de sociabilidade, promovendo o estreitamento das relações sociais entre seus moradores e vizinhos.

A Declaração de Amsterdã (1975) reafirma a importância de se conservar o patrimônio menor e destaca a relevância de suas características imateriais. A respeito da reabilitação de bairros antigos como no caso da Cidade Nova, no Rio de Janeiro, afirma que deve ser planejada e executada, sempre que possível, sem alterar a composição social da população, e de maneira que todas as camadas da sociedade sejam impactadas positivamente por essa ação financiada pelo poder público.

3.5 Considerações sobre o projeto de intervenção no patrimônio: restauração e inserção de nova arquitetura

A preservação consciente dos bens culturais serve para que eles sejam considerados documentos fidedignos e atuem como suportes do conhecimento e da memória coletiva. A preservação por razões de cunho cultural se dá pelos aspectos formais, documentais, simbólicos e memoriais e implica um processo multidisciplinar tanto na fase de identificação do que é um bem cultural quanto no processo de intervenção. (KUHL, 2012, p.4) Ou seja, qualquer intervenção na Vila Operária com interesse para preservação deve ser fundamentada em razões que justificam sua preservação, sejam motivos estéticos, culturais, sociais, científicos e históricos, para que depois possam ser estabelecidos os objetivos e os meios técnico-operacionais da ação.

A restauração dos sobrados da VOSS deve ser uma intervenção relacionada à recuperação das suas características que hoje estão danificadas, tendo por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do bem, e sendo fundamentada no respeito a seu material original e a seus documentos encontrados na pesquisa. A restauração proposta nesse trabalho segue as diretrizes estabelecidas na Carta de Veneza (1964) e os preceitos teóricos de Cesare Brandi (2004 [1963]). Sendo assim, restaurar não significa imitar estilos do passado nem voltar ao estado original ou a um estado anterior. Preservar esse conjunto habitacional através da conservação e restauração significa intervir na realidade existente, e essa postura envolve sempre modificações, assumindo a inevitabilidade da alteração através de uma dimensão mais dinâmica.

Uma questão específica que pertence a esse universo é o tratamento destinado às lacunas, que seriam as edificações ou partes faltantes do tecido figurativo que exercem uma função importante para o entendimento completo da obra. Nos casos em que as reconstituições se tornem indispensáveis para a “reintegração da imagem”, seja pelo fator técnico ou estético, o preenchimento da lacuna deve ser sempre destacado e facilmente reconhecível para evidenciar a marca do nosso tempo. Trata-se da distinguibilidade da ação contemporânea para que o observador não confunda a intervenção, ou eventuais acréscimos, com as partes originais que existiam anteriormente, e assim não seja cometida uma falsificação artística e nem histórica. Os elementos destinados a substituir as partes faltantes, ainda que se diferenciem das partes originais, devem integrar-se harmonicamente de modo respeitoso em relação ao preexistente e não devem alterar a essência do bem. Além disso, é preciso buscar a mínima intervenção nos sobrados e no conjunto para não desnaturalizar o documento histórico nem a obra como imagem figurada.

Respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos da vila são fundamentais para a valorização do patrimônio. No que se refere às alterações e às possíveis destruições, elas devem ser sempre pontuais e justificadas à luz das motivações da preservação. O conceito de “autenticidade” está diretamente relacionado ao conceito de “identidade”, compreendida como uma forma de pertencer e participar de um determinado lugar considerando as transformações às quais o bem

foi sujeito ao longo do tempo, sem alteração de seu caráter. A autenticidade também está relacionada ao contexto, defendendo a permanência sociocultural existente e o equilíbrio entre o a vila operária e seu entorno; à materialidade; à representação do bem e sua qualificação quanto ao “aspecto espacial, construtivo, funcional e/ou decorativo”. (Carta de Brasília, 1995)

Uma das formas para atender à melhor utilização do bem é propor soluções criativas, tal como a inserção de elementos contemporâneos em edifícios preexistentes e de interesse para a preservação, contanto que essa ação não seja o resultado da imitação, da competição e da falsificação. Beatriz Kuhl (2012, p.10) afirma que é possível trabalhar com uma proposta que aborde a diferenciação em relação ao existente por consonância, retomando as proposições do Restauro Crítico-conservativo e da Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004) na busca pela unidade potencial. Nesse contexto, a autora faz alusão aos recursos musicais para explicar a consonância, como o “emprego de notas diversas conjugadas em um acorde harmônico, sem recair no mimetismo, na imitação, na analogia ou na repristinação”, proporcionando um diálogo respeitoso e eficiente com a preexistência (KUHL, 2012, p.11).

A inserção do novo deve atuar a serviço do bem a ser preservado, nunca em seu detrimento, e isso depende da prudência conservativa dos agentes envolvidos, que devem intervir com respeito aos elementos caracterizadores da obra. De modo geral, do ponto de vista da preservação, é válida a inserção de novas obras num sítio histórico, para substituir uma construção ou parte dela, desde que o ambiente ou a obra “aceitem” essa ação do ponto de vista cultural. Não é válida a destruição aleatória de bens protegidos para que se possa colocar outra obra no lugar. Para Beatriz Kuhl, essa substituição sucessiva sem uma real necessidade altera irremediavelmente a composição do ambiente como um todo, ameaçando a permanência das características singulares que motivaram inicialmente o interesse por sua preservação. Portanto, para intervir na VOSS é preciso verificar quais são as alterações necessárias e justificáveis pela ótica da preservação que podem permitir até mesmo destruições. De qualquer forma, mesmo que justificadas, essas alterações em bens culturais preservados sempre serão polêmicas pois não existe apenas um

ponto de vista nem uma única solução universalmente aceita, o que faz com que cada monumento seja tratado como um caso único.

O mesmo raciocínio que se aplica no preenchimento de lacunas pode ser considerado para a construção de novos elementos no entorno de um edifício ou conjunto preservado. A produção contemporânea deve, sem ostentar sua presença, seguir o princípio da distinguibilidade por meio de uma poética pessoal. Os problemas da figuração da obra não são resolvidos apenas através de parâmetros como o respeito pela volumetria, determinados ritmos e harmonia cromática. Como solução, Brandi (2004, p.137 apud KUHL, 2012, p.11) recomenda o emprego de “novas composições baseadas nos dados espaciais da construção preexistente, sem retomar aspectos formais” e Carbonara (2011 apud KUHL, 2012, p.11) recomenda a investigação sobre a estrutura da obra preexistente desenvolvendo uma “linguagem pessoal, atual e genuína, interpretando a ‘forma formante’ e não imitando a ‘forma formada’ ”.

Kuhl (2012, p.10) cita a existência de três vertentes principais sintetizadas nas análises da relação antigo-novo de autores como Carbonara (2011) e Claudio Varagnoli (2007), sendo elas: uma arquitetura autorreferencial que sugere uma postura narcisista capaz de provocar danos figurativos e físicos na área em que se insere, desconsiderando o contexto; outra com forte inclinação para um trabalho por analogia ou reconstrução através da semelhança; e por último, aquela que seria considerada uma terceira via, fundamentada nos preceitos da preservação e consciência histórica, que busca soluções através da reinterpretação da estrutura figurativa da preexistência, utilizando uma poética respeitosa e pessoal. É pela adoção dessa última vertente que deverá ser desenvolvida a intervenção na VOSS. Segundo a classificação feita pela arquiteta Patrícia Viceconti Nahas (2015), a tendência da “reinterpretação” se baseia na releitura do monumento existente por meio da interpretação de seus valores formais e funcionais remanescentes, adaptando o novo edifício às demandas habitacionais da sociedade contemporânea. Francisco de Gracia (1992) em **Construir no Construído** discorre sobre o tema, reconhecendo que a transformação da arquitetura é inevitável com o passar do tempo e que essa intervenção faz parte de um processo dinâmico das cidades. Para ele, o

projeto da nova arquitetura deve buscar a correspondência métrica, geométrica e de proporção, reafirmando as escolhas de um parentesco tipológico, além de fazer a reiteração e/ou releitura de recursos figurativos na busca por uma continuidade de imagem (DE GRACIA, 1992 apud ZONNO p. 179). A intenção dessa ação é dar continuidade ao texto original, a partir dos dados que o monumento fornece ao autor do projeto, tendo como guias as características estéticas e os testemunhos históricos.

Carbonara (2011) aponta que o processo de projetar no antigo-novo deve ser realizado em três etapas, sendo a primeira delas o reconhecimento do existente, depois seria a apropriação do mesmo por um processo empático e, por fim, resultaria na produção da diferença. Segundo ele, a criatividade é parte intrínseca do projeto de intervenção e deve ser entendida dentro dos parâmetros e “condicionantes” específicos ligados aos bens culturais. Esses “condicionantes” de partido, que podem ser relativos ao programa, às dimensões do terreno, ao sistema e às técnicas construtivas disponíveis, ao orçamento ou à legislação, devem ser utilizados como estímulo a soluções criativas e com linguagem inovadora para responder às problemáticas encontradas, sem fazer uso da imitação e da competição. (CARBONARA, 2011 apud KUHL, 2012, p.7)

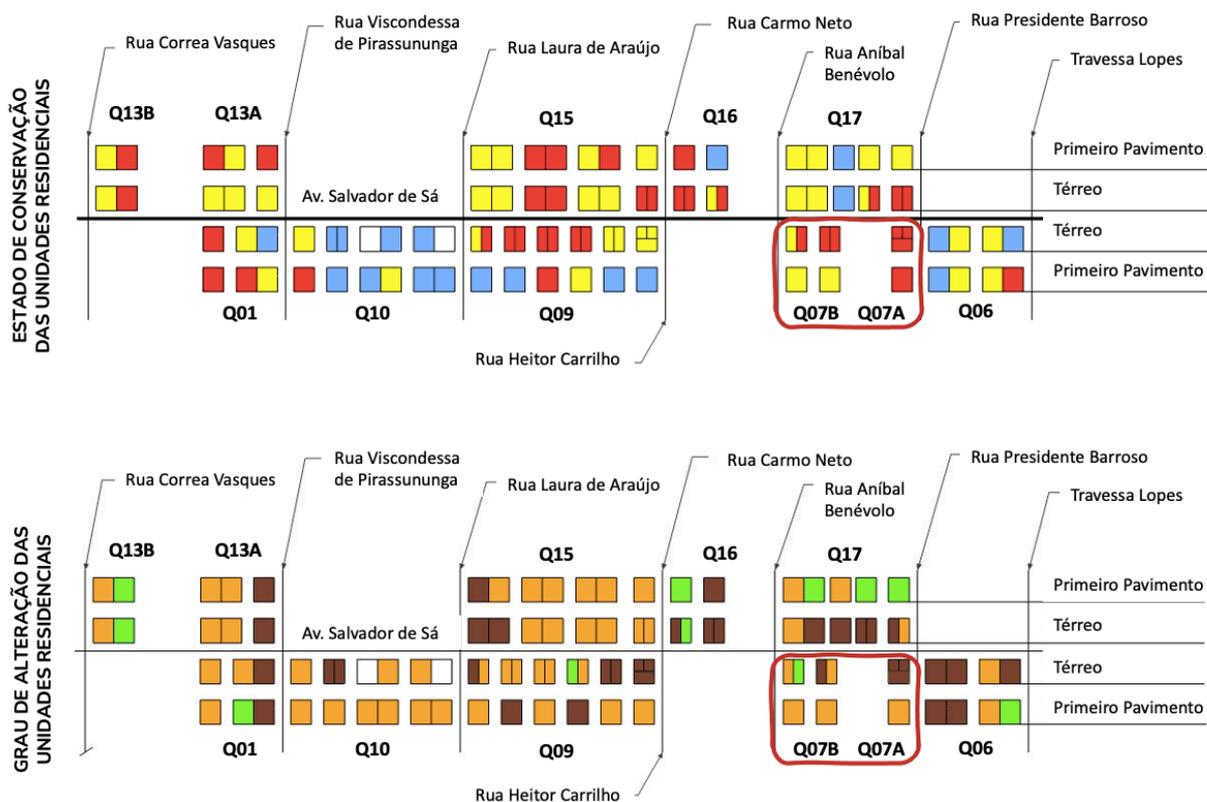
4 PROJETO PARA QUADRA 07 DA VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ

O projeto de intervenção em bens ou áreas de interesse para a preservação é um projeto arquitetônico fruto de um estudo mais profundo e complexo da obra, ou do seu conjunto, e do seu entorno imediato por se tratar de uma pré-existência. É necessário coletar e analisar dados históricos, dados socioculturais e econômicos da área e do objeto arquitetônico em si para, a partir deles, estabelecer parâmetros para as decisões projetuais. Conforme visto nos capítulos anteriores, foram realizadas pesquisas de cunho histórico-documental, iconográfico e bibliográfico; levantamento arquitetônico e fotográfico; estudos de materiais e técnicas construtivas existentes e sugestões de aplicações de materiais e técnicas contemporâneas, das patologias; análise tipológica e formal, entre outros. Lembrando que esses levantamentos tiveram algumas limitações devido ao fato de o desenvolvimento desta dissertação ter ocorrido durante o período da pandemia. Neste capítulo serão apresentados os estudos voltados ao patrimônio da VOSS e o resultado do projeto de intervenção na quadra 07, após a delimitação de um recorte da área de atuação.

4.1 O estado atual de conservação do conjunto

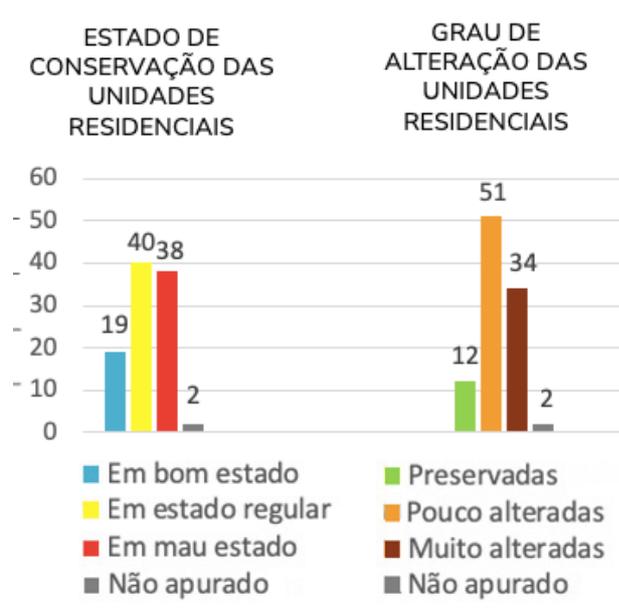
Atualmente, a Vila Operária mantém a tipologia arquitetônica e muitas características originais, como as varandas e balcões feitos em madeira decorados com elementos geométricos, as escadas de acesso externas, os telhados cerâmicos de telha francesa, os portões e gradis de ferro, entre outras. Segundo o levantamento realizado em 2011 pela SMH, aproximadamente 78 das unidades foram classificadas como entre regular a mau estado de conservação. De maneira geral, o conjunto está bastante deteriorado e o critério utilizado para essas classificações foi a quantidade e gravidade da presença de danos como: trincas, fissuras, desprendimento de revestimento, manchas de umidade, forros e varandas de madeira apodrecidas e em risco de queda, vidros quebrados ou inexistentes, escadas e parte dos telhados danificados, inserção de elementos espúrios etc.

Figura 53: Mapa esquemático das unidades da Vila – destaque para a Quadra 07



Fonte: Projeto Novas Alternativas – SMH, 2011 (com adaptação da autora)

Figura 54: Gráfico com resumo do levantamento apresentado no mapa esquemático feito em 2011



Fonte: Própria Autora, 2020

Outra avaliação feita foi em relação às alterações sofridas ao longo de tempo pelos próprios moradores, constatando-se que apenas 12% das unidades estavam com sua configuração original preservada. Dentre as principais transformações realizadas se destacam o aumento da cozinha e do banheiro, uma vez que suas dimensões originais são reduzidas para os padrões contemporâneos. Foi encontrado um número significativo de unidades que fizeram acréscimos de elementos espúrios, ocupando as áreas livres dos terrenos tanto no térreo quanto no pavimento superior, além da construção de mezaninos para aproveitar o pé-direito elevado e atender às necessidades atuais dos moradores.

Figura 55: Fachadas dos fundos da quadra 10 como exceção por ainda manterem o revestimento



Fonte: Projeto Novas Alternativas – SMH, 2011

No levantamento fotográfico da prefeitura, é possível ver que as fachadas dos fundos de todos os blocos do conjunto, com exceção da Quadra 10, estão muito degradadas e que praticamente não existe mais revestimento em nenhuma delas, apresentando deslocamento, rachaduras e vegetação crescendo em alguns pontos.

Figura 56: Fachadas dos fundos das quadras 01, 07 e 09 respectivamente, com revestimento deteriorado



Fonte: Projeto Novas Alternativas – SMH, 2011

Em 2018, a promotoria da Ação Civil Pública (0265241-02.2018.8.19.0001) ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) contra o município do Rio de Janeiro, solicitou uma vistoria e análise técnica pericial ao Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE com o objetivo de concluir a investigação. O GATE apresentou informação técnica pericial sob a ótica do patrimônio cultural acerca do estado de conservação da Vila Operária Salvador de Sá:

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, por meio do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), obteve documentação, atestada por diversos laudos técnicos, que coloca sob grave risco “a perda do bem e das próprias vidas das pessoas que lá residem”. O juízo determinou, também, que caso as obras de conservação e reparação exijam a desocupação dos imóveis, deverá ser preservada a garantia da plena observância do direito à moradia dos atuais ocupantes. Aponta ainda que os custos dessa operação, com a efetiva inclusão desses moradores em programas habitacionais estatais (seja “auxílio habitacional temporário”, “aluguel social” ou outro similar), são responsabilidade do poder municipal. (MPRJ, 2018)

Em 2019, a sentença foi obtida apontando “continuada omissão administrativa por parte do poder público municipal, razão pela qual foi requerida a adoção de medidas efetivas que preservem o conjunto de edificações da Vila Operária”. Ficou mais uma vez comprovado que o conjunto possui unidades residenciais de relevante valor e que atualmente é habitado por centenas de pessoas em situação de hipossuficiência financeira, ou seja, pessoas que não possuem condições de arcar com as taxas e custas exigidas para a manutenção do bem, sem prejudicar o seu sustento. O perfil socioeconômico dos atuais moradores do conjunto varia entre famílias de renda baixa a média baixa, o que faz com que essa condição seja refletida no estado de conservação das unidades. A Quadra 10 é a que se encontra em melhor estado, decorrente dos cuidados de manutenção empreendidos por seus moradores, que aparentam melhor situação socioeconômica.

Após visita de campo realizada em 2022, foi possível identificar que o estado de conservação do conjunto segue se deteriorando ao longo dos anos. O revestimento das fachadas principais dos blocos continua apresentando inúmeras falhas e com reconstituições que muitas vezes comprometem sua qualidade material e formal. Observa-se que as fachadas que recebem pintura não seguem nenhum padrão, apresentando variações de cores e texturas inclusive entre andares do mesmo sobrado.

Figura 57: Fachada da quadra 09 com deterioração do revestimento e diferentes cores entre as pinturas dos blocos



Fonte: Própria Autora, 2022

Nos sobrados das quadras 15 e 17 é possível perceber que os moradores reformaram parcialmente os balcões avarandados e os gradis de madeira, porém substituíram os desenhos geométricos originais por barras verticais, comprometendo a leitura estética e unidade potencial do conjunto. Na quadra 15 essa ruptura fica evidenciada, uma vez que apenas um dos blocos que constitui esse conjunto aderiu a essa modificação, enquanto que o outro permaneceu com o gradil original. Como visto no capítulo anterior, segundo a Teoria da Restauração de Cesare Brandi (2004 [1963]) o patrimônio arquitetônico é um documento de Arte e de História que deve ser restaurado para restabelecer a unidade potencial da obra sem apagar as marcas da passagem da obra através do tempo, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico (BRANDI, 2004 apud KUHL, 2012, p.8). Brandi define como princípio para intervenção restauradora que a integração “deverá ser sempre e facilmente reconhecível, mas sem infringir a própria unidade que se visa a reconstruir”.

Figura 59: Quadra 17 com a substituição dos gradis originais e com a pintura cinza na fachada do pavimento superior contrastando com a pintura branca da fachada do térreo. Fachada lateral superior não recebeu pintura.



Fonte: Própria Autora, 2022

Figura 58: Fachadas da quadra 15 da Vila Operária apresentando o contraste do novo com o antigo gradil de madeira.



Fonte: Própria Autora, 2022

Para Lyra (2006), a preservação de edifícios antigos está diretamente relacionada à continuidade de uso. O fato de existirem moradores até hoje nas unidades da vila sem dúvida contribuiu para a preservação do conjunto da Vila Operária. Porém, vimos que foram feitas algumas alterações para atender a novas necessidades que resultaram na modificação de sua aparência, fruto de sucessivas adaptações que possibilitaram sua sobrevivência apesar da demolição de alguns sobrados da vila. Não foram encontradas informações sobre os sobrados que foram demolidos ao longo do tempo.

Após essa análise do estado atual de conservação do conjunto e o mapeamento de danos é necessário que seja elaborado um Plano de Conservação Integrada para a VOSS. Trata-se de uma ferramenta que possibilita um olhar integrado sobre o bem cultural onde os valores essenciais atribuídos à vila estruturam as diretrizes da proposta básica de intervenção para o Restauro Crítico-Conservativo¹⁶ e atendem aos critérios de preservação estabelecidos pela legislação da APAC da Cidade Nova. O plano seguiria a tendência da “Conservação”¹⁷, em que a ação de restauro seria pautada na conservação do monumento, mantendo seu uso original com eventuais ajustes e adequações para atualização da edificação às novas demandas da sociedade. Isso significa que só são acrescentados elementos necessários à consolidação estrutural, à atualização do bem e à perpetuação de sua vida útil, material e funcional. Podemos citar como exemplos de adequações nas unidades a indicação do local para instalação de ar-condicionado, melhorando o conforto térmico daqueles moradores que desejarem o uso do equipamento, e a revisão do layout interno das áreas molhadas na tentativa de incluir um tanque e uma máquina de lavar roupa.

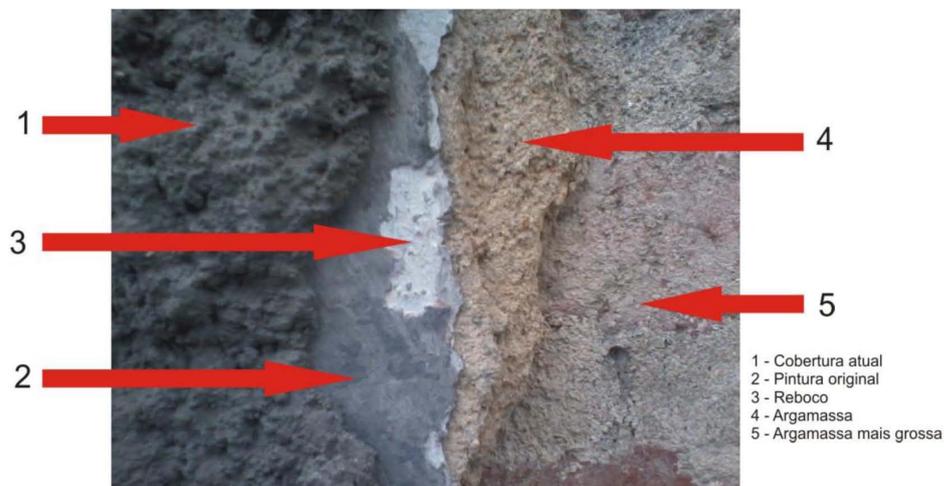
Diante dessa postura, as etapas de projeto devem ser acompanhadas pela avaliação crítica dos valores estéticos e históricos como garantia à preservação da Vila Operária em seu texto arquitetônico original. A remoção de acréscimos e a reintegração de lacunas são pautadas na conservação do conjunto e, portanto, o que

¹⁶ NAHAS, P. V. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. 2015. p.83

¹⁷ NAHAS, P. V. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. 2015. p.105

não tem valor, ou prejudica a leitura da preexistência, deve ser retirado. Devem fazer parte dessas etapas a continuação e o aprofundamento da investigação estratigráfica do conjunto da VOSS iniciado no final de 2011, segundo relatório de prospecção assinado pelo restaurador e paisagista Raimundo Nonato dos Santos Silva. Apresentados abaixo, é possível observar alguns pontos já investigados:

Figura 60: Pontos investigados Figura 01
(Embasamento com superfície de textura rústica com chapisco rugoso)



Pontos investigados Figura 03
(Argamassa que simula grandes faixas horizontais)



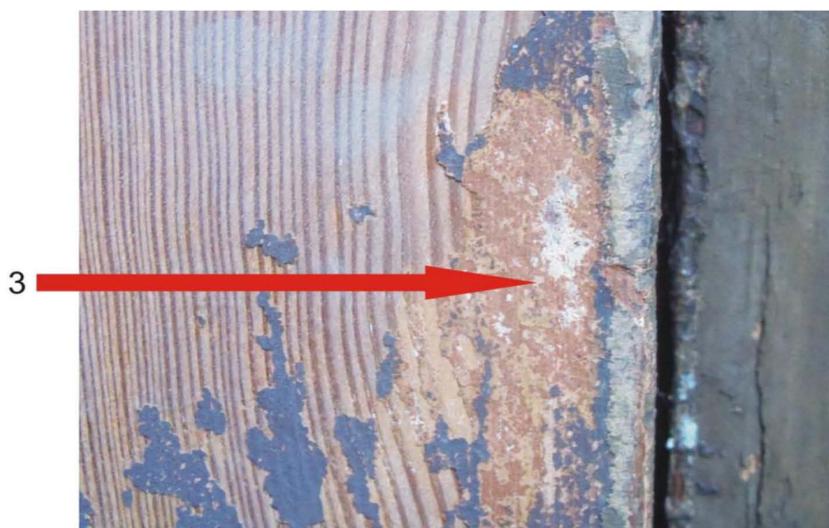
Fonte: Relatório Parcial de Prospecções, 2011

A seguir, é apresentado um quadro¹⁸ com as principais patologias dos sobrados, as possíveis causas da degradação e a indicação de soluções para a recuperação dos elementos:

Figura 61: Pontos investigados Figuras 04 e 04A
(Esquadrias: portas e janelas em madeira de pinho de riga)



- 1 - Pintura posterior a original
- 2 - Pintura original da almofada
- 3 - Pintura original da 'moldura'



Fonte: Relatório Parcial de Prospecções, 2011

¹⁸ Esse quadro fez parte do trabalho final realizado na disciplina de Técnicas de Conservação e Restauro (FAP728) lecionada pela professora Rosina Trevisan. A autora usou como referência a proposta já elaborada pelo Programa Novas Alternativas e fez adaptações e complementações pertinentes.

Tabela 2: Levantamento de danos, causas e soluções para a recuperação da VOSS

PATOLOGIA	CAUSAS	INDICAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DOS ELEMENTOS
Trincas e fissuras	Desgaste dos materiais e sobrecarga na verga de portas e janelas e na base da alvenaria pela umidade ascendente do solo.	Preencher a falha sem enrijecer a superfície, evitando que surjam novas fissuras nas proximidades e injetar impermeabilizantes à base de silicato na parte inferior da alvenaria.
Desprendimento do revestimento	Umidade, retração da argamassa.	Algumas partes se desprendem e se soltam da parede. Aplicação de impermeabilizantes injetáveis à base de silicato na parte inferior da alvenaria (barreira química). Recuperar ou refazer revestimento da parede externa e considerar pintura PVA.
Revestimento degradado, esfoliação e eflorescência	Depredação, falta de manutenção e umidade constante, sais solúveis presentes na alvenaria ou argamassa.	Limpeza da superfície, remover argamassa deteriorada e preparar nova argamassa com características apropriadas, lavar ou umedecer as juntas e depois preencher até o fundo regularizando e comprimindo a argamassa de fechamento. Passar hidrofugante.
Pintura degradada	Presença de umidade, falta de manutenção e/ou aplicação de tinta à base de látex incompatível com a porosidade necessária da argamassa.	Aplicação de impermeabilizantes líquidos na alvenaria (barreira química) e reaplicação da argamassa e pintura.
Pintura diferenciada	Pichação por vandalismo ou arte em grafite.	Fazer limpeza da superfície com diluentes, solventes e se necessário

Grafite		forte escovagem. Considerar nova pintura por se tratar de superfícies pintadas.
Esquadria danificada	Depredação e/ou falta de manutenção.	Reconstruir ou recuperar esquadrias de madeira, considerar descupinização e pintura esmalte sintético fosco, retirar e substituir vidros quebrados;
Oxidação, corrosão e ferrugem	Umidade, elementos químicos e dejetos corrosivos (fezes de pombo, urina etc.).	Reconstituição dos portões e grades de ferro. Lixar a peça ou parte com excesso de tinta ou a oxidação, dar um fundo de zarcão (produto com função anticorrosiva e de uniformização da superfície) e fazer nova pintura com esmalte sintético fosco.
Elemento deteriorado pela umidade	Umidade, agentes biológicos.	Reconstruir ou recuperar elementos estruturais do balcão, escada e estruturas dos telhados (tesouras) em madeira com tratamento anticupim e ignífugo. No telhado, proteger com subcobertura com manta Tyvec.
Sujidade	Poluição (fuligem, poeira e fumaça), exposição ao tempo e falta de manutenção.	Limpar a superfície e, se necessário, considerar nova pintura.
Acréscimo ou instalações inadequadas	Substituição dos materiais ou elementos originais e fechamentos nos vãos de ventilação e portões.	Remover os acréscimos e as instalações irregulares e restaurar os elementos de acordo com a necessidade de cada caso. Exemplo: retirar fechamentos de alumínio e tapumes existentes nos portões de ferro, demolir fechamentos de alvenaria irregulares dos vãos de ventilação,
Preenchimento inadequado		

		demolir "puxadinhos", refazer instalações elétricas.
Telhados danificados (ausência de estrutura de madeira e falta de telhas cerâmicas)	Desgaste dos materiais, intemperismo e falta de manutenção.	Recuperar as estruturas de madeira dos telhados ou substituir por novas estruturas metálicas, aplicar camada de manta tipo "Duralfoil" e reconstruir as telhas cerâmicas tipo francesa.
Elemento faltante	Umidade, depredação e lesões.	Complementar as partes faltantes com argamassa à base de pó de pedra ou reconstituir com peças novas feitas a partir do mesmo material, fixadas através de colagem ou grampos de metal não oxidantes. No caso de elementos de madeira, como peças do balcão e guarda-corpo, e gradis de ferro ornamentados, considerar preenchimento das lacunas.

Fonte: Própria Autora. 2022

4.2A quadra 07: recorte da área de atuação

Depois de analisar o estado atual de conservação do conjunto em sua totalidade, é feito um recorte para delimitar a área de atuação que será o foco desse projeto. Seguindo a mesma estratégia do programa Novas Alternativas, será proposto um projeto de intervenção em uma das quadras da vila para que ele sirva como modelo a ser aplicado futuramente nas outras quadras do conjunto com as devidas adaptações. Além dos motivos já citados anteriormente no capítulo de introdução, a escolha por essa quadra se deu pela possibilidade de apresentar outras soluções

diferentes das já apresentadas pelo programa Novas Alternativas para o sobrado da quadra 07A.

Figura 62: Planta de localização da quadra 07 (A e B) da Vila Operária (sem escala)



Fonte: Própria Autora, 2022

4.2.1 Levantamento

Será utilizado o levantamento realizado pelo programa Novas Alternativas, em 2011/ 2012, uma vez que as unidades habitacionais ainda estão em uso e o cenário de pandemia dificulta o acesso ao interior dos sobrados. Somente os desenhos referentes às fachadas puderam ser atualizados a partir do que foi visto nas pesquisas de campo recentes.

A quadra 07 é delimitada pela Avenida Salvador de Sá e pelas ruas laterais Presidente Barroso e Aníbal Benévolo. É constituída por três blocos, um na quadra 07A e dois na quadra 07B, onde cada bloco é formado por duas unidades no térreo e uma unidade no 1º pavimento. As unidades térreas são constituídas por sala, quarto, cozinha, banheiro e acessos independentes para a Avenida Salvador de Sá. No primeiro pavimento, encontram-se unidades com sala, três quartos, cozinha, banheiro e acesso independente através da escada externa e do balcão avarandado. O espaço entre os sobrados, que, segundo dados das plantas cadastrais, seria um espaço livre, atualmente está quase todo ocupado como extensão das unidades térreas residenciais n. 95 e n. 91, dividido por um corredor de acesso descoberto e compartimentos de cozinha, área de serviço e depósitos. Essas construções irregulares comprometem e descaracterizam o bem arquitetônico tombado com

intervenções internas e externas improvisadas, adaptações irregulares de elétrica, hidráulica e ar-condicionado, além da setorização de novos espaços.

Figura 63: levantamento da quadra 07A plantas baixas térreo e 1º pavimento, sem escala. Cada cor representa uma unidade residencial (para melhor visualização ver apêndice A)

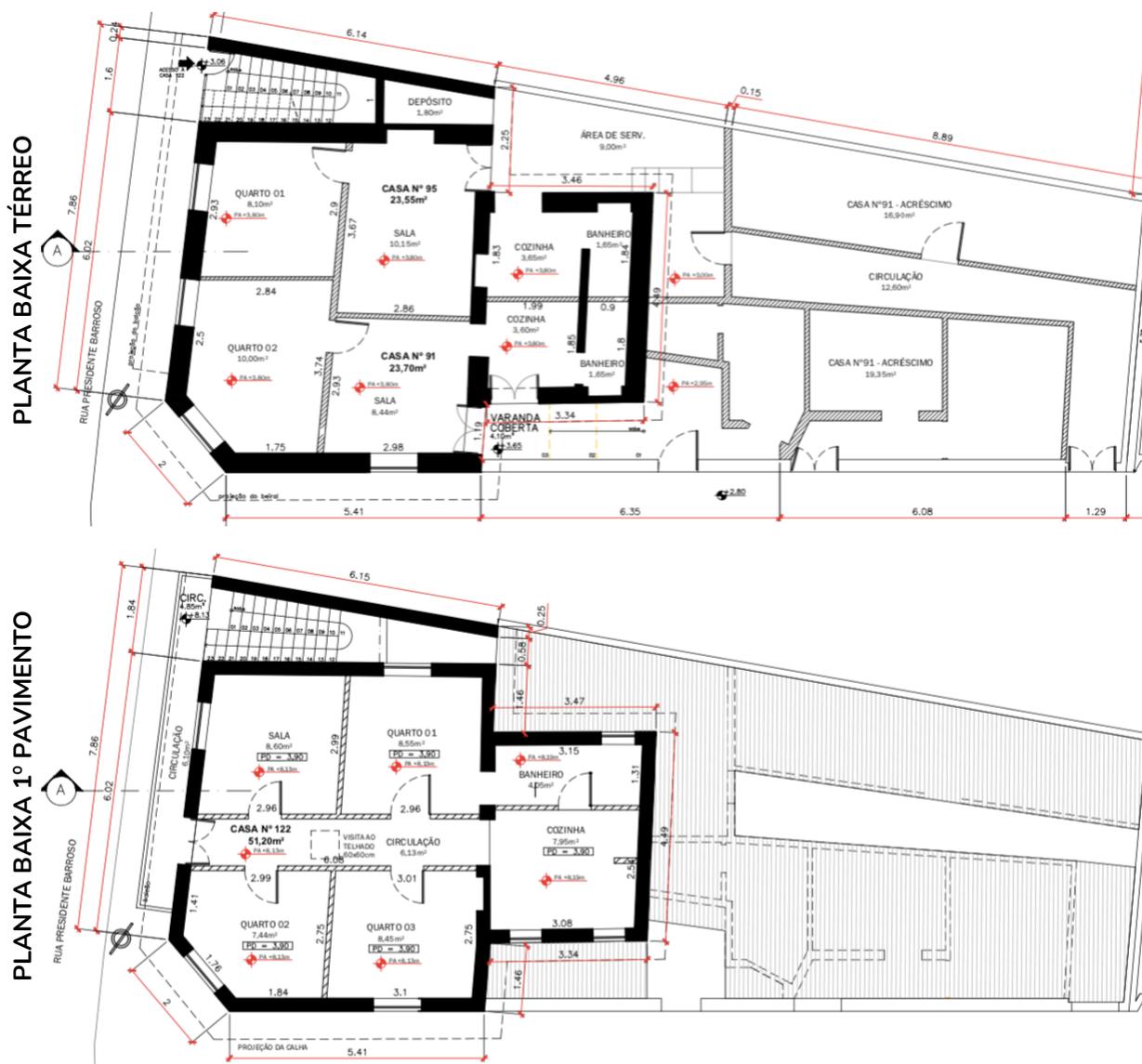
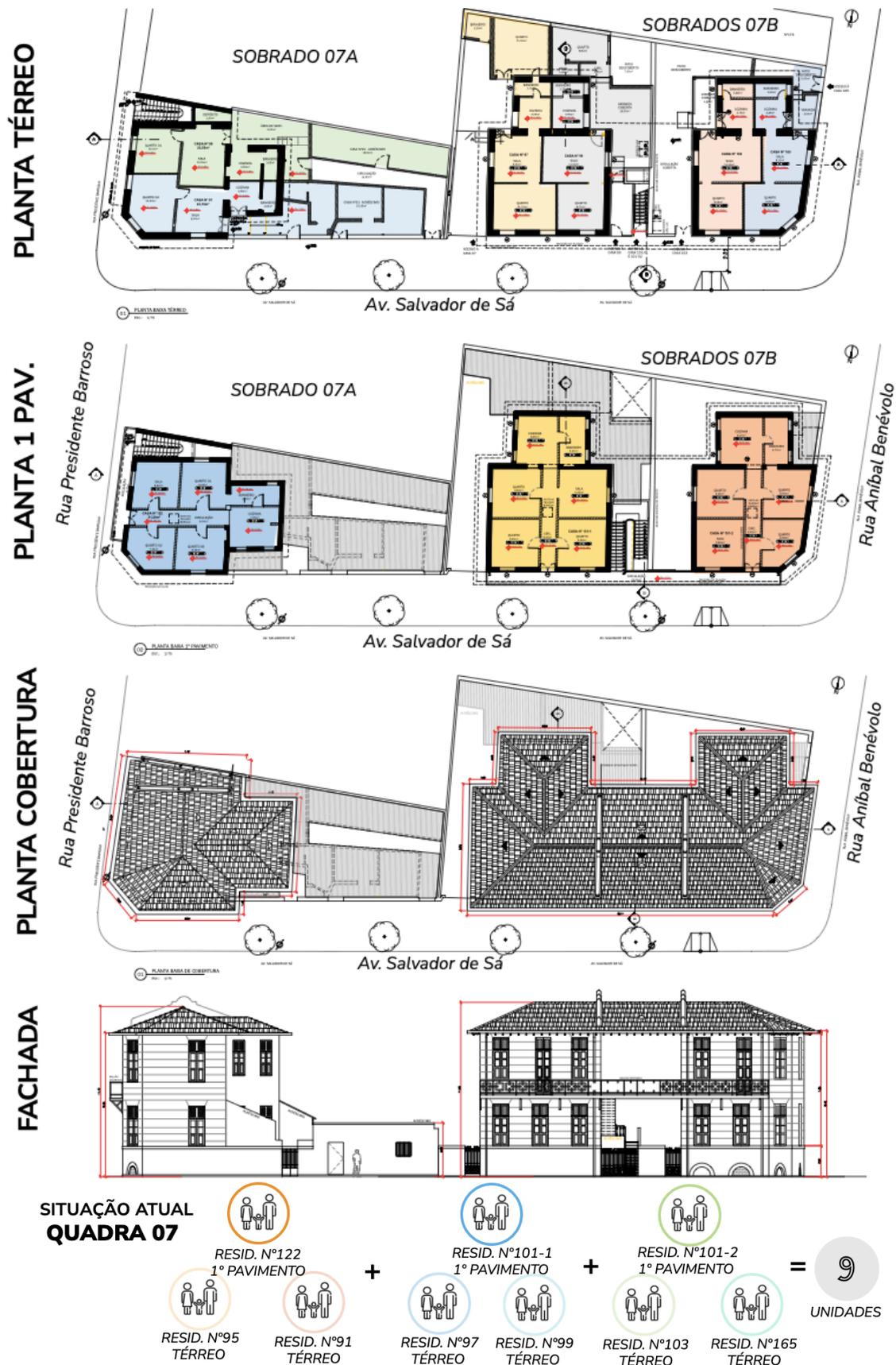


Figura 64: levantamento das quadras 07A e 07B – plantas baixas sem escala
 Cada cor representa uma unidade residencial (para melhor visualização ver apêndices A, B e C)



4.2.2 Estado de conservação dos sobrados

No levantamento realizado em 2011, a Secretaria Municipal de Habitação classificou todas as três unidades do bloco 07A como em mau estado de conservação, além das unidades térreas n.97, n.99 e n.103 dos blocos 07B. As unidades n.101-1, n.101-2 e n.165 foram classificadas com estado regular de conservação. Nenhuma das unidades da quadra foi avaliada como com bom estado de conservação. Já em relação às alterações arquitetônicas feitas em cada unidade, as habitações térreas do bloco 07A e a unidade n.99 do bloco 07B foram avaliadas como muito alteradas; todas as unidades do 1º pavimento da quadra foram avaliadas como pouco alteradas, além das unidades n.97 e n.165 do térreo, e apenas a unidade térrea n.103 recebeu a classificação de preservada. Como principais danos foram indicados trincas, fissuras, desprendimento de revestimento, manchas de umidade, forros e varandas em risco de queda, vidros quebrados ou inexistentes, escadas e telhados danificados.

Como principais alterações foi possível identificar a inserção de elementos espúrios como fechamento dos portões de ferro com chapas metálicas, fechamento em alvenaria dos vãos de ventilação, extensão das unidades térreas para a criação de novas ambientes popularmente conhecidos como “puxadinhos”, substituição de esquadrias internas de madeira por esquadrias de PVC, substituição de revestimentos internos e criação de mezanino na unidade n.122 para maior aproveitamento do pé direito alto. As visitas de campo realizadas pela autora no decorrer da pesquisa permitiram realizar o levantamento fotográfico das fachadas externas da quadra onde foi possível comparar com o levantamento fotográfico de 2011 e acompanhar algumas alterações ao longo do tempo.

Figura 65: Fachada principal da quadra 07A voltada para a Avenida Salvador de Sá
2011 2020 2022



Fonte: Programa Novas Alternativas SMH, 2011/ Própria Autora, 2020 e 2022

Figura 66: Fachada lateral da quadra 07A voltada para a Rua Presidente Barroso
2011 2022



Fonte: Programa Novas Alternativas SMH, 2011/ Própria Autora, 2022

Figura 67: Fachada principal da quadra 07B voltada para a Avenida Salvador de Sá
2011 2022



Fonte: Programa Novas Alternativas SMH, 2011/ Própria Autora, 2022

Figura 68: Fotografias da fachada lateral da quadra 07B voltada para a Rua Aníbal Benévolo
2011 2022



Fonte: Programa Novas Alternativas SMH, 2011/ Própria Autora, 2022

Figura 69: Fotos dos danos e alterações na quadra 07

1. Esquadrias com vidros e venezianas danificadas



2. Portões de ferro com oxidação, corrosão e ferrugem



3. Balcão avarandado em madeira com novos suportes e um pilar de apoio na calçada



4. Construções irregulares entre os blocos 07A e 07B



5. Fechamentos dos vãos de ventilação e pichações



6. Acréscimo do térreo e aumento do muro com cobogó e cobertura



Fonte: Programa Novas Alternativas SMH, 2011/ Própria Autora, 2022

Figura 70: Fotos dos danos e alterações na quadra 07

7. Escada de madeira para o 1º pavimento danificada e com risco de queda



8. Forro de madeira danificado, apodrecido



9. Argamassa de revestimento irregular



10. Acréscimo de área unidade n. 91



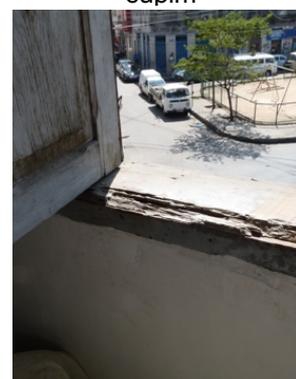
11. Danos pela umidade ascendente e agentes biológicos



12. Apropriação térrea irregular, construção entre blocos 7A e 7B



13. Esquadria de madeira danificada por cupim



14. Paredes com trincas, fissuras e manchas de umidade



15. Construção de mezanino com escada de acesso



16. Troca de esquadria e posição chuveiro



Fonte: Programa Novas Alternativas SMH, 2011/ Própria Autora, 2022

De maneira geral, pode-se observar que houve uma piora significativa no estado de conservação das edificações da quadra comparando com a situação retratada em 2011. Apesar de não ter sido possível visitar o interior das unidades recentemente, as más condições encontradas na parte externa das edificações sugerem que o interior delas também sofreu contínua degradação ao longo desses anos.

Figura 71: Mapa de danos - quadra 07
(para melhor visualização ver apêndice D)



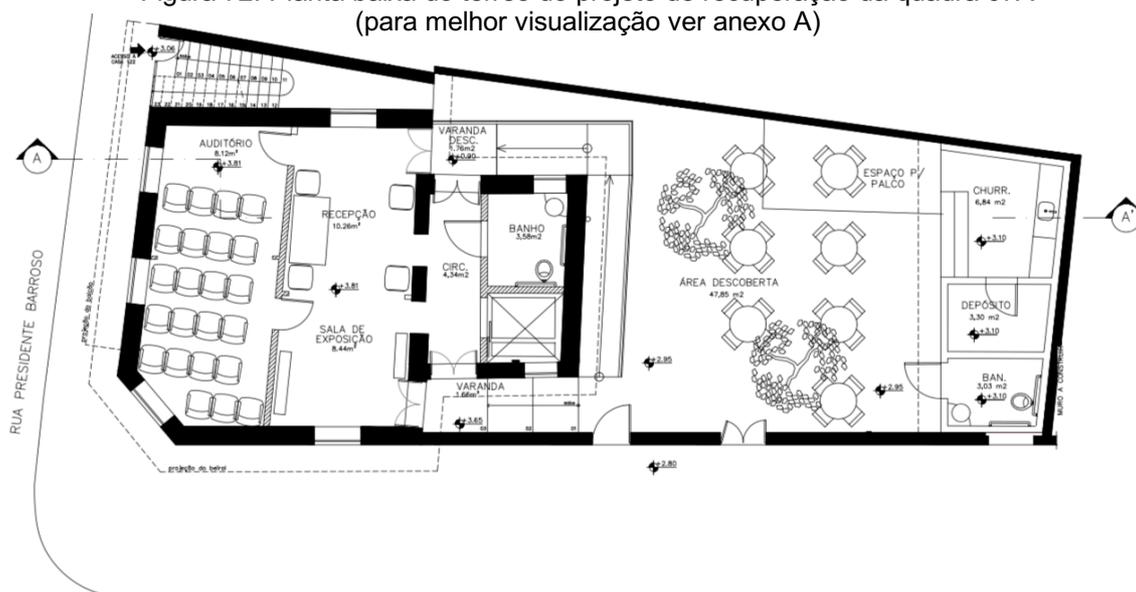
LEGENDA DE PATOLOGIAS	
	TRINCAS E FISSURAS
	DESPRENDIMENTO DO REVESTIMENTO
	REVESTIMENTO DEGRADADO, ESFOLIAÇÃO, EFLORESCÊNCIA
	PINTURA DEGRADADA
	PINTURA DIFERENCIADA
	GRAFITISMO
	ESQUADRIA DANIFICADA
	OXIDAÇÃO, CORROSÃO E FERRUGEM
	ELEMENTO DETERIORADO PELA UMIDADE
	SUJIDADE
	ACRÉSCIMO OU INSTALAÇÕES INADEQUADAS
	ARGAMASSA OU PREENCHIMENTO INADEQUADO
	ELEMENTO FALTANTE
	TELHADO DANIFICADO E COM TELHAS FALTANTES

Fonte: Própria Autora, 2022

4.2.3 O projeto do programa Novas Alternativas para a quadra

No projeto do Programa Novas Alternativas todas as unidades da vila seriam mantidas com o uso habitacional, com a exceção da quadra 07A. Essa quadra formada por um único sobrado de esquina teria seu uso convertido para um equipamento comunitário. No projeto, as duas unidades habitacionais do térreo seriam integradas para a construção de recepção, sala de exposição e auditório com 23 lugares. O espaço onde ficavam os banheiros e a cozinha na planta original deram espaço para uma circulação com um banheiro adaptado para pessoas com deficiência (PcD) e um elevador com acesso ao 1º pavimento. Para garantir a acessibilidade de todos, seria construída uma rampa em L que contornaria as fachadas laterais e dos fundos atingindo a altura necessária para chegar à recepção. Na parte externa, no espaço livre entre os sobrados da quadra 07A e da quadra 07B, foi projetado um espaço de convivência com mesas, cadeiras, um palco, um depósito, uma churrasqueira e um outro banheiro PcD. No segundo pavimento, as divisões internas seriam quase todas aproveitadas, mantendo o corredor de circulação central e transformando os cômodos em duas salas administrativas e duas salas para cursos. Ao final do corredor, a mesma configuração adotada no térreo seria replicada com banheiro e a chegada do elevador.

Figura 72: Planta baixa do térreo do projeto de recuperação da quadra 07A (para melhor visualização ver anexo A)



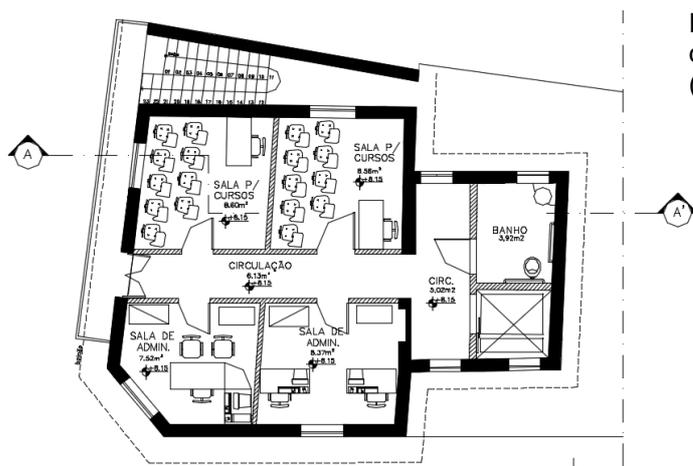


Figura 73: Planta baixa do 1º pavimento do projeto de recuperação da quadra 07A (para melhor visualização ver anexo A)

Fonte: Novas Alternativas – SMH, 2011

Após o levantamento de usos já apresentado no capítulo 02 e a análise dos dados censitários atuais do bairro Cidade Nova (quadro 01) verificou-se uma grande quantidade de domicílios em casas de cômodos e cortiços, quase nenhum equipamento de educação e cultura pública e nenhum equipamento municipal de esporte e lazer, o que justificaria a proposta da prefeitura em oferecer um equipamento educacional e cultural para a comunidade. Porém, a autora desta dissertação acredita que essa proposta pode ser mais bem realizada em algum outro imóvel próximo à praça Coronel Castelo Branco e não no sobrado em questão. Dentre os motivos por tal discordância está a defesa pelo uso habitacional do sobrado a fim de preservar todos os componentes que caracterizam o espírito do lugar, como indicado na Declaração de Foz do Iguaçu (ICOMOS, 2008). Cyro Lyra (2005, p.56) acredita que a “readaptação do uso é a condição para sobrevivência do edifício quando sua função original desaparece ou quando as características de sua arquitetura já não mais satisfazem às necessidades e exigências da sociedade”. Sob essa ótica, observamos que o uso habitacional tanto da vila quanto da região continua fortalecido e que as moradias continuam sendo uma demanda para a população local. Portanto, é preciso manter o monumento com a sua vocação, oferecendo melhorias das condições de habitabilidade para que seu uso seja atendido, priorizando os atuais moradores da região.

Outro fator que não contribui com a conversão de uso do sobrado se refere ao sistema de circulação vertical que, para atender ao uso público e às normas de

acessibilidade, demandaria a criação de um elevador e uma rampa que podem comprometer o espaço do que se pretende preservar. “Até que ponto um edifício de valor cultural pode ser adaptado sem se descaracterizar irremediavelmente?” (Cyro Lyra, 2005, p.56). No relatório de viabilidade¹⁹ apresentado para esse projeto, o arquiteto Iso Milmam²⁰ já apontava preocupação com esse tipo de intervenção, indicando que a instalação de um equipamento comunitário deveria ser “cuidadosamente avaliada” pois o imóvel estava bastante deteriorado “com acréscimos predatórios e sua caixa de escada (...) apresenta dimensões que não são compatíveis com uso público.”

4.3 Diretrizes e referências projetuais

A partir de todos os estudos feitos até o momento e da interpretação e entendimento das teorias do restauro e da conservação, entende-se que o uso habitacional deve ser mantido para atender à vocação específica da tipologia arquitetônica a que pertence o monumento. Em seguida, foram traçadas as diretrizes projetuais para atender os principais pontos a serem solucionados no projeto:

- Inserir arquitetura contemporânea entre os blocos históricos da quadra 07 seguindo uma “terceira via” através da tendência da “reinterpretação” da preexistência, com arquitetura singular e de grande simplicidade estética, usando uma linguagem própria e atual;
- Seguir os princípios da autenticidade e da distinguibilidade para inserir a nova arquitetura de forma criativa e harmônica respeitando e dialogando com a preexistência. A Vila Operária deve continuar sendo vista como protagonista dessa paisagem e o novo edifício não deve interferir na essência e no equilíbrio do patrimônio;

¹⁹ Relatório apresentado no dia 02 de setembro de 2011, com o diagnóstico da Vila Operária para o Projeto de Arquitetura para Reabilitação do Conjunto Arquitetônico da Vila Operária Salvador de Sá.

²⁰ Iso Milman, arquiteto que participou do projeto Novas Alternativas da Prefeitura do Rio de Janeiro, voltado para a Vila Operária Salvador de Sá, e foi uma das principais fontes, fornecendo o material usado como base para o desenvolvimento desta dissertação.

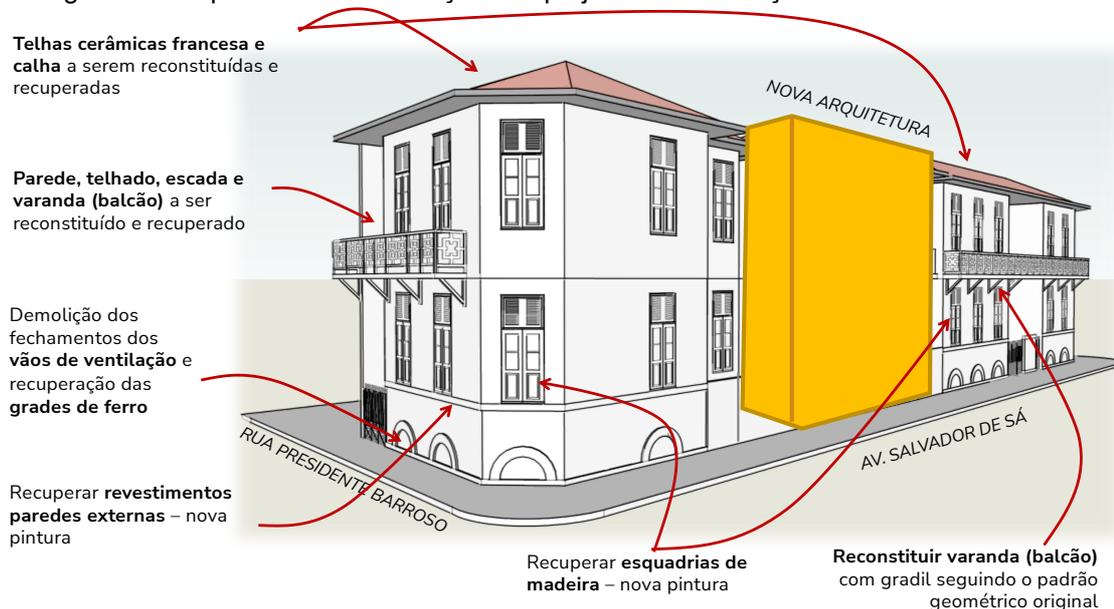
- Indicar a elaboração de um Plano de Conservação Integrada para a recuperação da Vila Operária seguindo a legislação da APAC da Cidade Nova, reconhecendo o valor histórico, cognitivo e social do conjunto;
- Adotar o Restauro Crítico-Conservativo para os sobrados da VOSS para conservar e revelar seus valores com respeito ao material original através da distinguibilidade, mínima intervenção e autenticidade dos elementos;
- Regularizar o uso do espaço livre proporcionando novas unidades habitacionais para garantir a permanência dos moradores atuais e impedir o processo de gentrificação.

Figura 75: Esquema com as intenções de projeto para inserção de nova arquitetura



Fonte: Própria Autora, 2023

Figura 75: Esquema com as intenções de projeto de restauração nos sobrados da VOSS



Fonte: Própria Autora, 2023

Como referências para a nova arquitetura foram analisados dois projetos contemporâneos de habitação de interesse social que estivessem em um contexto similar ao da VOSS e/ou pudessem inspirar a poética da arquitetura modesta. O primeiro deles foi o projeto do edifício habitacional multifamiliar Edifício Héroes 227,

localizado na Colônia Guerrero, um bairro popular considerado uma das primeiras colônias fundadas durante o século XIX na Cidade do México. O objetivo do projeto foi preservar os antigos assentamentos e melhorar a qualidade de vida sem sobrecarregar a ocupação do terreno, respeitando assim a altura de construção preexistente no entorno de apenas 3 pavimentos.

O que podemos usar como referência desse caso é a preocupação com o conforto das unidades, sendo ele alcançado por aberturas que proporcionam ventilação cruzada e iluminação natural, além do uso do bloco preto que, por ser um material térmico, dispensa o uso de aquecimento ou ar condicionado. Um fator importante neste projeto que também deve servir como referência foi a escolha pelo uso de poucos materiais e que requerem pouca manutenção, em sua maioria sendo usados de forma aparente, tendo como elementos principais o bloco preto com a estrutura de concreto. A busca pela sustentabilidade do empreendimento se deu pela utilização de equipamentos de baixo consumo e a captação de água da chuva para uso sanitário reduzindo o consumo de água potável. Para otimizar os percursos das instalações hidrossanitárias e elétricas, os serviços de cozinha, lavanderia e casa de

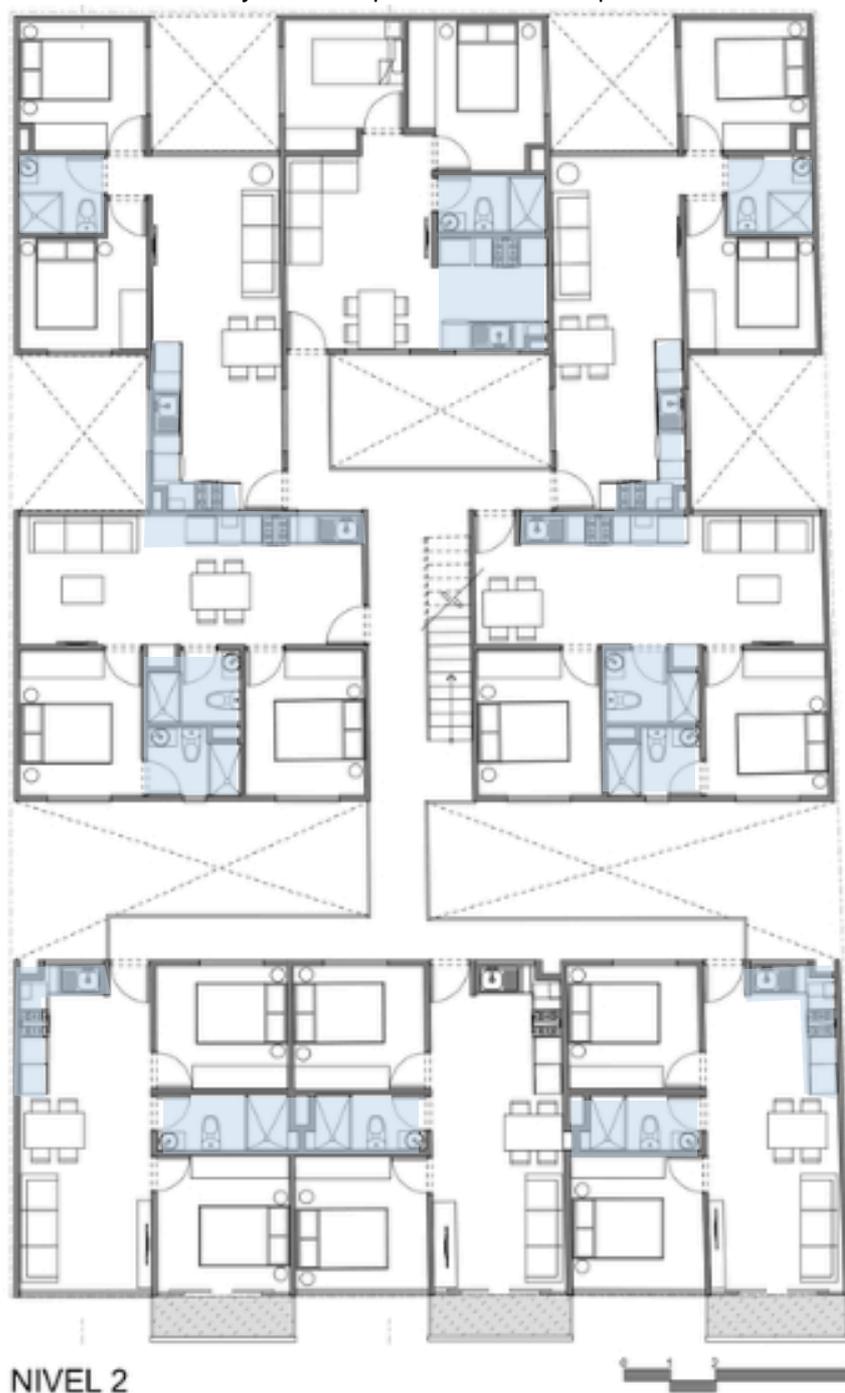
Figura 76: Edifício Héroes 227, projetado pelo escritório ARQMOV Workshop, em 2021.



Fonte: Archdaily Brasil. Fotografias: Jaime Navarro.

banho foram concentrados entre as unidades. Além da preocupação com o conforto, a habitabilidade, a sustentabilidade e os materiais, o projeto da nova arquitetura na quadra da VOSS também deve ter a linha da fachada definida pela quadra e as circulações de corredores abertos para a parte externa.

Figura 77: Planta baixa Edifício Héroes 227, destacando as áreas molhadas unificadas.
Layout com apartamentos de 2 quartos



Fonte: Archdaily Brasil. Fotografias: Jaime Navarro.

Outro projeto usado como referência foi a requalificação da Favela de Sanjaynagar na cidade Ahmednagar, Índia, em 2022. Foi elaborado pelo escritório de arquitetura e design social Community Design Agency (CDA) para atender a 298 famílias da comunidade que vivem em condições precárias, sem infraestrutura e serviços básicos. O grande diferencial desse estudo de caso que serve de inspiração foi a forma como ele foi desenvolvido coletivamente e como buscaram enfrentar a desigualdade habitacional para criar um equilíbrio entre os espaços públicos e privados, tornando-os mais seguros e saudáveis. Através de um processo de planejamento participativo, os moradores puderam contribuir para as decisões de projeto em todas as etapas e escalas, do bairro até as moradias.

Os edifícios estão organizados em torno de pátios de diferentes tamanhos que, assim como os amplos corredores, oferecem espaços de convivência para melhorar os laços sociais. Esses pátios foram pensados considerando o solo e as condições climáticas locais para fornecer iluminação natural e ventilação adequada em todos os ambientes. Os edifícios possuem telas de bambu e pérgulas para o sombreamento, jardins comestíveis na cobertura e o sistema estrutural é feito de paredes autoportantes de alvenaria armada e lajes. O objetivo é que Sanjaynagar seja um bairro com todas as infraestruturas essenciais, como água, drenagem, sistema viário, iluminação pública, creches e centros comunitários. O empreendimento é uma parceria público-privada financiada pelo governo indiano por meio do programa Housing for All. Além do CDA e do poder público municipal, também contribuem para o financiamento desse projeto a organização sem fins lucrativos local Snehalaya, a empresa americana de design de impacto social Curry Stone Foundation, os próprios moradores e doações filantrópicas.

Um recurso importante que deve ser reproduzido no projeto de intervenção da VOSS é que os arquitetos estão trabalhando com os moradores na elaboração de um plano de longo prazo para manutenção e conservação. O CDA assumiu o compromisso de apoiar a comunidade durante esta transição para a habitação formal e capacitá-la com as informações e ferramentas necessárias para torná-los uma sociedade cooperativa de habitação. Esse projeto é visto como a comprovação do

poder transformador do design participativo e do impacto que o ambiente construído tem na saúde e no bem-estar das comunidades marginalizadas.

Figura 78: Projeto de Requalificação da Favela de Sanjaynagar, CDA



Fonte: Archdaily Brasil. Fotografias: Rajesh Vora

Figura 79: Projeto de Requalificação da Favela de Sanjaynagar, CDA



Fonte: Archdaily Brasil. Fotografias: Rajesh Vora

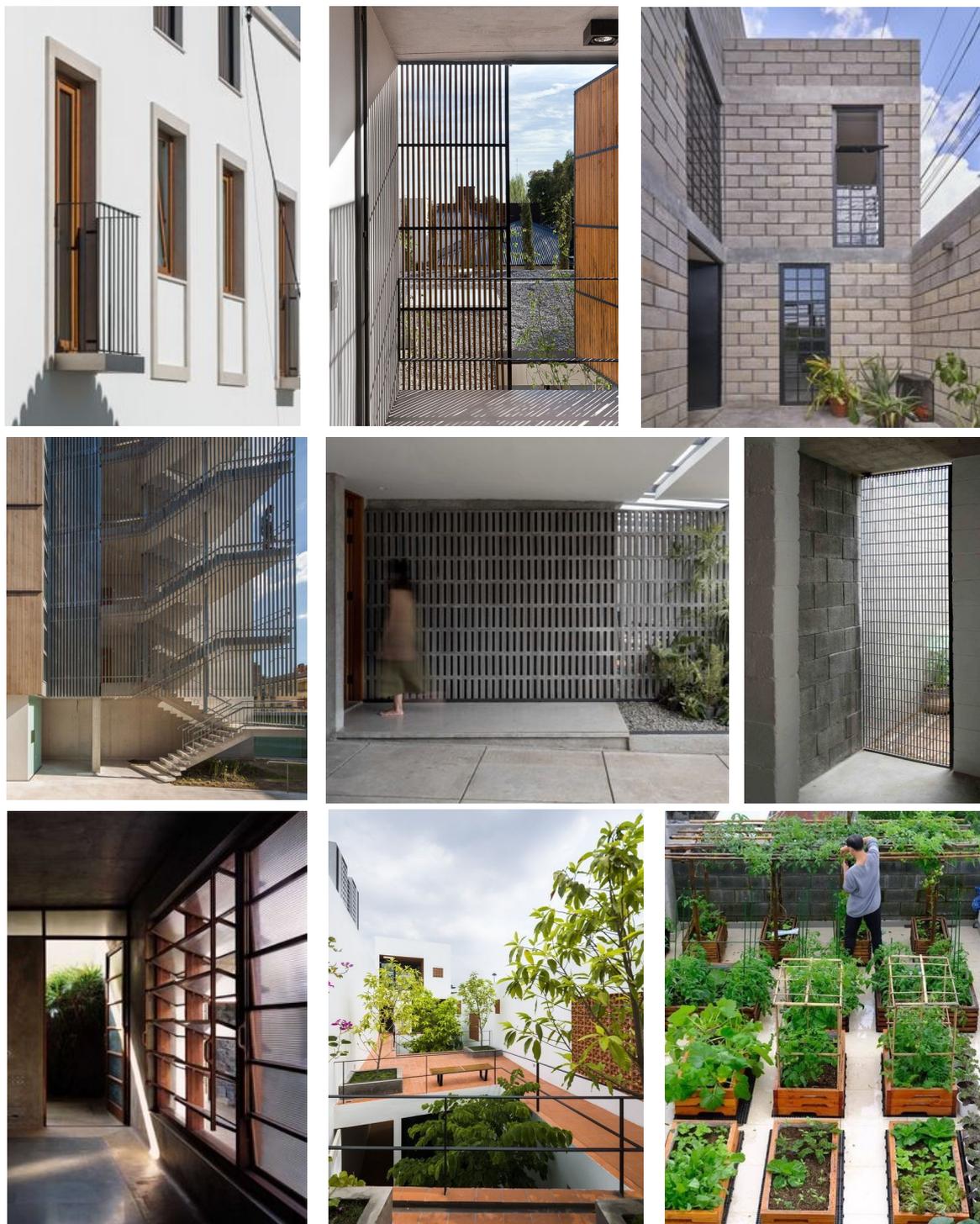
Figura 80: Plantas baixas do térreo e da cobertura do projeto das novas construções para a Favela de Sanjaynagar – circulações de corredores e escadas abertos



Fonte: Archdaily Brasil

Além dos projetos apontados acima, fez parte do processo criativo deste trabalho a construção de um mural de imagens (moodboard) com diversas referências de elementos, formas, materiais, texturas e cores que juntos formassem uma linguagem própria e atual para a proposta do novo bloco habitacional.

Figura 81: Mural de imagens (moodboard) de referências do projeto da nova arquitetura



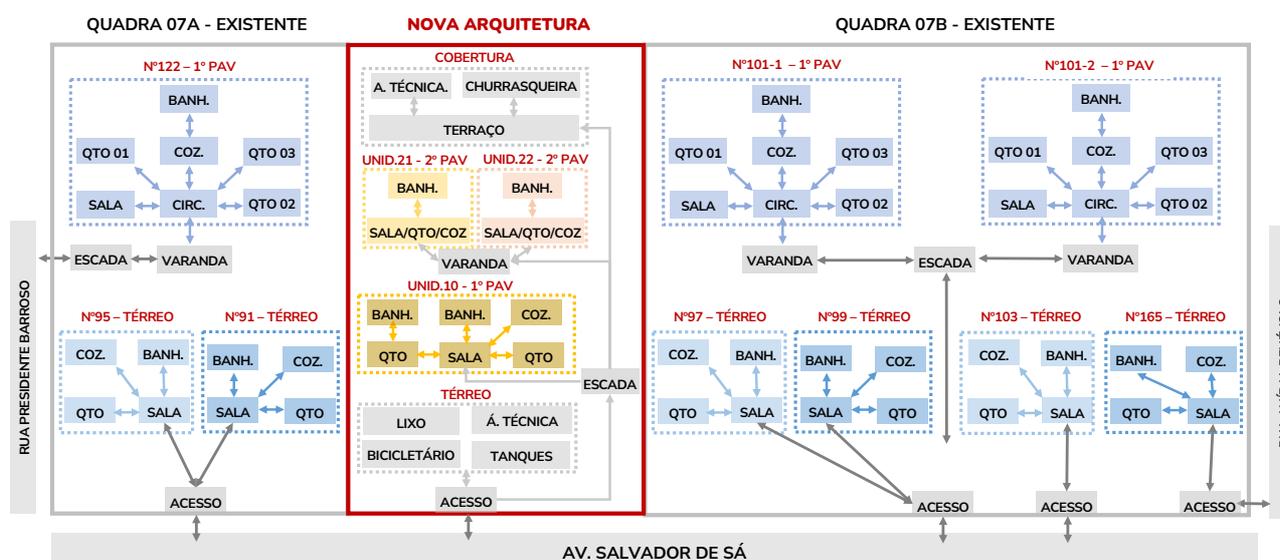
1. Esquadrias emolduradas acentuando a verticalidade e o ritmo da fachada;
2. Fechamento de malha metálica no hall e esquadria de madeira;
3. Alvenaria estrutural com blocos de concreto e esquadrias de alumínio;
4. Escada externa com fechamento metálico vazado, permitindo ventilação e iluminação visualmente permeável;
5. Cobogós de concreto com vazados verticais
6. Materialidade: blocos e lajes de concreto e gradis reticulados metálicos;
7. Esquadrias de alumínio marrom com marcações horizontais;
8. Terraço na cobertura com piso cerâmico e espaços de convivência;
9. Hortas comunitárias na cobertura.

Fonte: Pinterest.

4.4 A nova arquitetura

Para o desenvolvimento da nova arquitetura, foi preciso considerar a remoção e realojamento da ocupação ilegal existente nesse espaço e a partir de então delimitar o terreno para o novo bloco habitacional. Um dos primeiros esforços projetuais foi a definição do programa e do fluxograma dos ambientes da nova construção. A intenção foi seguir com unidades habitacionais similares às existentes, voltadas para o mesmo público da VOSS, porém trazendo soluções para as demandas atuais de moradia. Para isso, definiu-se seguir o padrão dos sobrados existentes com a quantidade de 3 unidades habitacionais para esse novo bloco, com 2 unidades menores em um mesmo pavimento e 1 unidade maior com 2 quartos em outro pavimento. A unidades menores apresentam tipologia de quitinetes com um ambiente integrado para quarto-sala-cozinha e um banheiro; já a tipologia da unidade maior apresenta 2 quartos, sendo 1 deles uma suíte, sala, banheiro social e cozinha.

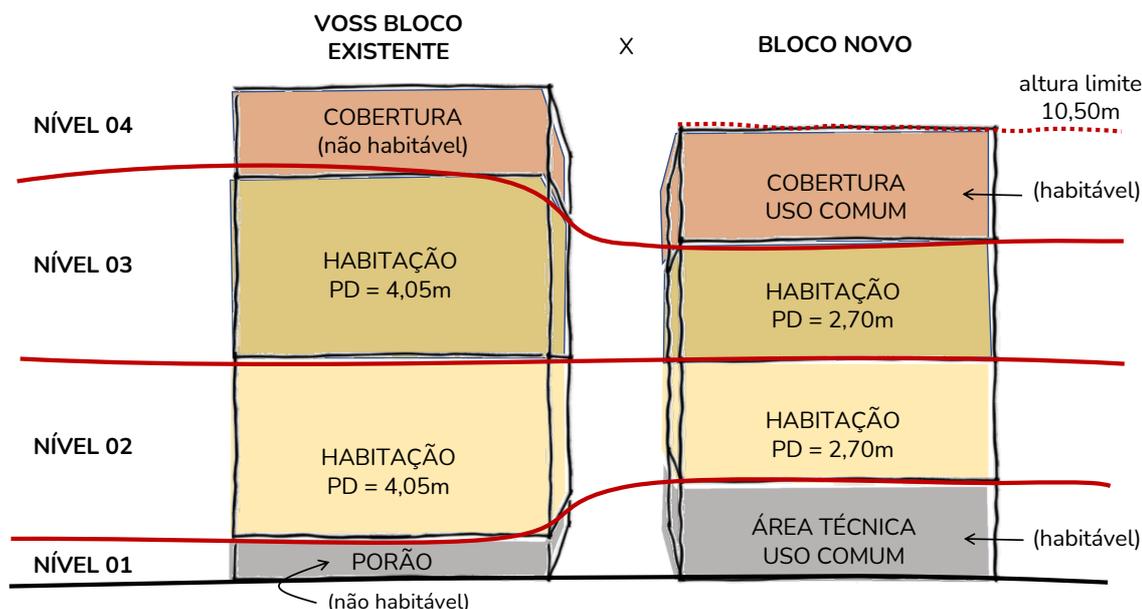
Figura 82: Fluxograma/ Programa



Fonte: Própria Autora, 2024

Diante do pouco espaço do terreno e buscando maior aproveitamento do mesmo a partir dos parâmetros contemporâneos de pé direito, foi decidido que a nova arquitetura seria constituída por 4 níveis, assim como os sobrados da Vila Operária, porém todos eles seriam usufruídos pelos moradores como indicado no esquema abaixo:

Figura 83: Esquema dos níveis dos blocos da quadra 07 da VOSS

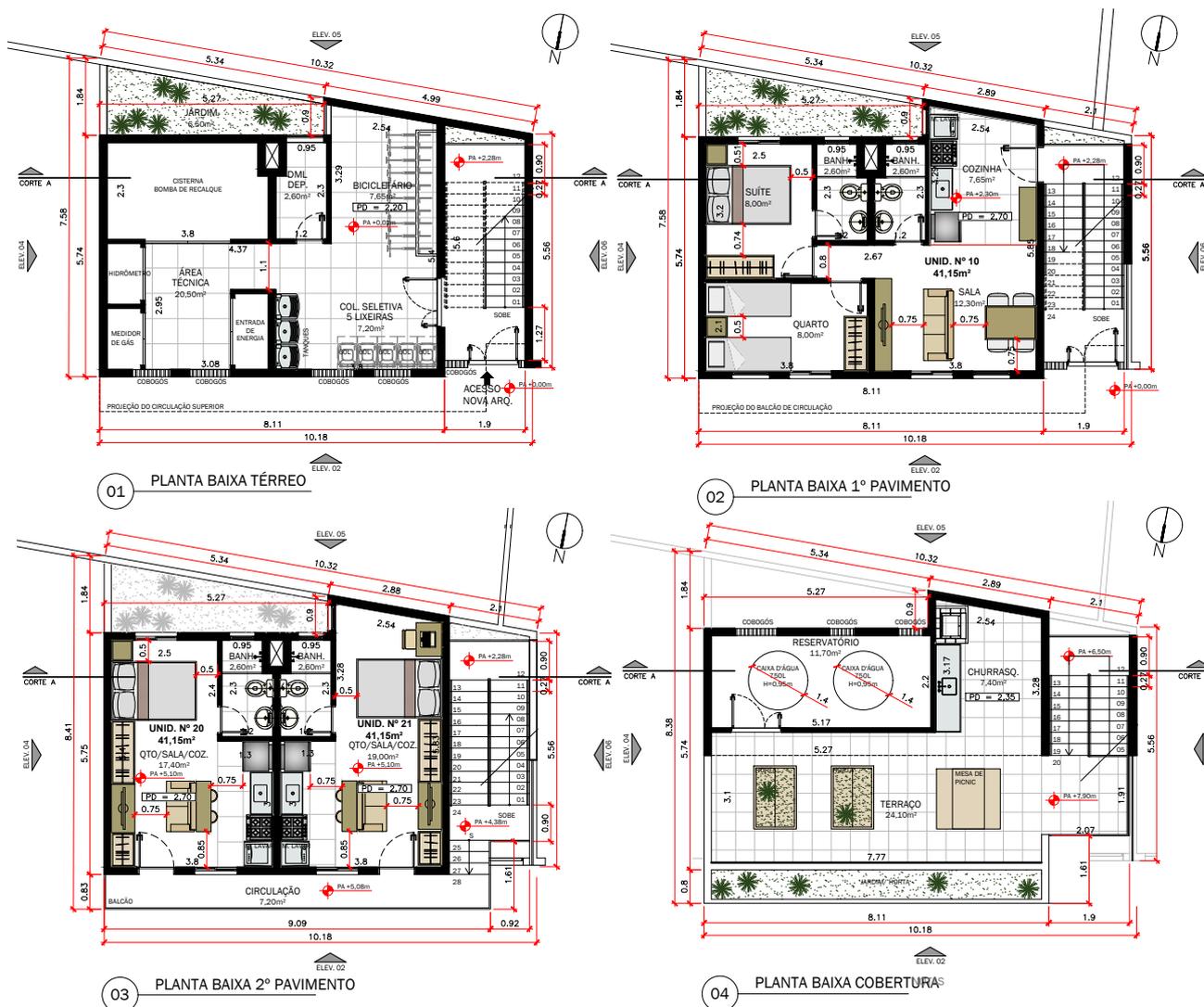


Fonte: Própria Autora, 2024

Os níveis 01 e 04 seriam destinados ao uso comum dos moradores: estariam localizadas no térreo as áreas técnicas com medidores de gás, água, energia, cisterna e lixo; e na cobertura haveria um compartimento fechado para as caixas d'água. Apesar de não considerar a construção de uma garagem no projeto, item não obrigatório segundo a legislação vigente para a área, foi pensado um espaço para bicicletário no térreo, podendo receber até 10 bicicletas.

Todas as unidades habitacionais mantiveram o padrão de habitabilidade da VOSS oferecendo ventilação cruzada, iluminação natural, banheiros e cozinhas, além de resolverem a questão da lavanderia destinando um espaço maior na cozinha para a máquina de lavar. Como não foi possível considerar uma metragem suficiente nas unidades para a existência de uma área de serviço, foi criado um espaço com 3 tanques, 1 para cada unidade, no térreo próximo ao bicicletário.

Figura 84: Planta baixa do projeto da Nova Arquitetura – sem escala (térreo, 1º pavimento, 2º pavimento e cobertura)

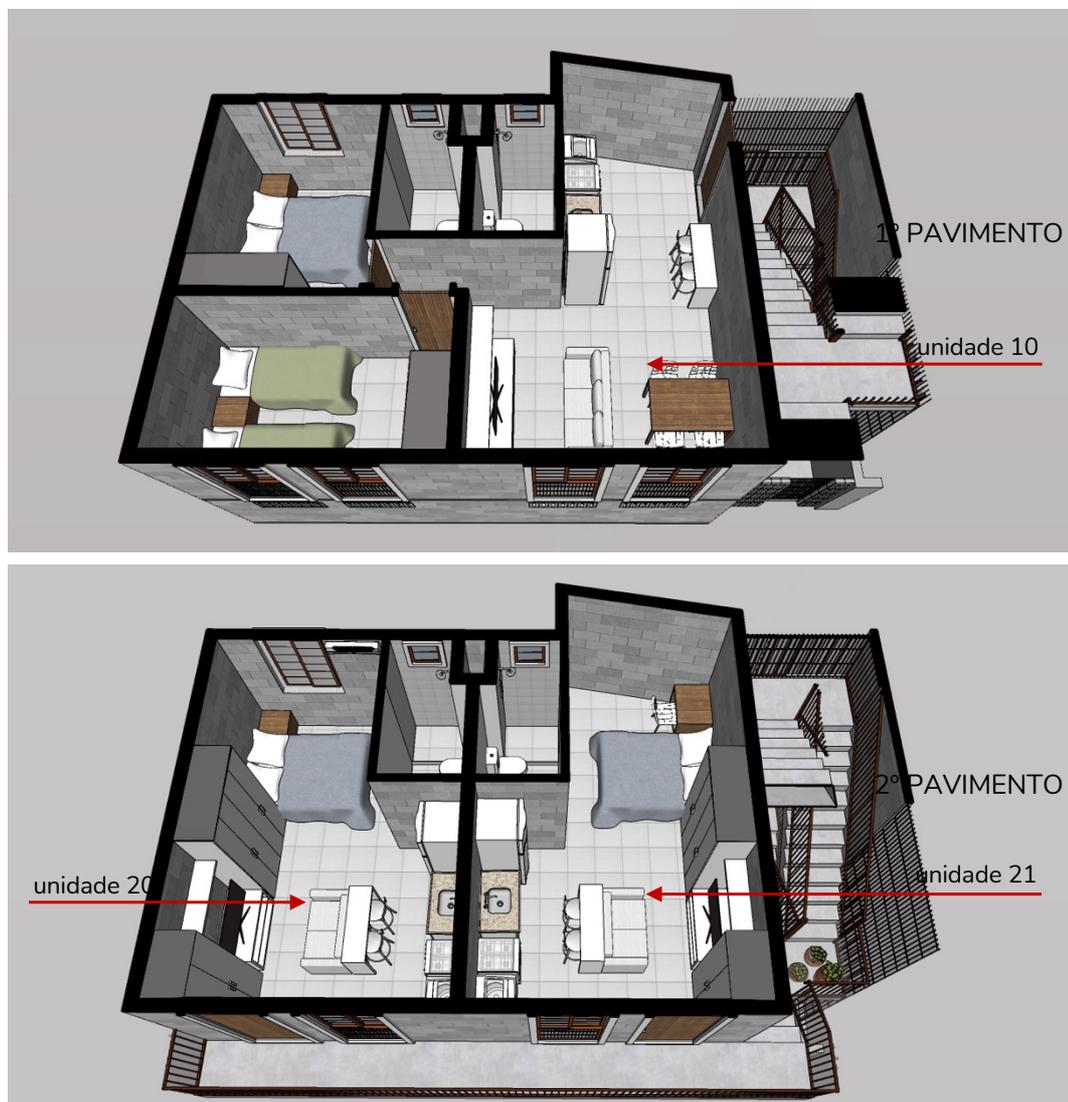


Fonte: Própria Autora, 2024

Quanto à forma da edificação, foi preciso seguir obrigatoriamente a linha da fachada definida pela quadra para atender à legislação e propor um bloco modular que permita a sua replicação em cenários futuros ao longo da Avenida, podendo ele ser geminado ou não. A configuração marcante, dadas as escadas externas e os corredores avarandados, são elementos caracterizantes dos sobrados da Vila Operária e também ditaram as circulações e acessos do novo bloco. O grande diferencial entre os projetos foi a forma como a cobertura foi trabalhada, com a criação de um terraço aberto que permite o acesso dos moradores a esse pavimento. O motivo que impulsionou essa decisão, além de ser o maior aproveitamento do espaço,

foi a vontade de criar ambientes de convivência e lazer para os moradores, algo de que tanto carecem na região e que permitem diferentes atividades como churrascos,

Figura 85: Perspectivas humanizadas das unidades do 1º e 2º pavimento



Fonte: Própria Autora, 2024

confraternizações e o plantio de hortas comunitárias. Outro diferencial é a adequação da edificação visando à sustentabilidade através da captação e reutilização de água pluvial; o uso de placas solares fotovoltaicas para geração de energia elétrica como previstos no programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”²¹ e lixeiras no térreo para coleta seletiva dos resíduos.

²¹ Segundo reportagem de Ricardo Casarin, publicada no dia 15/06/2023, com o título “Energia Solar é incluída no novo Minha Casa, Minha Vida”. Projeto de lei de conversão da Medida Provisória

Figura 86: Perspectiva humanizada da cobertura de uso comum



Fonte: Própria Autora, 2024

O respeito às relações de ritmo, simetria e proporções das edificações da quadra foi determinante no processo criativo de reinterpretação da forma e para estabelecer um diálogo que articulasse o novo com o antigo. Para isso, foi decidido trabalhar com lajes de concreto e alvenarias de blocos vazados de concreto que desempenham funções de estrutura e de fechamento e dispensam a necessidade de revestimento, oferecendo grande vantagem econômica para o empreendimento. Acompanhando essa estética moderna e industrial, outro material escolhido foi o cobogó de concreto que garante a entrada de ventilação e iluminação e foi utilizado nas áreas técnicas do térreo e da cobertura, bem como no muro da fachada principal.

As esquadrias de alumínio marrom e vidro seguiram o padrão simétrico e vertical dos antigos sobrados e apresentam divisórias horizontais e gradis reticulares que garantem a segurança das unidades. Na cobertura, foram especificadas as telhas cerâmicas como revestimento do telhado de 2 águas, conforme determina a legislação, e o piso cerâmico na cor telha foi escolhido como revestimento do piso do terraço para dar unidade ao ambiente. Por fim, o guarda-corpo metálico marrom dos corredores avarandados segue um padrão simples com hastes verticais que, junto com a malha metálica reticular da escada, dão identidade à construção. É importante

destacar que as decisões de projeto e os recursos criativos adotados no novo bloco estão subordinados ao antigo, uma vez que a VOSS é o objetivo principal que se deseja valorizar.

Figura 88: Perspectiva da quadra 07 vista pela praça Coronel Castelo Branco



Fonte: Própria Autora, 2024

Algumas árvores localizadas na frente do terreno foram omitidas para melhor visualização do projeto.

Figura 87: Perspectiva da quadra 07 vista pela praça Coronel Castelo Branco



Fonte: Própria Autora, 2024

Figura 89: Perspectiva da quadra 07 vista frontal da Av. Salvador de Sá com as fachadas principais



Fonte: Própria Autora, 2024

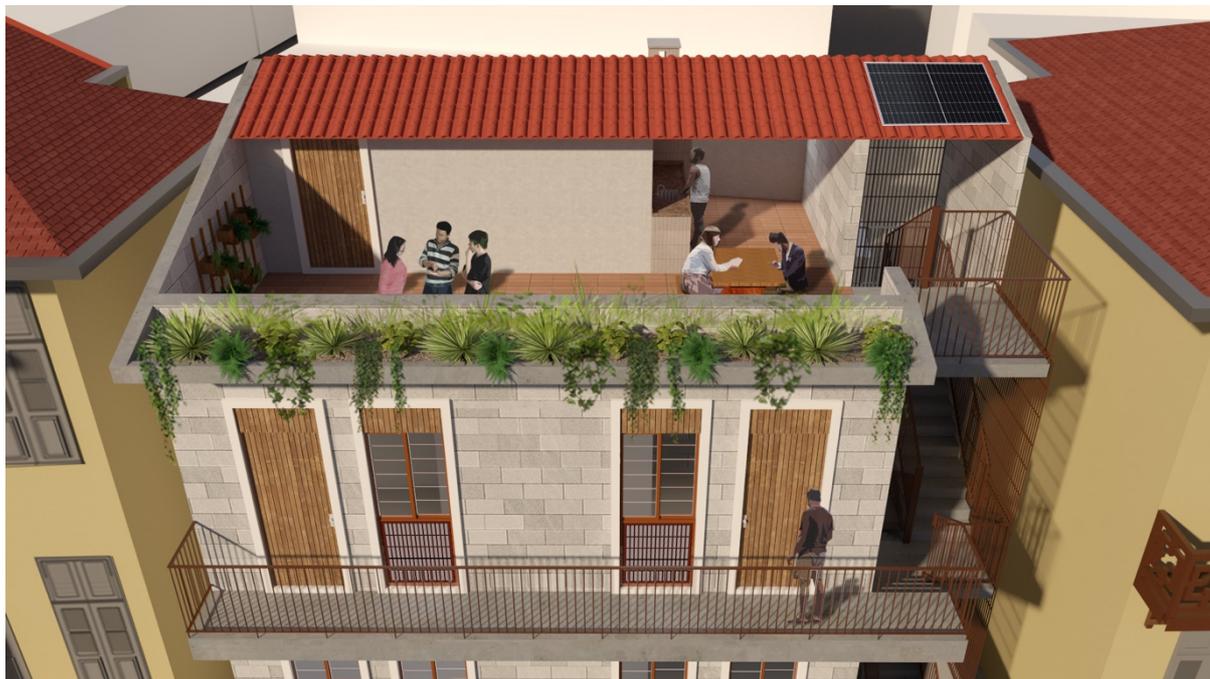
Algumas árvores localizadas na frente do terreno foram omitidas para melhor visualização do projeto.

Figura 90: Perspectiva da quadra 07 vista pela esquina da Av. Salvador de Sá com a Rua Aníbal Benévolo



Fonte: Própria Autora, 2024

Figura 92: Perspectiva da cobertura da nova arquitetura com o terraço de uso comum



Fonte: Própria Autora, 2024

Figura 91: Perspectiva da fachada dos fundos da nova arquitetura



Fonte: Própria Autora, 2024

Assim como foi proposto no projeto Novas Alternativas e na requalificação da Favela de Sanjaynagar, esse bloco habitacional criado como um projeto-modelo poderá ser replicado em outras quadras da região que tiverem condições adequadas para a sua construção e adaptado de acordo com as necessidades específicas de cada lugar. Algumas das edificações arruinadas e terrenos abandonados encontrados na etapa de investigação e estudo do entorno possuem grande potencial para receber esse projeto, como por exemplo as edificações arruinadas que ficam ao lado da quadra 13A da VOSS, já citadas no capítulo 1 (figura 13, p. 30).

Figura 93: Edificações arruinadas n. 176 e n. 178 na Avenida Salvador de Sá e mapa com a localização em relação às quadras da VOSS. (do n.178 resta apenas a fachada)

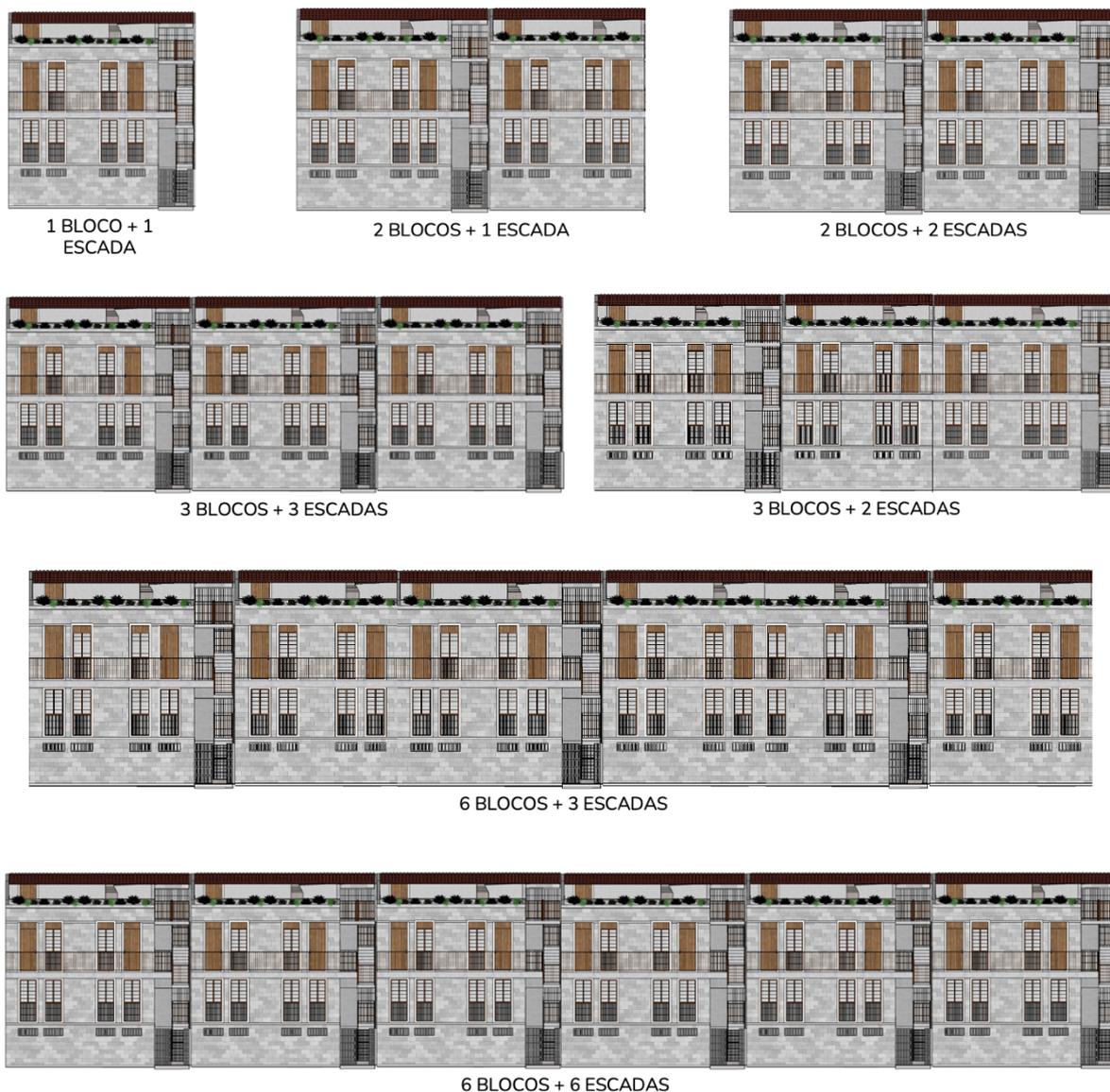


Fonte: Google Maps (imagem)/ Própria Autora, 2022 (planta)

A flexibilidade alcançada na proposta permite que o bloco modelo usado de forma individual na quadra 07 possa ser agrupado e geminado a outros blocos iguais a ele, caso o terreno para sua implantação tenha espaço suficiente para receber o conjunto. As diversas configurações desses agrupamentos podem variar de acordo com as

dimensões dos terrenos e com a possibilidade de compartilhar as escadas externas entre diferentes blocos.²²

Figura 94: Perspectiva da fachada dos fundos da nova arquitetura



Fonte: Própria Autora, 2024

²² No caso de escadas compartilhadas, deverá ser feita revisão de layout e dimensionamento das escadas para que elas possam atender a todas as unidades respeitando as normas técnicas brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de um século após a construção da VOSS, praticamente todas as suas unidades mantêm a tipologia arquitetônica e suas características originais. Porém, o estado precário e o abandono em que se encontra o conjunto colocam em risco a vida dos moradores e comprometem a salvaguarda desse patrimônio. Iniciamos esse estudo fazendo um questionamento que agora podemos resgatar para responder com maior compreensão: “Como intervir, recuperar e preservar um conjunto habitacional tombado em uso e garantir a proteção das famílias residentes de status social mais baixo que são ameaçadas de exclusão?” A verdade é que não existe uma única solução preconcebida no campo da conservação e, portanto, devemos fugir de respostas genéricas.

Após extensa pesquisa teórica aprendemos que podem existir uma variedade de soluções possíveis e adequadas para cada caso, desde que o arquiteto atue com competência e posicionamento crítico sobre aquilo que se motiva a preservar. Partindo do princípio de que a conservação não significa o congelamento e sim a constante renovação das estruturas existentes e manutenção de suas potencialidades, este trabalho assumiu que a forma de intervir na Vila Operária seria através do desenvolvimento de um projeto com foco na melhoria das condições de habitabilidade para os moradores da região, com a inserção de uma arquitetura contemporânea em conjuntos arquitetônicos preservados e reforça a defesa pelo uso habitacional do conjunto.

Para que o objetivo principal desta dissertação, o projeto de intervenção, pudesse ser alcançado, foi preciso resgatar o projeto proposto para a VOSS pelo programa Novas Alternativas, da Prefeitura do Rio, escolher uma das quadras do conjunto, a quadra 07, e propor diferentes soluções para a sua melhoria, abordando as relações antigo x novo e o valor de memória da vila. Tal exercício possibilitou que os conceitos teóricos estudados aparecessem de forma prática na representação arquitetônica que foi desenvolvida. Depois de analisado e compreendido o caráter dos sobrados preexistentes e seus aspectos definidores como sua morfologia, materiais, técnicas construtivas e valores, conseguimos elaborar uma linguagem própria para fazer a

reinterpretação do edifício através de uma proposta atual, coerente e respeitosa. Outro importante avanço foi a possibilidade de ampliar o alcance desse projeto através da replicação dos módulos habitacionais em diferentes áreas da região.

Quanto aos outros resultados obtidos neste trabalho, podemos dizer que, sobretudo a pesquisa histórica detalhada e as cartas antigas de funcionários públicos que solicitavam moradia na VOSS e/ou no Beco do Rio, ajudaram a fortalecer o reconhecimento das vilas operárias como patrimônio cultural da cidade, resgatando a importância desse tipo de ocupação urbana que estimula a criação de laços da comunidade com o patrimônio construído. É urgente a necessidade de intervenção para a restauração nos sobrados da VOSS para que o conjunto não seja demolido, como no caso da Vila Operária do Beco do Rio, e seja garantida a preservação de todos os componentes que caracterizam o espírito do lugar.

Já vimos anteriormente que as intervenções em bens culturais devem seguir preceitos teórico-metodológicos de restauração baseados num juízo de valor como condicionantes e articulá-los a conhecimentos multidisciplinares fundamentados em vários campos do saber. Partindo do respeito pela Vila Operária como monumento em sua integridade e autenticidade, entendemos que nós, arquitetos restauradores, devemos agir de forma criativa, porém com controle e humildade diante das demandas atuais para dar continuidade à vida do conjunto. Convencidos da elevada complexidade do tema e entendendo que um dos objetivos específicos se limitava apenas ao estabelecimento de diretrizes para restauração da VOSS, sugerimos a continuidade desta pesquisa para a elaboração do Plano de Conservação Integrado. Tal plano deverá buscar maior aprofundamento e complementação das soluções; a apreciação de novas referências projetuais em casos de restauração; o aprimoramento da representação gráfica das propostas para os sobrados protegidos e a capacitação da comunidade local com informações e ferramentas necessárias para torná-los agentes dessa transformação.

Vimos também que o processo de industrialização no Rio de Janeiro resultou em uma nova conformação e ordenamento espacial da cidade, o que acelerou o ritmo de ocupação e gerou mudanças no uso do solo. A esse processo podemos atrelar o

surgimento das primeiras vilas operárias urbanas, sendo a VOSS referenciada como exemplar pioneiro criado pela iniciativa pública. Toda a sua relevância histórica e cultural foi reconhecida e justificada pelos órgãos competentes, ao mesmo tempo em que se constata a fragilidade das políticas públicas de preservação e proteção do patrimônio cultural carioca. Mesmo com o tombamento e a criação da APAC, a VOSS e o seu entorno continuaram passando pelo processo de marginalização social, degradação e descaracterização deixando reflexos negativos que extrapolam os territórios físicos e contribuem para o empobrecimento nocivo do patrimônio da cidade.

Cabe aqui fazer uma sugestão para que haja uma revisão da poligonal de proteção da APAC, para inclusão de toda a quadra do trecho sul até o limite da rua Frei Caneca que, como visto no primeiro capítulo, foi excluída do território de proteção para a construção do metrô que nem sequer foi realizada. A Vila Operária e os antigos sobrados da Cidade Nova são exemplares urbanos da arquitetura vernacular brasileira que, através da expressão plástica e da organização espacial, funcionam como documentos materiais da história da cidade e do seu cotidiano.

Após a intervenção e restauração dos sobrados que permanecerão com o uso habitacional, a autora identifica a possibilidade de destinar apenas o sobrado de esquina da quadra 07A como um espaço de memória, aberto à visita do público. O objetivo desta ação seria divulgar, ensinar e promover a importância da VOSS para o bairro e a cidade, tornando seu acervo museológico disponível para a sociedade, que, por sua vez, poderá interagir diretamente com o bem. Isso pode ser feito através da inclusão desse patrimônio em passeios culturais de História e Arquitetura guiados, com arrecadação de subsídios que auxiliem a manutenção do conjunto. Através de parcerias entre a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Turismo (Setur Rio), Secretaria Municipal de Habitação, Instituições de Ensino e iniciativas privadas é possível estabelecer dinâmicas de reconhecimento patrimonial voltadas a diferentes públicos (Peccini, Nóbrega, 2023). Em especial, deve ser privilegiada a perspectiva do usuário local para que essas práticas possam fomentar o desenvolvimento social, a cidadania e a inclusão dos atuais moradores e evitar o processo de gentrificação.

A aparência e o impacto positivo do espaço público são fatores essenciais no processo de renovação das cidades por motivarem e ajudarem a população a construir um senso de pertencimento pelo seu território. Sendo assim, a conservação da VOSS e seu entorno depende de um processo dinâmico que deve atuar em diferentes níveis e depende da participação de diferentes setores impulsionados pela preocupação em deixar como herança esse patrimônio para as gerações futuras. Por fim, esta dissertação contribui para o debate sobre a preservação do ambiente cultural e a interrupção do processo de obsolescência na APAC da Cidade Nova.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A vila operária e a estrada de ferro: no entre-lugar das territorialidades da Cidade Rio (1889-1917). **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias.**

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO LIMINAR. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CGC nº 28.305.936.001-40). SATURNINO, Carlos Frederico. Ref.: Inquérito Civil no MA 7991. Rio de Janeiro, 2018.

Atualizese, Podcast. **Episódio #22 – Luiz Antonio Simas: O Rio de outros Carnavais.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vlgvJMWzzEE>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BAIMA, Claudia. **Memória viva de um bairro que resiste:** Reflexos de obsolescência na APAC da Cidade Nova e adjacências. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

BASTOS, Pedro Paulo. **Vila Proletária Marechal Hermes:** um breve e interessante histórico do bairro. Disponível em: <https://asruasdorior.blogspot.com/2011/03/vila-proletaria-marechal-hermes-um.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BOJANOSKI, Silvana; MICHELON, Francisca; BEVILACQUA, Cleci. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. **Calidoscópio**, vol. 15, n. 3. 2017.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil:** Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. 7ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração.** Trad.: Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CASA DA TIA CIATA. Biografia. Disponível em: < <https://www.tiaciata.org.br/tiaciata/biografia> >. Acesso em: 20 jan. 2023.

CASTRIOTA, Leonardo. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio:** ambiente Construído e patrimônio sustentável, v.1, n.1. Belo Horizonte, 2007.

CZAJKOWSKI, Jorge; CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO. **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Casa da Palavra, 2001.

DA EUROPA, Conselho; DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO. **Declaração de Amsterdã**. Holanda, 1975.

GRACIA, Francisco de. **Construir en lo construido**: la arquitectura como modificación. 1992.

DE VENEZA, Carta. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. In: **II Congresso Internacional de arquitectos e técnicos dos monumentos históricos**. ICOMOS. Veneza, 1964.

DUARTE, Gabriel. **Habitação social: origens, conceitos e Instrumentos**. Visita guiada 01, Centro do Rio. Conjunto da Avenida Salvador de Sá. Projetos do programa Novas Alternativas. PUC-Rio, ARQ1339, Tópicos Especiais em Arquitetura XXIV. 14 Slides, Rio de Janeiro, s.d.

Edifício Héroes 227. ArchDaily Brasil, 18 Nov 2021. Disponível em: [<https://www.archdaily.com.br/br/972054/edificio-heroes-227-arqmov-workshop>] ISSN 0719-8906]. Acesso em: 6 dez. 2023.

ICOMOS. **Declaração de Foz do Iguaçu**, 2008.

ICOMOS, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Declaração do México. IPHAN. In: **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**. -. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFoodanexo.do>. 1985.a

KUHL, Beatriz. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. São Paulo, 2006, p. 16-40.

KÜHL, Beatriz. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**. Ateliê Editorial, 2009.

KUHL, Beatriz. **Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural**: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência. Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, 2012.

LUZ, Alfredo. **Vilas cariocas**: estudos de casos. 1 edição. Rio de Janeiro, RJ. Luz Arquitetura, 2014.

LYRA, Cyro Corrêa. A importância do uso na preservação da obra de arquitetura. **Arte & Ensaios**, v. 13, n. 13, p. 52-57, 2006.

MENESES, Ulpiano. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. I vol. **IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto, MG, 2009.

MENEZES, Marat. **Utopias e Realidades em Projeto Urbano: O bairro da Cidade Nova no Rio de Janeiro**. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, PROURB UFRJ, 2011.

NAHAS, Patrícia; SILVA, Fernanda. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. 2015.

PECCINI, Lara; NOBREGA, Claudia. **Vila Operária Salvador de Sá: O reconhecimento da vila operária da Cidade Nova como patrimônio cultural carioca**. 8 Seminário Internacional, Museografia e Arquitetura de Museus, Acervos e Inclusão Social. Rio de Janeiro, 2023.

PINHEIRO, Eloísa. **Modernidade e moradia**. Habitação coletiva no Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. R. B. Estudos Urbanos e Regionais nº5. Rio de Janeiro, 2002.

PIRES, Isabelle. **Lugares de Memória dos Trabalhadores #03: Fábrica de Tecidos Aliança, Rio de Janeiro**. Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho. Disponível em: <<https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-fabrica-de-tecidos-alianca-rio-de-janeiro-rj-isabelle-pires/>>. Acesso em: 12 ag. 2022.

PRAÇA ONZE. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Pra%C3%A7a_Onze&oldid=68161084>. Acesso em: 21 jun. 2023.

Praça Onze: o lugar do povo e do samba. **Jornal Extra**, Rio de Janeiro, 07/09/14. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/praca-onze-lugar-do-povo-do-samba-13858111.html?service=print>>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Guia das APACs**. n.04. Vila Operária da Cidade Nova / Catumbi, entorno da Igreja do Divino Espírito Santo. Rio de Janeiro. IRPH, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Guia das APACs**. n.09. Laranjeiras e Cosme Velho. Rio de Janeiro. IRPH, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Guia das APACs**. n.14. Hipódromo da Gávea, Jardim Botânico e Chácara do Algodão. Rio de Janeiro. IRPH, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Novas Alternativas:** Projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro. SMH, 2000.

Projeto de Requalificação da Favela de Sanjaynagar. ArchDaily Brasil, 02 Jun 2022. Disponível em: [<https://www.archdaily.com.br/br/982921/projeto-de-requalificacao-da-favela-de-sanjaynagar-community-design-agency>] ISSN 0719-8906]. Acesso em: 6 dez. 2023.

PORTAS, Nuno. **Os tempos das formas**, vol. II: A cidade imperfeita e a fazer. "Velhos centros, vida nova", 1981, p. 155-170. "Notas sobre a intervenção na cidade existente", 1982, p. 171-183. Portugal: Universidade do Minho, 2014.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias; MURICY, Cláudia. **Planos urbanos:** Rio de Janeiro, o século XIX. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2008.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos.** Leya, 2019.

RJ: vila tombada pela prefeitura está abandonada. **Jornal Estadão**, Rio de Janeiro, 08 de abril de 2001.

SANTOS, Carlos; VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. S. **Quando a rua vira casa:** A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3.ed., São Paulo, SP. IBAM/FINEP, 1985.

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Mestres estrangeiros; operariado nacional:** resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890 - 1920). 2015. 259 f., il. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Regina. **Caracterização de vila inserida no contexto urbano.** Dissertação Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana. Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SOUZA, Karina. **A dinâmica dos espaços residuais na cidade contemporânea:** o caso da Cidade Nova e arredores. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial.** 2003.

TREVISAN, Rosina. **Patologia e restauro em alvenarias e argamassas.** Material didático (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, 2021.

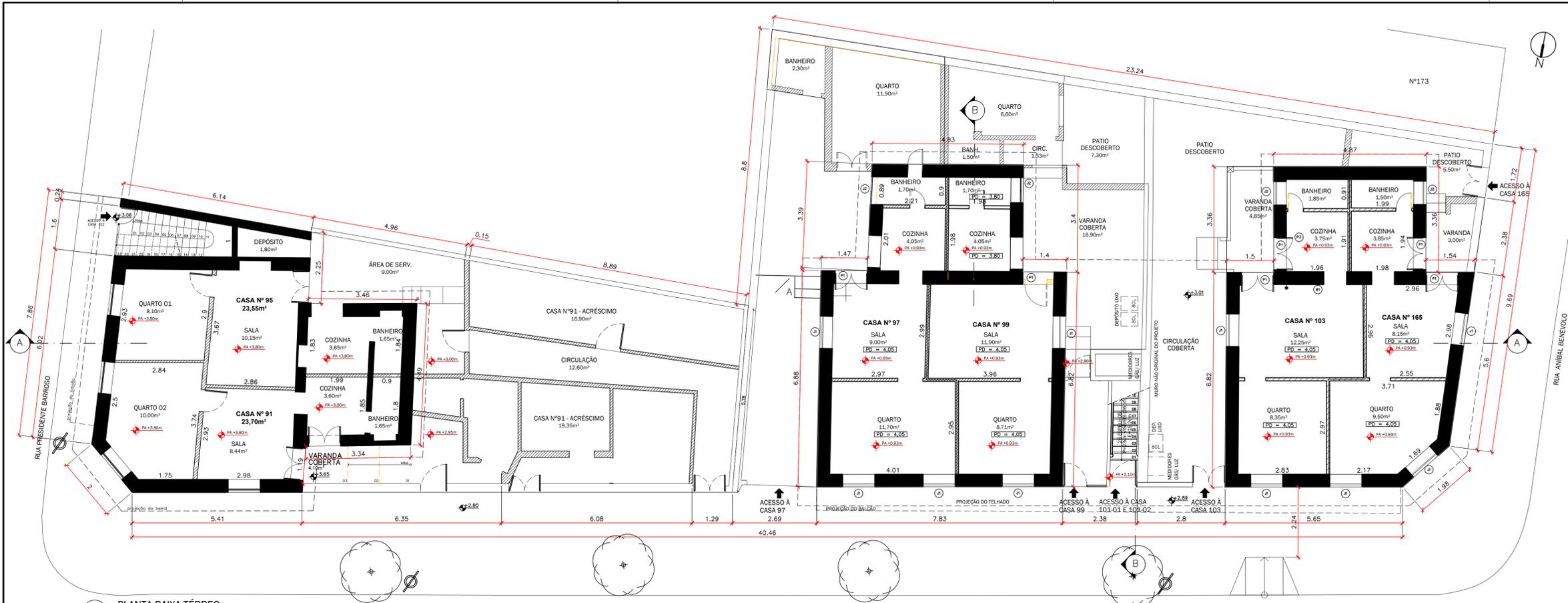
TREVISAN, Rosina. **Patologia dos bens patrimoniais edificados**. Material didático (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, 2021.

TREVISAN, Rosina. **Madeira**. Material didático (Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ, 2021.

YVES, Jean. Villa Aymoré: um recorte na história do Rio de Janeiro. **Blog Geneanet**, 5 abr. 2018. Disponível em: <<https://pt.geneanet.org/atualidade/post/2018/04/villa-aymore-um-recorte-da-historia-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 25 set. 2022.

APÊNDICES

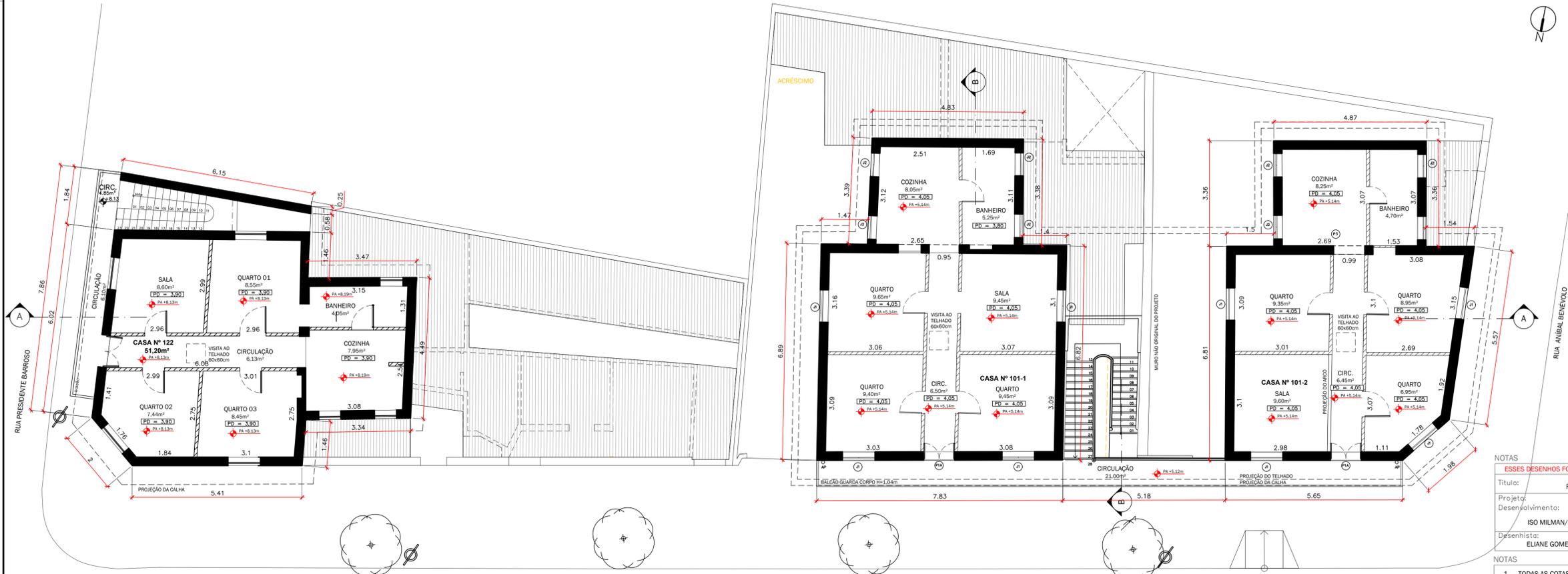
APÊNDICE A - Levantamento plantas térreo e 1º pavimento



01 PLANTA BAIXA TÉRREO
ESC.: 1/75

AV. SALVADOR DE SÁ

AV. SALVADOR DE SÁ



02 PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO
ESC.: 1/75

AV. SALVADOR DE SÁ

AV. SALVADOR DE SÁ



03 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC.: 1/5000

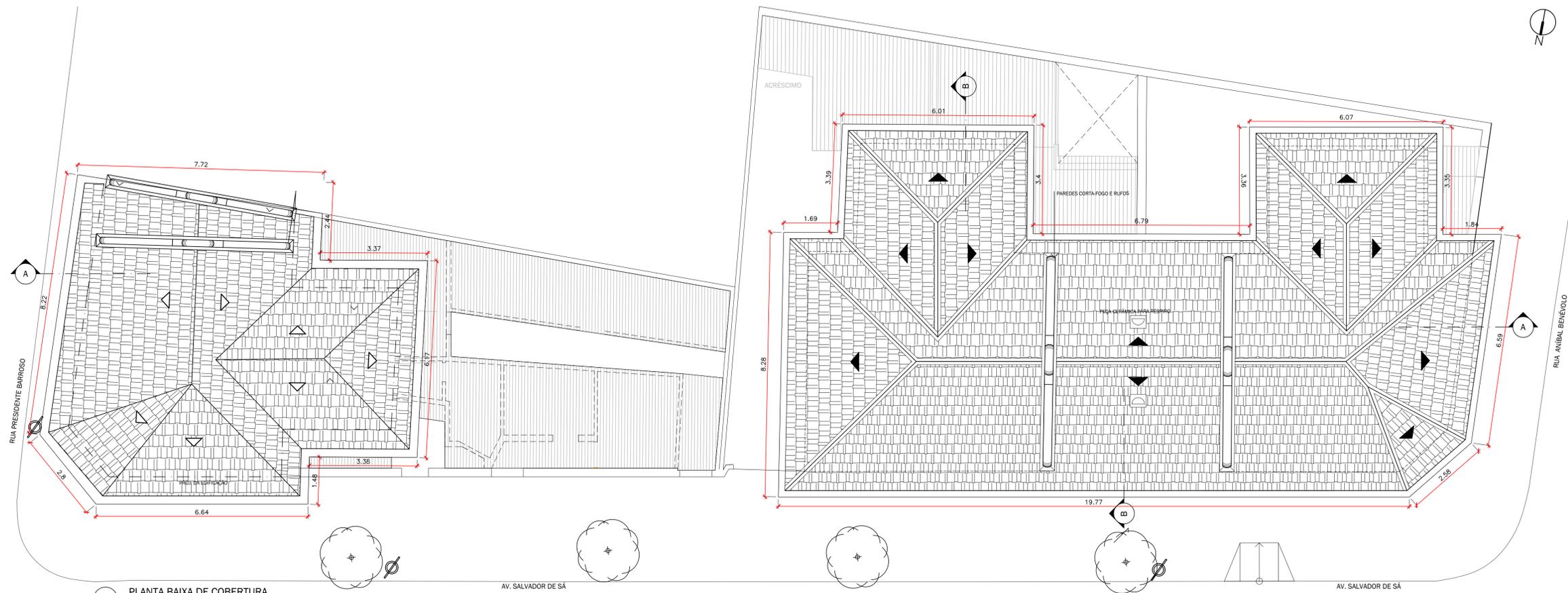
NOTAS
ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

Título:	PROJETO BÁSICO	LEVANTAMENTO	Data:	OUT/2011
Projeto:	ISOMILMAN/CREA 36240D	Supervisão SMH:	RENATO FICARA	
Desenvolvimento:		Supervisão SUBPC:	LAURA DI BLASI	
Desenhista:	ELIANE GOMES DE MORAES	Gerência SMH:	NAZIH HELOUI	

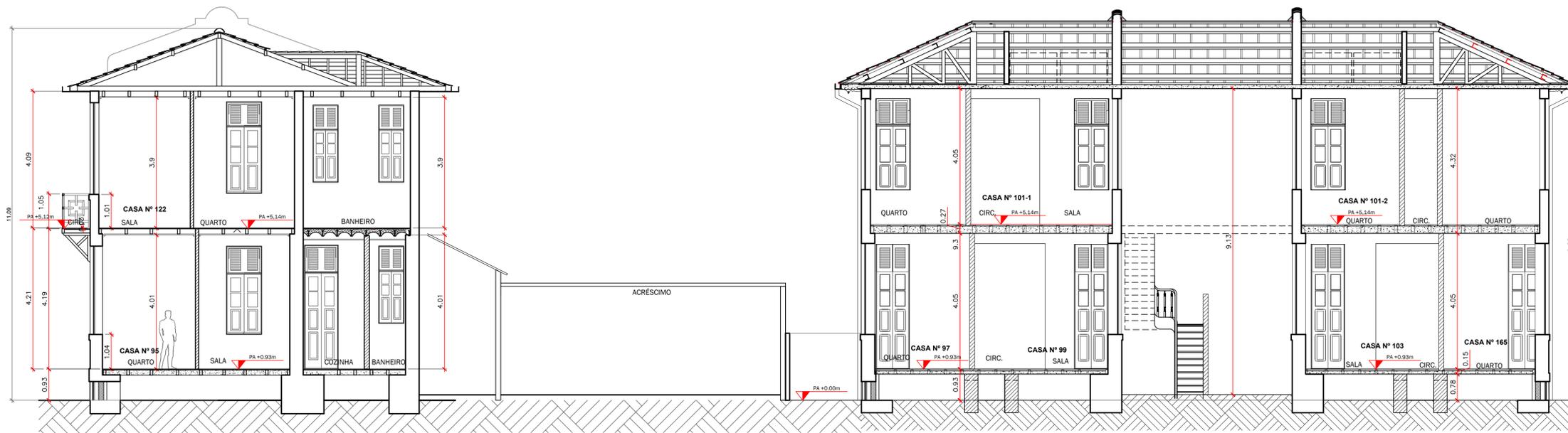
NOTAS
1. TODAS AS COTAS ESTÃO EM CENTÍMETROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO

REVISÃO	00	10/08/2022	EMISSIONAL	LARA PECCINI
			MODIFICAÇÕES	DESENHO
LOCAL:	VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ			ESCALA:
TÍTULO DESENHO:	LEVANTAMENTO QUADRA 07 - PLANTA BAIXA TÉRREO E 1º PAV.			1:75
				DATA:
				MAR - 22
				MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

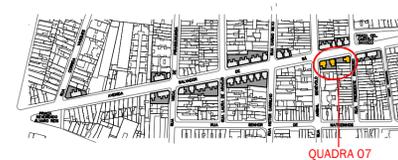
APÊNDICE B – Levantamento cobertura e corte



01 PLANTA BAIXA DE COBERTURA
ESC.: 1/75



02 CORTE A
ESC.: 1/75



03 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC.: 1/5000

NOTAS

ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

Título:	PROJETO BÁSICO	LEVANTAMENTO	Data:	OUT/2011
Projeto:	ISO MILMAN/ CREA 36240D	Supervisão SMH:	RENATO FICARA	
Desenvolvimento:		Supervisão SUBPC:	LAURA DI BLASI	
Desenhista:	ELIANE GOMES DE MORAES	Gerência SMH:	NAZH HELOUI	

NOTAS

1. TODAS AS COTAS ESTÃO EM CENTÍMETROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO

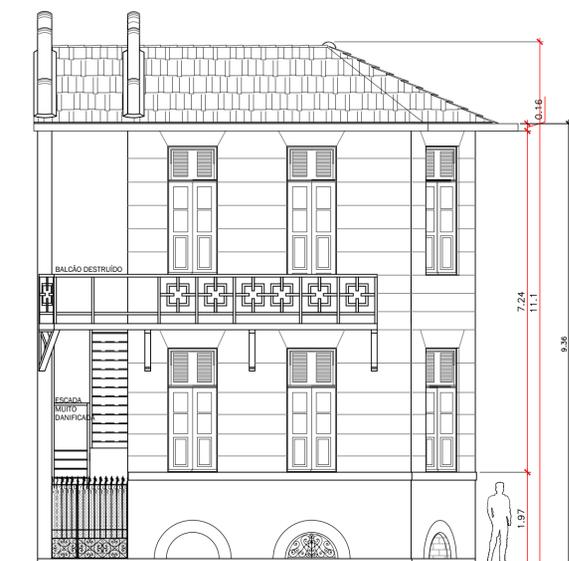
00	10/08/2022	EMISSÃO INICIAL	LARA PECCINI
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	DESENHO

LOCAL:	VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ	ESCALA:	1:75	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
TÍTULO DESENHO:	LEVANTAMENTO QUADRA 07 - PLANTA BAIXA TELHADO E CORTE	DATA:	MAR - 22	MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

APÊNDICE C – Levantamento fachadas



01 FACHADAS AV. SALVADOR DE SÁ
ESC.: 1/75



02 FACHADA RUA PRESIDENTE BARROSO
ESC.: 1/75



03 FACHADA RUA ANÍBAL BENÉVOLO
ESC.: 1/75



03 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC.: 1/5000

NOTAS

ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

Título:	PROJETO BÁSICO	LEVANTAMENTO	Data:	OUT/2011
Projeto:	Desenvolvimento:	Supervisão SMH:	RENATO FICARA	
	ISO MILMAN/ CREA 36240D	Supervisão SUBPC:	LAURA DI BLASI	
Desenhista:	ELIANE GOMES DE MORAES	Gerência SMH:	NAZH HELOUI	

NOTAS

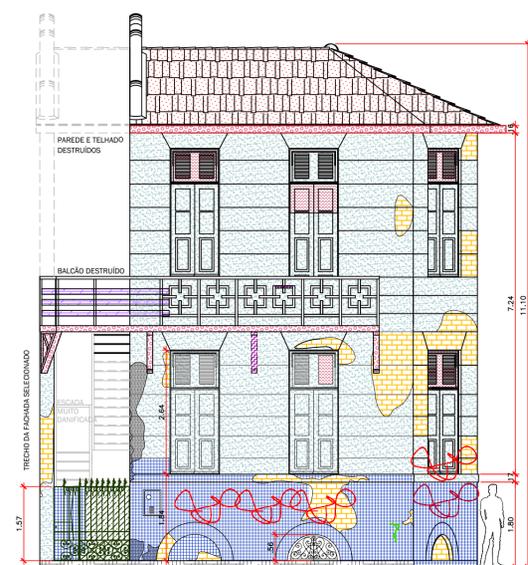
1. TODAS AS COTAS ESTÃO EM CENTÍMETROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO

00	10/08/2022	EMIÇÃO INICIAL	LARA PECCINI
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	DESENHO
LOCAL:	ESCALA:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ	1:75	MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO	
TÍTULO DESENHO:	DATA:		
LEVANTAMENTO QUADRA 07 - FACHADAS	MAR - 22		

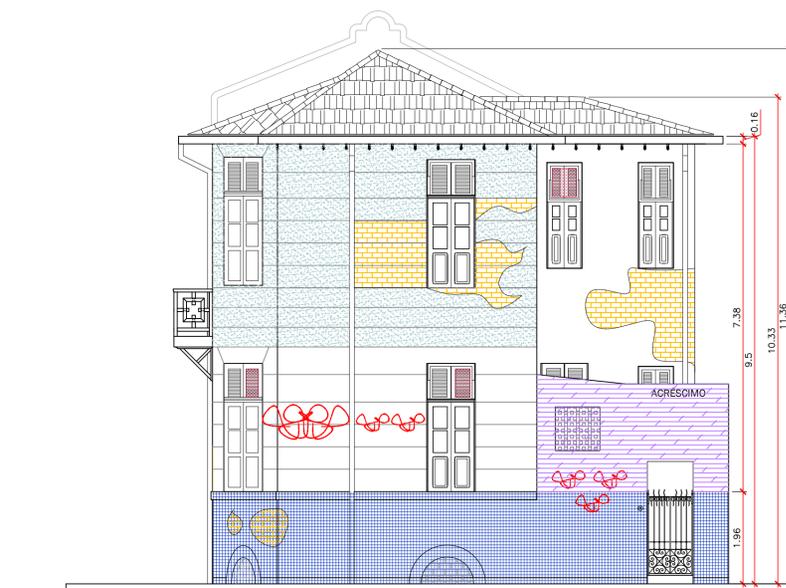
APÊNDICE D – Mapa de danos



01 FACHADA AV. SALVADOR DE SÁ
ESC.: 1/75

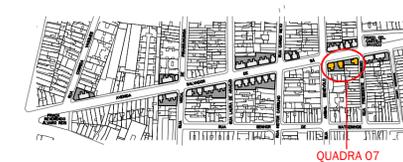


01 FACHADA RUA PRESIDENTE BARROSO
ESC.: 1/75



03 FACHADA RUA ANÍBAL BENÉVOLO
ESC.: 1/75

LEGENDA DE PATOLOGIAS	
	TRINÇAS E FISSURAS
	DESPRENDIMENTO DO REVESTIMENTO
	REVESTIMENTO DEGRADADO, ESFOLIAÇÃO, EFLORESCÊNCIA
	PINTURA DEGRADADA
	PINTURA DIFERENCIADA
	GRAFITISMO
	ESQUADRIA DANIFICADA
	OXIDAÇÃO, CORROSÃO E FERRUGEM
	ELEMENTO DETERIORADO PELA UMIDADE
	SUJIDADE
	ACRÉSCIMO OU INSTALAÇÕES INADEQUADAS
	ARGAMASSA OU PREENCHIMENTO INADEQUADO
	ELEMENTO FALTANTE
	TELHADO DANIFICADO E COM TELHAS FALTANTES



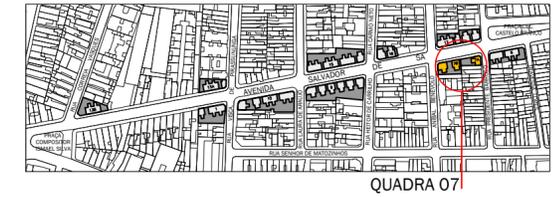
03 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC.: 1/5000

NOTAS
1. TODAS AS COTAS ESTÃO EM CENTÍMETROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO

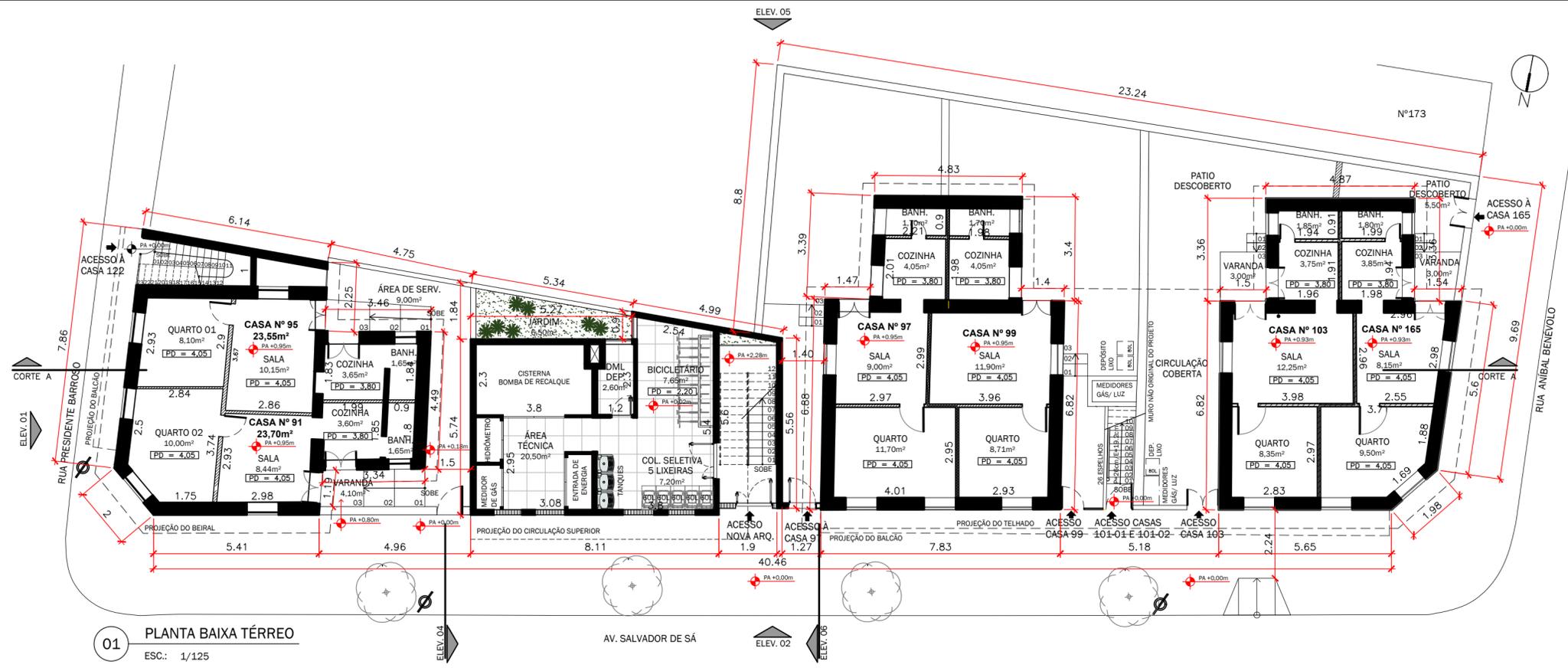
00 10/08/2022 EMISSÃO INICIAL LARA PECCINI
REVISÃO DATA MODIFICAÇÕES DESENHO

LOCAL: ESCALA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ 1:75 MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO
TÍTULO DESENHO: DATA: MAR - 22
MAPA DE DANOS QUADRA 07 - FACHADAS

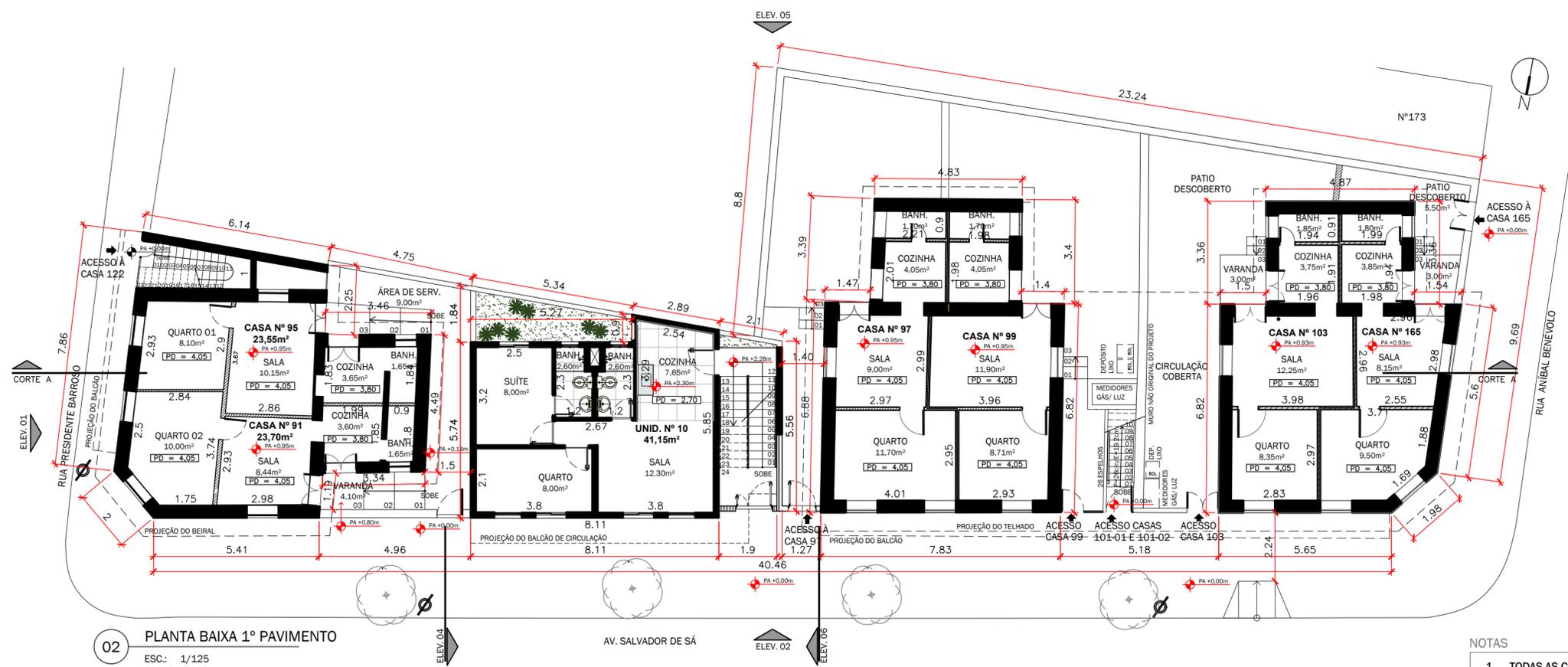
APÊNDICE E – Projeto plantas Térreo e 1º pavimento



03 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC.: 1/5000



01 PLANTA BAIXA TÉRREO
ESC.: 1/125



02 PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO
ESC.: 1/125

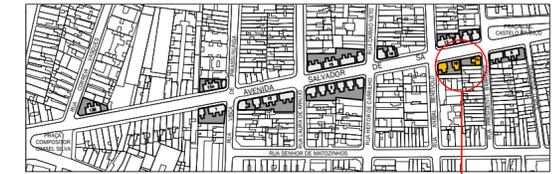
TÉRREO	
cisterna	8,55 m2
DML/depósito	2,60 m2
bicicletário	10,45 m2
lixeiras	7,20 m2
área técnica	11,40 m2

1 PAVIMENTO	
unidade 10	41,15 m2
cozinha	7,65 m2
sala	12,30 m2
quarto	8,00 m2
suíte	8,00 m2
banheiro 01	2,60 m2
banheiro 02	2,60 m2

NOTAS
1. TODAS AS COTAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO
2. ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

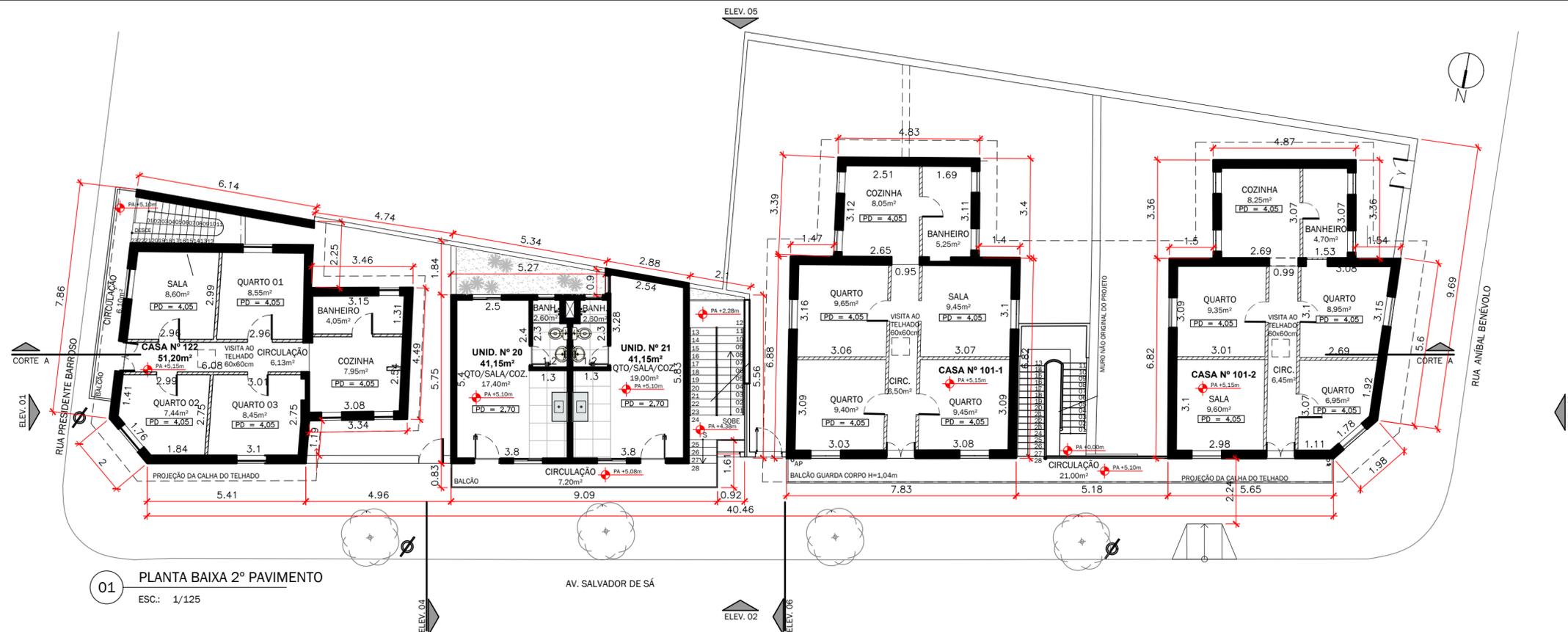
OO	ABRIL/2024	EMISSION INICIAL	LARA PECCINI
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	DESENHO
LOCAL:	VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ		ESCALA:
TÍTULO DESENHO:	LEVANTAMENTO QUADRA 07 - PLANTA BAIXA TÉRREO E 1º PAV.		1:125
			UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
			MESTRADO PROFISSIONAL EM PROJETO E PATRIMÔNIO

APÊNDICE F – Projeto plantas 2º pavimento, Cobertura e Telhado

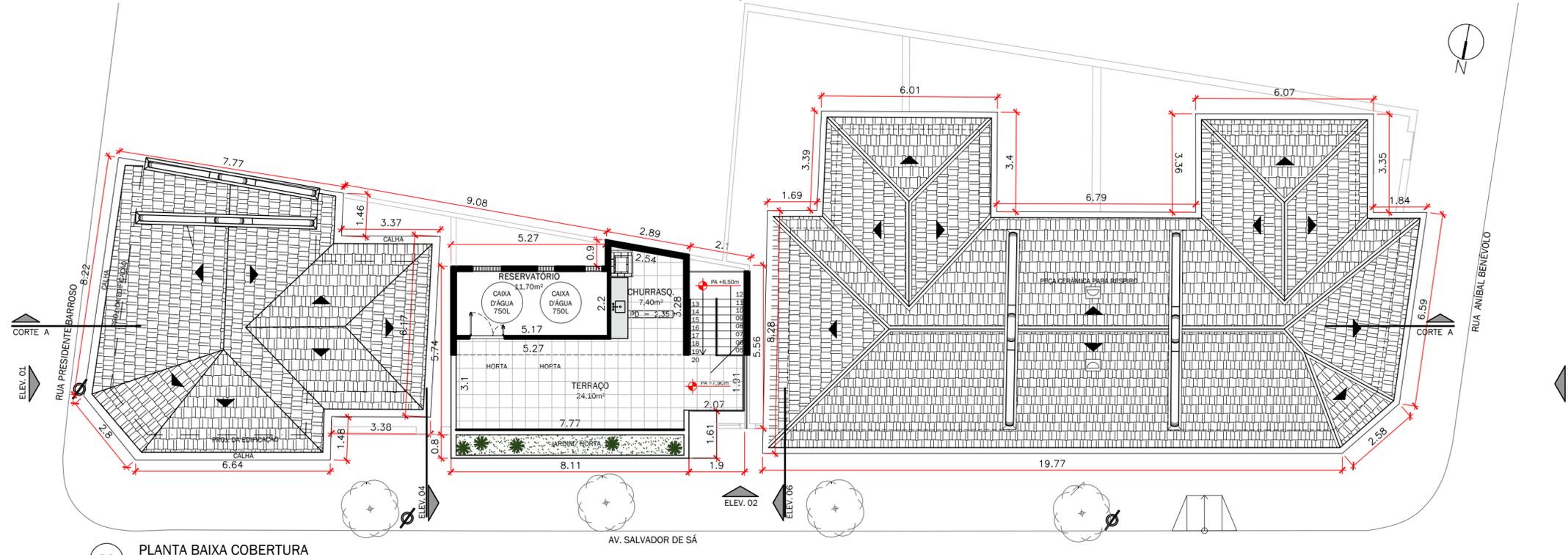


QUADRA 07

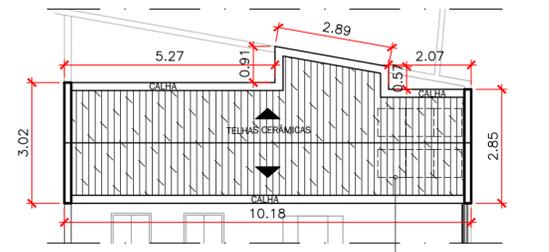
04 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
ESC.: 1/5000



01 PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO
ESC.: 1/125



02 PLANTA BAIXA COBERTURA
ESC.: 1/125



02 PLANTA BAIXA TELHADO
ESC.: 1/125

2 PAVIMENTO		
unidade 20	20,15	m2
cozinha	3,90	m2
sala	7,50	m2
quarto	7,65	m2
banheiro 01	2,60	m2

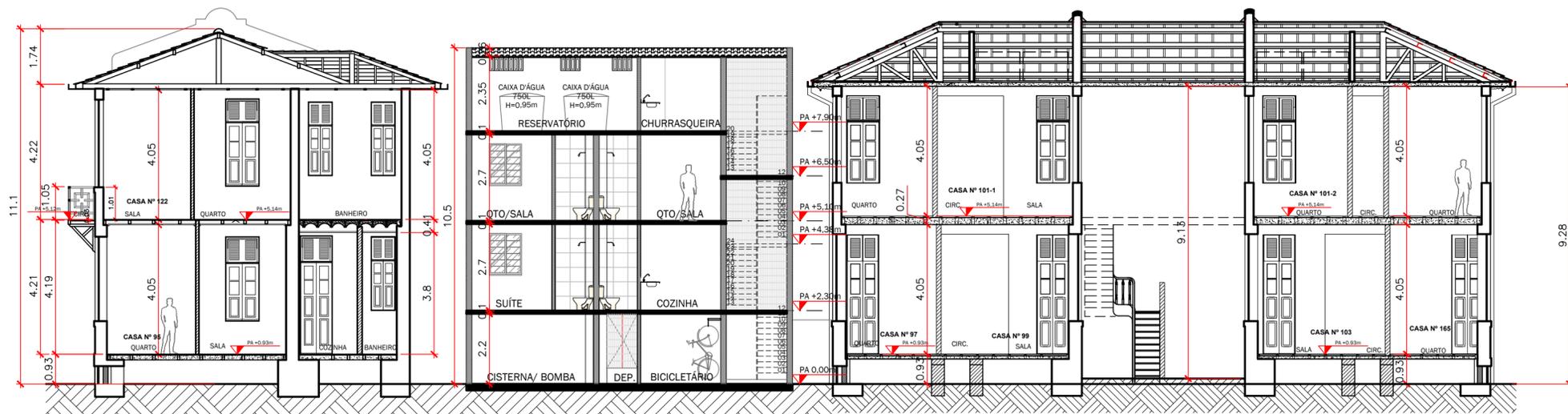
unidade 21		
cozinha	3,90	m2
sala	7,50	m2
quarto	6,00	m2
banheiro 01	2,60	m2

COBERTURA		
churrasqueira	7,40	m2
caixa d'água	11,70	m2
terraço	24,10	m2

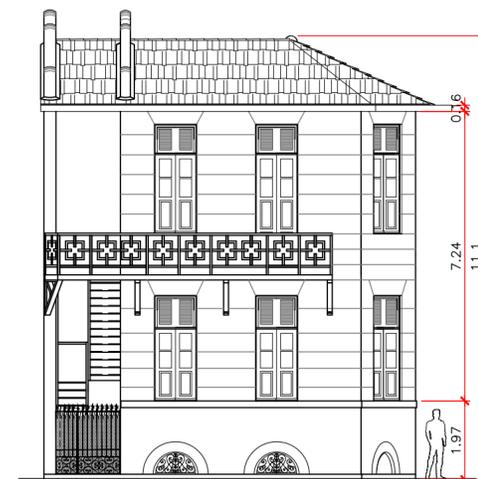
- NOTAS
- TODAS AS COTAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO
 - ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

00	ABRIL/2024	EMIÇÃO INICIAL	LARA PECCINI
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	DESENHO
LOCAL: VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ		ESCALA: 1:125	
TÍTULO DESENHO: QUADRA 07 - PLANTA BAIXA 2º PAV., COBERTURA E TELHADO		DATA: MAR - 24	

APÊNDICE G – Projeto Cortes e Elevações



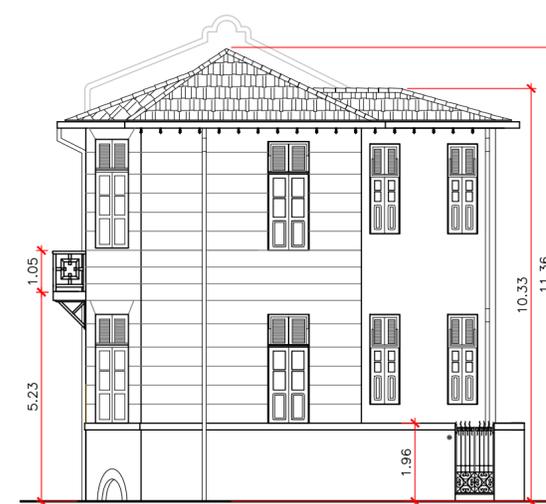
01 CORTE A
ESC.: 1/125



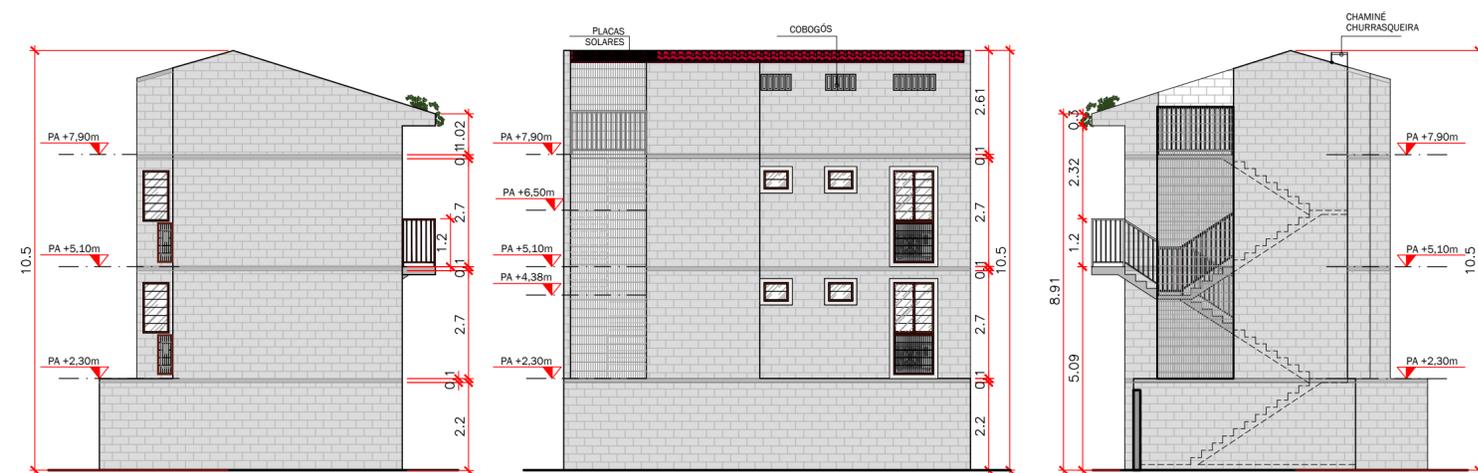
02 ELEV. 01 - RUA PRESIDENTE BARROSO
ESC.: 1/125



03 ELEV. 02 - AV. SALVADOR DE SÁ
ESC.: 1/125



04 ELEV. 03 - RUA ANÍBAL BENÉVOLO
ESC.: 1/125



05 ELEV. 04 - LATERAL BLOCO NOVO
ESC.: 1/125

06 ELEV. 05 - FUNDO BLOCO NOVO
ESC.: 1/125

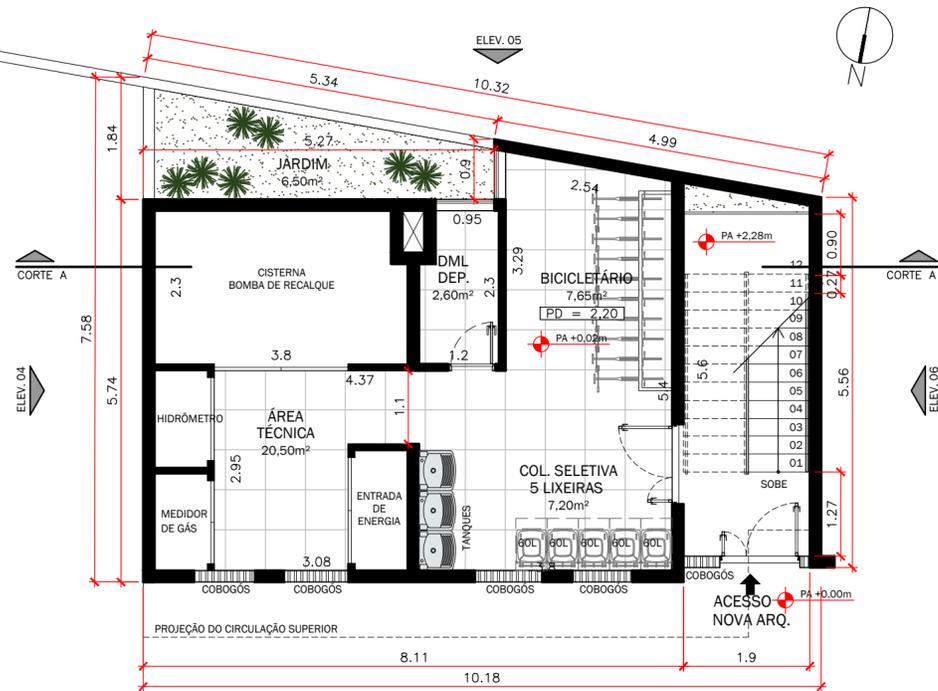
07 ELEV. 06 - LATERAL BLOCO NOVO
ESC.: 1/125

NOTAS

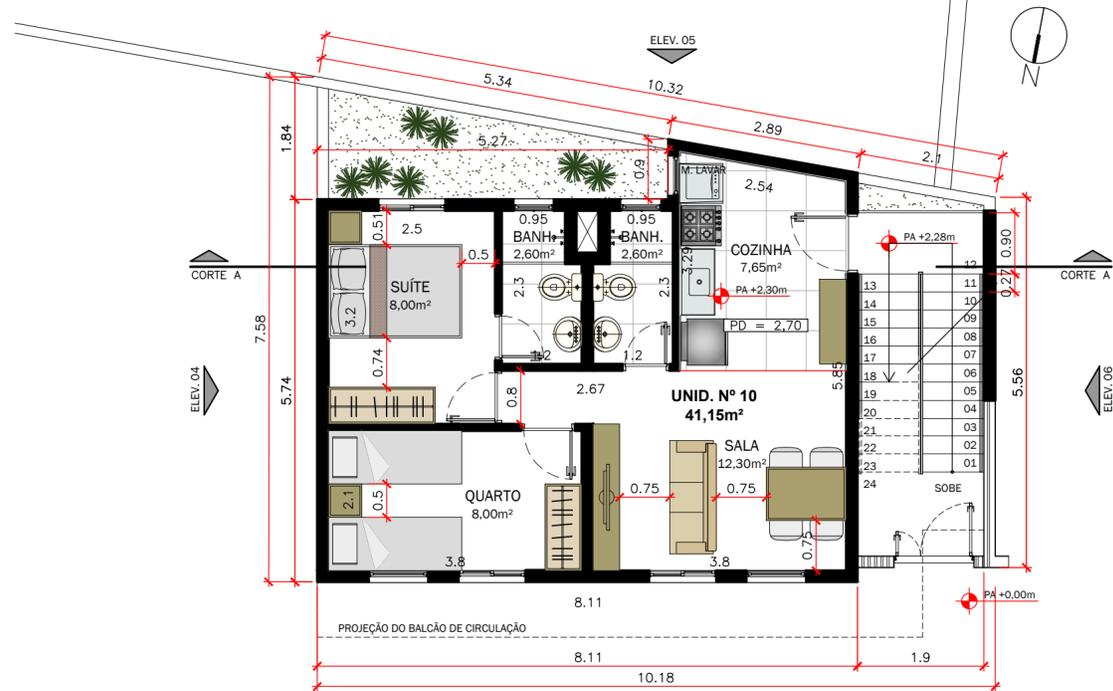
1. TODAS AS COTAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO
2. ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

00	ABRIL/2024	EMIÇÃO INICIAL	LARA PECCINI
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	DESENHO
LOCAL: VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ		ESCALA: 1:125	
TÍTULO DESENHO: QUADRA 07 - CORTES E ELEVAÇÕES		DATA: MAR - 24	

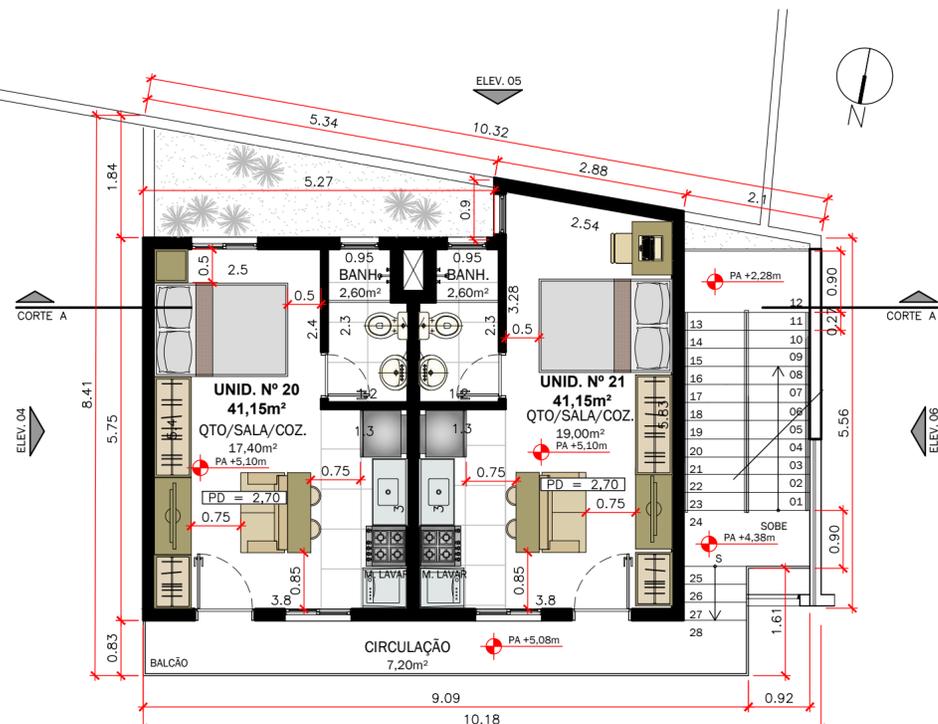
APÊNDICE H – Projeto plantas humanizadas



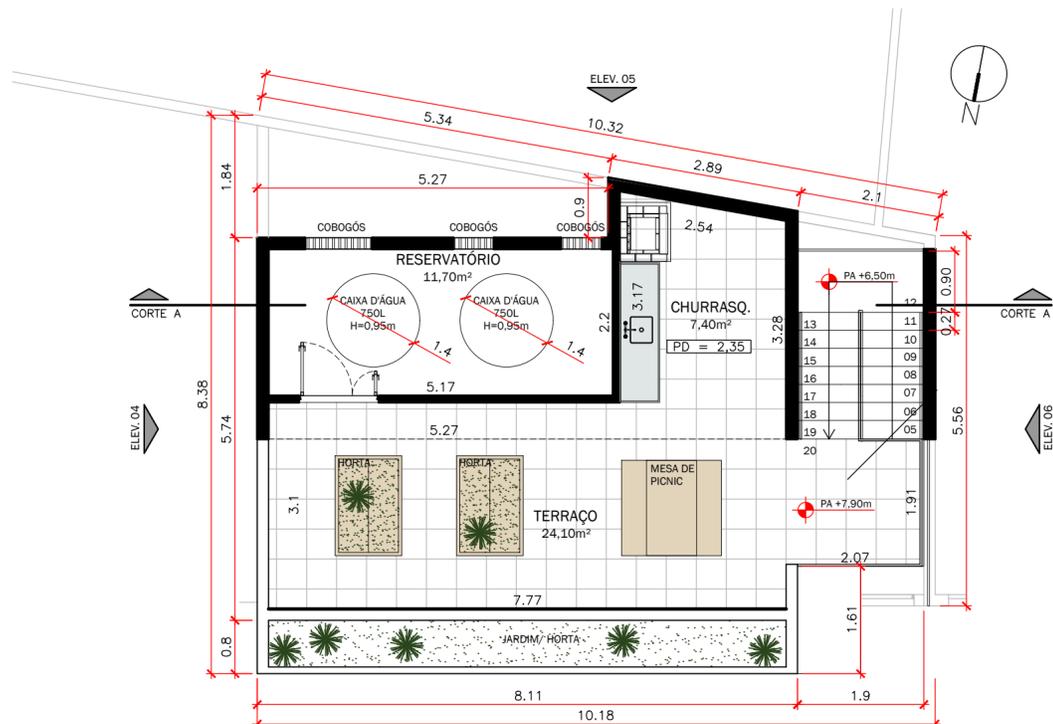
01 PLANTA BAIXA TÉRREO
ESC.: 1/75



02 PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO
ESC.: 1/75



03 PLANTA BAIXA 2º PAVIMENTO
ESC.: 1/75



04 PLANTA BAIXA COBERTURA
ESC.: 1/75

TÉRREO	
cisterna	8,55 m ²
DML/depósito	2,60 m ²
bicicletário	10,45 m ²
lixeiras	7,20 m ²
área técnica	11,40 m ²

1 PAVIMENTO	
unidade 10	41,15 m ²
cozinha	7,65 m ²
sala	12,30 m ²
quarto	8,00 m ²
suíte	8,00 m ²
banheiro 01	2,60 m ²
banheiro 02	2,60 m ²

2 PAVIMENTO	
unidade 20	20,15 m ²
cozinha	3,90 m ²
sala	7,50 m ²
quarto	7,65 m ²
banheiro 01	2,60 m ²

unidade 21	
cozinha	3,90 m ²
sala	7,50 m ²
quarto	6,00 m ²
banheiro 01	2,60 m ²

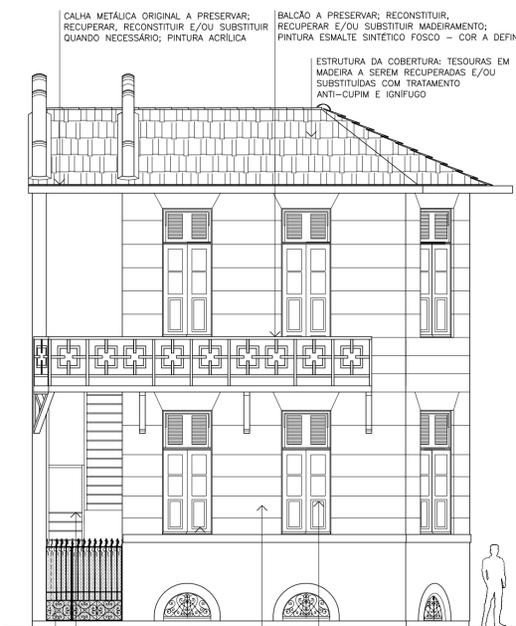
COBERTURA	
churrasqueira	7,40 m ²
caixa d'água	11,70 m ²
terraço	24,10 m ²

- TODAS AS COTAS ESTÃO EM METROS, SALVO INDICAÇÃO EM CONTRÁRIO
- ESSES DESENHOS FORAM DESENVOLVIDOS A PARTIR DO LEVANTAMENTO REALIZADO PELA EQUIPE DA PREFEITURA:

00	ABRIL/2024	EMISSION INICIAL	LARA PECCINI
REVISÃO	DATA	MODIFICAÇÕES	DESENHO
LOCAL:	VILA OPERÁRIA SALVADOR DE SÁ - CIDADE NOVA, RJ		
TÍTULO DESENHO:	QUADRA 07 - PLANTA BAIXA HUMANIZADA		
ESCALA:	1:125	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROJETO E PATRIMÔNIO FAU-USP	
DATA:	MAR - 24		

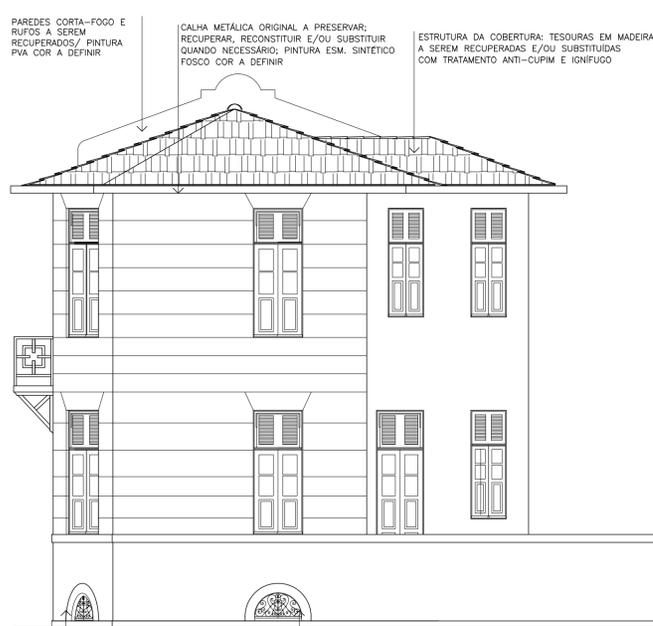
ANEXOS

ANEXO A - Projeto Novas Alternativas Quadra 07A



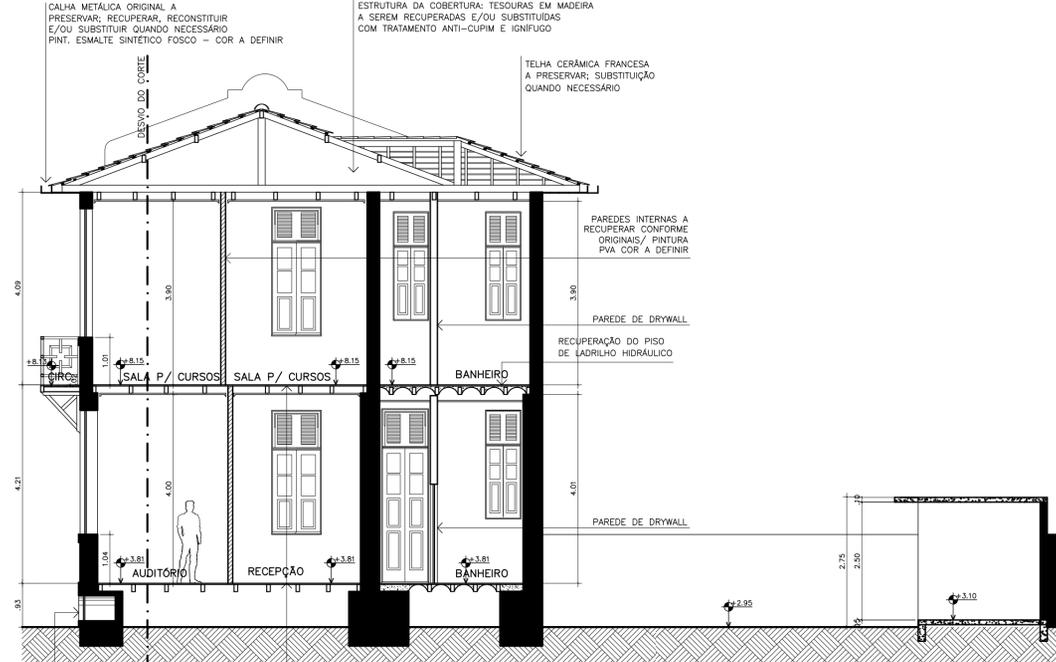
CALHA METÁLICA ORIGINAL A PRESERVAR; RECUPERAR, RECONSTITUIR E/OU SUBSTITUIR QUANDO NECESSÁRIO; PINTURA ACRILICA
 BALCÃO A PRESERVAR; RECONSTITUIR, RECUPERAR E/OU SUBSTITUIR MADERAMENTO; PINTURA ESMALTE SINTÉTICO FOSCO - COR A DEFINIR
 ESTRUTURA DA COBERTURA: TESOURAS EM MADEIRA A SEREM RECUPERADAS E/OU SUBSTITUIDAS COM TRATAMENTO ANTI-CUPIM E IGNIFUGO
 ESQUADRIAS EM MADEIRA E VIDRO; RECUPERAR, RECONSTITUIR, RECONSTITUIÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO PINTURA ESMALTE SINTÉTICO FOSCO - COR A DEFINIR
 SUBSTITUIÇÃO OU RESTAURAÇÃO DA ESCADA ORIGINAL DE MADEIRA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO FOSCO COR A DEFINIR
 PAREDE EXTERNA A PRESERVAR; RECUPERAR REVESTIMENTO PINTURA PVA - COR A DEFINIR
 RECONSTITUIÇÃO DOS PORTÕES DE FERRO; PINTURA ESMALTE SINTÉTICO FOSCO - COR A DEFINIR

ELEVACÃO 01
FACHADA RUA PRESIDENTE BARROSO
ESCALA 1:75



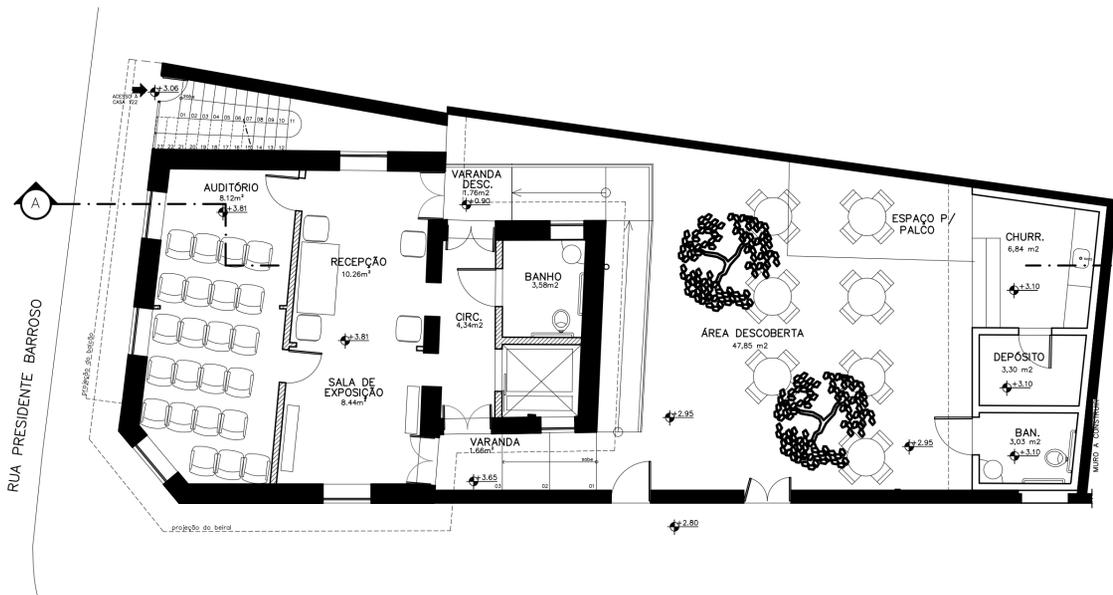
PAREDES CORTA-FOGO E RUFOS A SEREM RECUPERADOS; PINTURA PVA COR A DEFINIR
 CALHA METÁLICA ORIGINAL A PRESERVAR; RECUPERAR, RECONSTITUIR E/OU SUBSTITUIR QUANDO NECESSÁRIO; PINTURA ESM. SINTÉTICO FOSCO COR A DEFINIR
 ESTRUTURA DA COBERTURA: TESOURAS EM MADEIRA A SEREM RECUPERADAS E/OU SUBSTITUIDAS COM TRATAMENTO ANTI-CUPIM E IGNIFUGO
 PAREDE EXTERNA A PRESERVAR; RECUPERAR PINTURA PVA COR A DEFINIR
 RETIRADA DOS FECHAMENTOS EM ALVENARIA DOS VÃOS DE VENTILAÇÃO; RECUPERAR, RECONSTITUIÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DAS GRADES DE FERRO QUANDO NECESSÁRIO; PINTURA ESMALTE SINTÉTICO FOSCO COR A DEFINIR
 PAREDE EXTERNA COM REVESTIMENTO E PINTURA IDENTICOS A ADJACENTE PAINEL PARA GRAFITE

ELEVACÃO 02
FACHADA AVENIDA SALVADOR DE SÁ
ESCALA 1:75

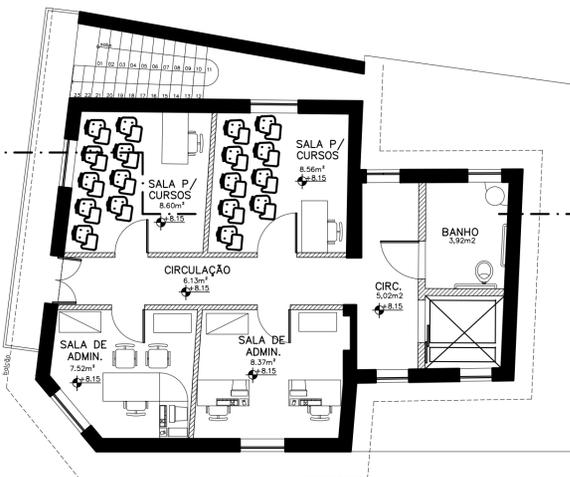


CALHA METÁLICA ORIGINAL A PRESERVAR; RECUPERAR, RECONSTITUIR E/OU SUBSTITUIR QUANDO NECESSÁRIO; PINT. ESMALTE SINTÉTICO FOSCO - COR A DEFINIR
 ESTRUTURA DA COBERTURA: TESOURAS EM MADEIRA A SEREM RECUPERADAS E/OU SUBSTITUIDAS COM TRATAMENTO ANTI-CUPIM E IGNIFUGO
 TELHA CERÂMICA FRANCESA A PRESERVAR; SUBSTITUIÇÃO QUANDO NECESSÁRIO
 PAREDES INTERNAS A RECUPERAR CONFORME ORIGINAIS/ PINTURA PVA COR A DEFINIR
 PAREDE DE DRYWALL
 RECUPERAÇÃO DO PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO
 RECUPERAÇÃO DO PISO E DOS BARROTES ORIGINAIS EM MADEIRA, COM TRATAMENTO ANTI-CUPIM E IGNIFUGO
 RETIRADA DOS FECHAMENTOS EM ALVENARIA DOS VÃOS DE VENTILAÇÃO; RECUPERAR, RECONSTITUIÇÃO E/OU SUBSTITUIÇÃO DAS GRADES DE FERRO QUANDO NECESSÁRIO

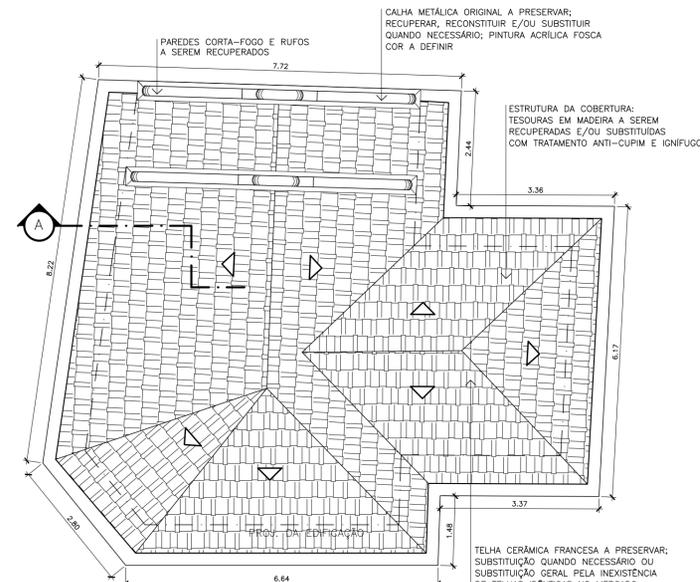
CORTE AA
ESCALA 1:75



PLANTA BAIXA - TÉRREO
ESCALA 1:75



PLANTA BAIXA - 1 PAVIMENTO
ESCALA 1:75



PLANTA BAIXA - COBERTURA
ESCALA 1:75

AV. SALVADOR DE SÁ

LEGENDA

- ACABAMENTO—PISO
 - 1 Recuperação do piso de madeira existente
 - 2 Recuperação do piso de ladrilho hidráulico
 - 3 Piso em cerâmica
- △ ACABAMENTO—PAREDES
 - 1 Recuperação das paredes em tabique com pintura a ser definida pela fiscalização
 - 2 Azulejo liso até meia altura e pintura a ser definida pela fiscalização na parte superior
 - 3 Pintura a ser definida pela fiscalização
- ACABAMENTO—TETO
 - 1 Recuperação do forro em tábua de madeira existente com acabamento em pintura
 - 2 Forro em gesso com acabamento em pintura
 - 3 Pintura a ser definida pela fiscalização

QUADRO DE ÁREAS GERAIS

ÁREA DO TERRENO	160,66m ²
ÁREA CONSTRUÍDA DO 1º PAVIMENTO	71,54m ² + VARANDAS DESCOBERTAS
ÁREA CONSTRUÍDA DO 2º PAVIMENTO	63,32m ² + CIRCULAÇÃO
ÁREA CONSTRUÍDA DO ANEXO	18,32m ²
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	153,18m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	95%

MAPA DE ESQUADRIAS

PORTAS

P1 - (2x50)x367 - PORTA DE MADEIRA ORIGINAL, COM BASCULANTE E VIDRO LISO, A RECUPERAR
 P2 - (2x50)x367 - PORTA DE MADEIRA ORIGINAL, COM BASCULANTE E VIDRO LISO, A CONSTRUIR
 P3 - (2x50)x367 - PORTA DE MADEIRA ORIGINAL, COM BASCULANTE E VIDRO LISO, A RECUPERAR
 P4 - 70x210 - PORTA MADEIRA LISA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR
 P5 - 80x210 - PORTA MADEIRA LISA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR/ PADRAO NBR 9050
 P6 - 80x210 - PORTA MADEIRA LISA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR
 P7 - 60x210 - PORTA MADEIRA LISA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR
 P8 - 80x210 - PORTA MADEIRA COM VENEZIANA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEF./PAD. NBR 9050
 P9 - 70x210 - PORTA MADEIRA COM VENEZIANA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR
 P10 - 60x190 - PORTA MADEIRA PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR
 PF1 - PORTÃO DE FERRO CONFORME PADRÃO EXISTENTE PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR
 PF2 - PORTÃO DE FERRO CONFORME PADRÃO EXISTENTE PINTURA ESMALTE SINTÉTICO COR A DEFINIR

JANELAS

J1 - 100x270 - JANELA DE MADEIRA ORIGINAL, COM VENEZIANA E VIDRO LISO, A RECUPERAR
 J3 - 75x230 - JANELA ORIGINAL, COM VENEZIANA E VIDRO LISO, A RECUPERAR
 J4 - 75x230 - JANELA COM VENEZIANA E VIDRO LISO A CONSTRUIR
 J5 - 44x230 - JANELA COM VENEZIANA E VIDRO LISO, A CONSTRUIR

REVISÃO	DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO	APROVAÇÃO	DATA
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO PROGRAMA NOVAS ALTERNATIVAS				
Endereço:		Av. Salvador de Sá, Quadra 07A		Nº da prancha:
Título:		Cidade Nova		XX/XX
Projeto:		Projeto Básico		Escala: 1/50
Desenvolvimento:		Plantas, Corte AA e Fachadas		Data: NOV/2011
Desenhista:		Natalia Tadros		
Supervisão SMH:		Renato Ficara		
Supervisão SUBPC:		Laura Di Blasi		
Gerência SMH:		Nazih Heloui		
Arquivo:		SS07ALA05_OUT11		



Brasil

RJ: vila tombada pela prefeitura está abandonada

As primeiras casas erguidas no Brasil por um governante para atender à população de baixa renda estão sucumbindo à falta de manutenção. O abandono atinge dez blocos construídos na Avenida Salvador de Sá pelo prefeito Pereira Passos, em 1906, durante as obras de remodelação do centro do Rio. Apesar de a vila ter sido tombada pelo município em 1920, há pelo menos 30 anos a prefeitura não reforma os prédios: varandas ameaçam cair, há edifícios destelhados e o forro do teto foi destruído. Cem famílias ainda vivem no local algumas delas há quatro gerações. Na década de 80, os moradores ficaram livres de pagar o aluguel ao município. Em troca, deveriam realizar as obras necessárias nos imóveis. Poucos cumpriram o acordo. Desde 1994, a prefeitura promete realizar um amplo projeto de recuperação para o casario, que ainda não saiu do papel. A ideia de Pereira Passos era construir residências para os servidores municipais. "São casas históricas. É o registro da primeira experiência do Estado em prover habitação popular", diz o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Carlos Fernando de Andrade. Entre as curiosidades da vila está o sistema de numeração. O andar superior é contado como se fosse mais uma casa. "Eles não tinham noção de edifício", explica. O tom mostarda original das fachadas foi substituído por tinta cinza, que já descasca. O piso de muitas varandas ameaça ceder. O peitoril apodreceu. Num dos últimos blocos, a chuva destelhou o prédio. "O problema é o descaso do morador. Aqui já não é mais a mesma vizinhança, ela se descaracterizou muito", queixa-se a presidente da associação de moradores, Maria Naves Gomes, servidora pública. "Alguns nem são funcionários públicos, é uma bagunça só." A prefeitura tem um projeto de revitalização das Avenidas Mem de Sá e Salvador de Sá e da Rua Estácio de Sá, que está em estudo pela desde 1994 e inclui a reforma da Vila Operária. A remodelação exige que os moradores saiam de suas casas. Eles se recusam. "Minha família já está aqui há quatro gerações. Não vou sair daqui de jeito nenhum", diz Osvaldo Ventura. Filho e neto de policiais militares, ele não é funcionário público. A prefeitura ainda não sabe o que vai fazer. As secretarias de Urbanismo e da Habitação informaram que ainda estão analisando os projetos da gestão anterior.

Agência Estado,
08 de abril de 2001 | 19h19

Selecione uma opção abaixo para continuar lendo a notícia:

Já é assinante Estadão? [ENTRAR](#)

ANEXO C – Reportagem Jornal Extra, 2009

6/18/22, 6:51 PM

Projeto da Prefeitura do Rio para a Vila Operária Salvador de Sá é recebido com desconfiança pelos moradores

EXTRA Economia e Finanças

09/05/09 22:32 10/12/10 13:01

Projeto da Prefeitura do Rio para a Vila Operária Salvador de Sá é recebido com desconfiança pelos moradores

Bernardo Moura, Extra Vila Operária Salvador de Sá - Foto: Wania Corredo

RIO - A reforma estrutural dos dez edifícios centenários que compõem a Vila Operária Salvador de Sá, na Cidade Nova, vem causando polêmica e dúvida entre os moradores dos sobrados. Desde que o plano foi anunciado pelo secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, há exatos 24 dias, os residentes daquele que é o primeiro conjunto habitacional do Rio veem com desconfiança a iniciativa governamental.

Vídeo: opinião dos moradores

O sentimento não surgiu do nada. Em 103 anos de existência, a Vila Operária já se cansou de ouvir promessas de reforma. A ideia esteve na prancheta de projetos em diversas administrações municipais. Nenhuma foi à frente. A única iniciativa concretizada até hoje foi o tombamento do conjunto arquitetônico, em 1985.

Dessa vez, o discurso oficial foi elaborado com o respaldo do programa federal "Minha casa, minha vida". Segundo a prefeitura, o licenciamento das obras deve sair até julho. E é justamente aí que reside o maior medo dos atuais moradores. Como se trata de uma reforma estrutural - das fundações ao telhado - o poder municipal pretende remover as cerca de 90 famílias temporariamente. Mas os residentes temem não voltar.

Além disso, pairam dúvidas sobre o que acontecerá após a reforma. Em princípio, a Prefeitura do Rio financiaria os imóveis nos moldes do "Minha casa, minha vida". Como a restauração é uma obra cara, as unidades seriam enquadradas na faixa de três a seis salários mínimos (de R\$ 1.395 a R\$ 2.790). Quem não puder arcar com o custo da prestação, será transferido para outros imóveis no Centro.

Outra hipótese em estudo, e que acalmaria os atuais moradores, é a de renovar a permissão de uso das unidades, que pertencem à Secretaria municipal de Fazenda.

- Tudo será feito com muito respeito social. Ninguém será enxotado - ressaltou Jorge Bittar.

Inspiração veio de vilas francesas

A Vila Operária Salvador de Sá foi criada para abrigar a população que foi despejada em virtude do "bota-abixo" promovido pelo prefeito do então Distrito Federal, Pereira Passos, no Centro do Rio. No início do século passado, os insalubres cortiços e alcovas deram espaço à ideia de modernidade, concretizada pela Avenida Central, hoje Rio Branco.

Para tentar igualar o Rio a Paris, o prefeito copiou, inclusive, o modelo de condomínios proletários da França da "Belle Époque". Em 1906, foi inaugurada a Vila Operária, primeiro conjunto habitacional do Rio, para onde foram levados funcionários municipais que moravam em cortiços que foram demolidos.

ANEXO D – Reportagem S.O.S. Vila Operária, Ana Paula Conde



texto: ANA PAULA CONDE
fotos: BARBARA COPOUE

— **Altamiro** Nunes de Souza se mudou para a casa onde mora na Vila Operária em 1949. Ele tinha apenas dois anos e dividia o espaço com os pais e quatro irmãos. Seu pai, Antônio, trabalhava na Prefeitura, como todos os moradores do primeiro conjunto habitacional de baixa renda construído pelo Poder Público. Quase 80 anos depois, como consequência do descaso e das transformações urbanísticas pelas quais a cidade passou, e que raramente levavam em conta a história do município e a realidade dos moradores, muita coisa mudou no Catumbi, Zona Central do Rio de Janeiro. A chegada do Metrô e do Sambódromo puseram construções abaixo e mudaram a feição do lugar; muitas casinhas de porta e janela, decoradas com azulejos trazendo a imagem do santo favorito, transformaram-se em oficinas ou cortiços. Fábricas foram desativadas. A violência dos mortos que cercam a região alteraram a rotina, mas o clima familiar permanece no dia-a-dia dos moradores. Muitos vizinhos continuam dispostos a ajudar uns aos outros em momentos de dificuldade.

— Os meninos costumam bater na janela e pedir dinheiro para a merenda. Sempre que posso dou um dinheirinho para comprarem biscoito. Não ganho muito, mas como sou sozinho, dá para ajudar — conta seu Altamiro.

Ele lembra com saudade da época em que guardas vigiavam o lugar dia e noite e representavam os meninos que colocavam os pés para fora da janela, dos antigos carnavais, quando fazia parte da diretoria do Bloco Carnavalesco Jará, rival do Bafo da Onça, das animadas festas de São João de uma avenida (antigo nome dado às vilas de casas) na Rua Senhor de Matosinhos, paralela à Salvador de Sá, onde fica a Vila Operária, e lamenta pela violência, que encrudeleceu nos últimos anos, como em toda a cidade, mas que sempre foi presente nas redondezas.

A Vila Operária era vizinha da Zona do Mangue e as histórias de malandros, navalhadas, cafetões e bateadores de carteira não nunca estiveram distantes do cotidiano de quem ali morava. Seu Altamiro, 80, conta, inclusive, que algumas tias não gostavam de visitar sua família porque moravam nas proximidades do Mangue. O aposentado também se recorda que costumava parar em boteco na volta de escola para observar os malandros dividindo o dinheiro do roubo de carteiras.

— Era preciso ter cabeça para viver aqui — afirma.

A declaração não é muito diferente da que se ouve do telefonista Fábio Gonçalves Manso, 25, também criado no local.

— Gosto muito dessa casa, acho que a manteria mesmo que ganhasse na Mega-Sena. Tenho bons amigos, mas é preciso saber com quem lidar — conta o rapaz, que vive com a mãe, a manivara Geni, 51.

Seu Altamiro ficou 23 anos longe da Vila. Entre 1953 e 1976, morou no Catete com a esposa e teve dois filhos. Quando se separou, voltou a morar com a mãe, Leonor. Ele sentiu diferença na vizinhança, mas jamais pensou em deixar novamente o lugar onde cresceu e passou momentos importantes da vida. A casa de dois quartos — um deles construído pelo pai no pequeno quintal dos fundos —, sala, cozinha e banheiro, mantém a pintura com as mesmas características da original, com três tons de bege, e os móveis da época em que era jovem. O aposentado, que trabalhou no arquivo do Departamento de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 1950 a 2001,

adega observar a vida passando nas ruas pela janela de casa, contribuir calmamente ao o Dia do Planejamento e frequentar as missas da Igreja Nossa Senhora de Fátima, no Rio do Riachão, o Devoto Espírito Santo, no Estácio.

— Meus filhos querem que eu me mude. O local está realmente precisando de obras e eles temem que tudo desabe, mas eu gosto muito daqui — explica, enquanto nos serve um copo de mais gelado.

Muitas das 120 habitações, construídas em 1908 pelo prefeito Francisco Pereira Passos, logo após a abertura das ruas Salvador de Sá e Mem de Sá, estão com infiltrações e problemas estruturais. As escolas que levam às crianças localizadas nos segundos pavimentos estão quase intransitáveis e em muitos imóveis não há mais o guarda-corpo de madeira das varandas.

— Gostaríamos de ver as casas recuperadas, mesmo que precisemos de financiamento a reforma. Moro aqui desde que nasci, comecei todo o mundo e tenho muito carinho pela área. O clima é familiar e há muitas histórias nessas casas. O Moreira da Silva morou na Vila, em uma parte derrubada para a construção do Sambódromo — conta o simpático e falante William César Machado, 47.

Os moradores conservam as casas da maneira que podem, mas não têm recursos para reformá-las por conta própria. A Vila Operária, propriedade da Prefeitura do Rio de Janeiro, é tombada pelo patrimônio municipal desde 1983 e faz parte de uma Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). Existem estudos e um plano de recuperação para os imóveis desde 2002, mas ainda não há previsão para o início das obras, como explica a Coordenadora de Projetos Especiais da Secretaria de Patrimônio Histórico-cultural, a arquiteta Cristina Lodi.

— Estamos buscando parcerias com outros

degiões do município para conseguir o processo de ocupação. A Salvador de Sá está entre as prioridades de revitalização da área — diz.

A construção do conjunto de casas cinco-cômodo fez parte de um grande e corajoso processo de transformação iniciado por Pereira Passos. Influenciado pela reurbanização do Paris realizada pelo prefeito Georges Haussmann, entre 1850 e 1858, Passos derrubou centenas de casas que se espalhavam pelas ruas estreitas para abrir

a diagonal Avenida Central, atual Rua Seneca. A obra, conhecida como “bota abaixo”, deslocou milhares de pessoas, que começaram a habitar os subúrbios de Ilha, um uma época ainda marcada pela construção de sobrados, a Vila Operária, com suas linhas retas, representavam o moderno movimento que veio a influenciar os prédios da cidade.

É justamente esse patrimônio que os moradores querem ver preservado. As casas guardam histórias da cidade e de cada um de seus moradores. Alguns imóveis passaram por modificações internas, provocadas pela própria necessidade de conservação e de criar espaço para os filhos, mas não há quem pense em transformar e perdê-los totalmente.

— Quería que as casas continuassem a manter o mesmo estilo — diz o vigia Wilian.

Ele também bem conservado internamente o imóvel com cômodos amplos divididos em três quartos, sala, cozinha e banheiro. Seu maior problema é a escada de madeira que o leva até sua casa, localizada no segundo pavimento do prédio. Ele está em mau estado e não se sabe quanto tempo vai resistir.

A pensionista Tracy Silva, 67, deixou o bairro de Ilha há 29 anos para viver na Vila Operária. Viena de um momento do Estado, ela gostaria que os pedileiros e motoristas que passam pela Salvador de Sá pudessem imaginar o que se vê além da porta que separa a rua do lugar onde vive: uma casa tomada com todo e



Tracy Silva mora no Rio desde 1970



Os moradores conservam as casas da maneira que podem, mas não têm recursos para reformá-las por conta própria.

capricho. A habitação térrea de quatro e sala ganhou uma distribuição para criar mais um cômodo, que abrigou o filho até recentemente. Há cursos marketing e agora mora com a esposa no Méier. Mas dona Tracy já arranjou uma nova função para o elevador: serve de dormitório para os filhos da vizinha Suelly Rodrigues da Silva, 41.

— Eles aderiram ao meu Tracy — diz Suelly.

— Os meninos têm até rougas nas gaxetas — lembra a pensionista.

Suelly vive com o marido César, 48, há 23 anos no local.

— Meu sobrinho morista da Prefeitura e eu costumava passar longas temporadas com eles. Tenho uma ligação emocional com a casa e aqui, apesar dessas histórias de violência nas redondezas, é muito agradável — diz César.

Ele vende cachorro-quebre-todos os dias na calçada em frente a sua porta. E com a renda da barracinha que sustenta os três filhos: dois meninos, com 26 e 4 anos, e uma menina, de 9 anos. O espaço é apertado para cinco pessoas, mas o lugar para o computador do mais velho, que estuda na Pante (Pondalão de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro), seu lugar garantido.

A Prefeitura já tem a maioria optima mais importante para iniciar um processo de manutenção dos imóveis e de recuperação do entorno: moradores que amam e conhecem a história da região e que desejam preservar os imóveis onde vivem da maneira como foi construído. É hora do poder público fazer sua parte, recuperando a Vila Operária e criando medidas para evitar que o caso típico do Rio de Janeiro que se espalha por aquelas comunidades não seja degradado por oficinas mecânicas, cortiços e pequenas feições. Pereira Passos também agradece. ■

ANEXO E – Reportagem MPRJ, 2019

1/13/2021

MPRJ

NOTÍCIA



MPRJ obtém sentença condenatória para que a prefeitura do Rio restaure e preserve a Vila Operária Salvador de Sá

Publicado em 04/07/2019 12:43 - Atualizado em 04/07/2019 12:43

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) obteve na Justiça, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Proteção do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural da capital, no dia 24/06, sentença condenando o Município do Rio de Janeiro a preservar e restaurar a Vila Operária Salvador de Sá, no bairro Cidade Nova, no Centro. A decisão da 15ª Vara de Fazenda Pública determina que as medidas devem ser tomadas no prazo máximo de 360 dias. Em caso de não conclusão das intervenções, estabeleceu multa diária à Prefeitura no valor de R\$ 10 mil.

A sentença foi obtida no âmbito da Ação Civil Pública (0265241-02.2018.8.19.0001) que, ajuizada pelo MPRJ, aponta continuada omissão administrativa por parte do poder público municipal, razão pela qual foi requerida a adoção de medidas efetivas que preservem o conjunto de edificações da Vila Operária Salvador de Sá, integrantes de Área de Proteção Ambiental (APA) tombada pelo Patrimônio Histórico e Cultural. O conjunto possui diversas unidades residenciais de relevante valor, e atualmente é habitado por centenas de pessoas que, em situação de hipossuficiência financeira, escolheram os prédios como moradia.

As quadras 01, 06, 07, 09, 10, 13A (1º e 2º andares), 15, 16 e 17 são as que estão em situação de abandono e degradação mais grave. A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, por meio do Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE/MPRJ), obteve documentação, atestada por diversos laudos técnicos, que coloca sob grave risco "a perda do bem e das próprias vidas das pessoas que lá residem". O juízo determinou, também, que caso as obras de conservação e reparação exijam a desocupação dos imóveis, deverá ser preservada a garantia da plena observância do direito à moradia dos atuais ocupantes. Aponta ainda que os custos dessa operação, com a efetiva inclusão desses moradores em programas habitacionais estatais (seja "auxílio habitacional temporário", "aluguel social" ou outro similar), são responsabilidade do poder municipal.